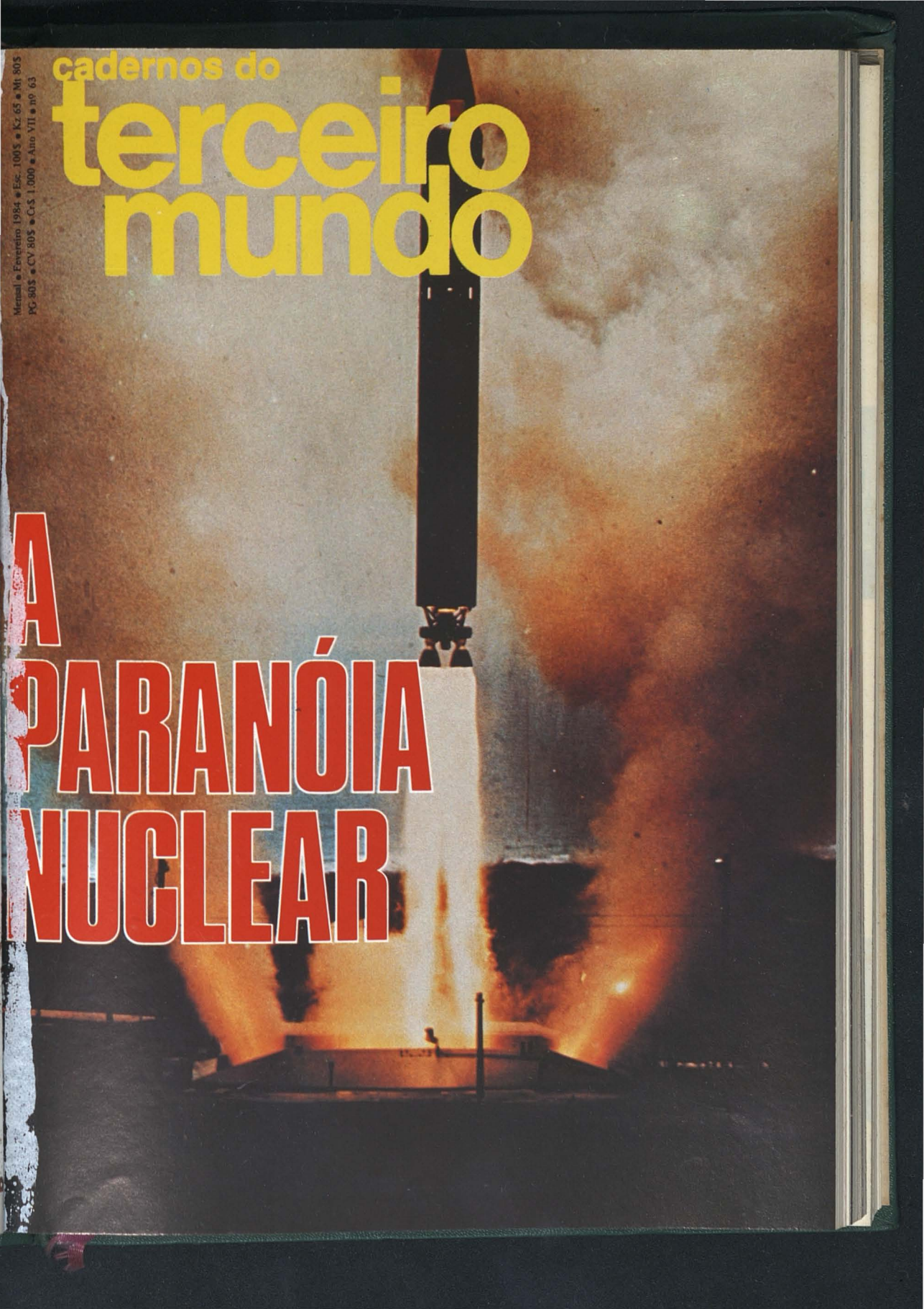



cadernos do

terceiro mundo

Março • Fevereiro 1984 • Esc. 1005 • Kz. 65 • M1 805
PG-805 • CV 805 • C.S. 1.000 • Auto VII • pp. 63

A PARANÓIA NUCLEAR





UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 766.11.2/3 CP. 342
Banco IN CAFE LUANDA

A quarta guerra mundial seria com "paus e pedras"

l números pedidos de leitores levaram-nos a debruçar sobre o tema da corrida armamentista e os perigos de ela nos arrastar para uma guerra nuclear. Estamos conscientes de que um problema tão complexo não se esgota nas análises e nos dados que apresentamos na nossa matéria de capa. Porém, o posicionamento de *cadernos* reflecte a análise que os países do Terceiro Mundo fazem deste tema e isso já justifica este *dossier*, pois o leitor encontrará uma abordagem diferente da que tem sido apresentada noutros meios de comunicação.

Alguns dados comparativos nas matérias das páginas seguintes, permitem imaginar como o mundo seria diferente se esses multibilionários recursos fossem destinados ao desenvolvimento e não à corrida rumo à morte e à destruição. Esse esbanjamento de recursos é um absurdo tão dramático que um bom título para este número seria: "Acredite se quiser..." Só resta lembrar a magistral definição de Einstein: se me perguntam como será a terceira guerra mundial, não sei responder. Mas tenho a certeza de que a quarta será com paus e pedras.

Acompanha a matéria de capa sobre a *paranóia nuclear*, um documento sobre a fome no mundo. A leitura de ambos *dossiers* obriga-nos a uma reflexão. E como o tratamento destes temas configura uma visão preocupante e desanimadora, que justifica pessimismos, faremos o possível para que os nossos leitores encontrem na edição de Março temas que nos devolvam a esperança de um futuro melhor para a tão sofrida espécie do "homo sapiens".

Editor e Director: Artur Baptista
Propriedade:
Tricontinental Editora, Ld.^a
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.^o
tel. 320650 1200 Lisboa
telex 42720 CTM TE P
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 789/82

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Edições em português

**ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guimar Belo Marques
Paginação
Helena Salvador
José Santa-Bárbara
Revisão
Estevam Reis
Documentação e Arquivo
Cristina Assis
Serviços Comerciais
José C. Figueiredo
Publicidade
José Ferreira
Cristina Campos
Maria João Macedo

Composição e Impressão
Gráfica Europam

Distribuição
CDL, Central Distribuidora SARL

Representantes

Angola
Luís Henriques, C.P. 3593, Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito e João Escadinha
Rua Kongwa, 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Director Administrativo
António Neiva
Secretário de Redacção
José C. Godim
Arte
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas
Revisão
Cláudia Guimarães
Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Maria José S. Santos
Divulgação
Henrique Menezes

Representantes

Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th, Street ap. 3E
Nova York - NY 10003
Tels: (212) - 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão

Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels: 250-2505/232-0123

editora terceiro mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registo na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registo no INPI n.º 013.539
Registo no SCDP/SR/DPF
n.º 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS**

Editor

Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editora periódicos del tercer mundo a.c.
calle California, 98A - Coyocacán
México, 21 DF - teléfono: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLÓMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edição andina)
Publicada por DESCO: centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Teléfono 724-712

Edições em inglês

**ESTADOS UNIDOS - CANADA
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor

Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal, 20.572 b - México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Irão), **IPS** (Inter Press Serv.), **SHIHATA** (Tanzânia), **WAFPA** (Palestina), e do *pool* de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News** de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Luvreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chingaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. **CANADA:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontário, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Block St. West, Toronto. **COLÓMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 n.º 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesasociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito. Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendipex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primeira Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 València St. San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BREITANHA:** Latin American Book Shop, 25 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humboldt N.º 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas N.º 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Pedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sanchez Ramirez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMÁNHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

4 Cartas

7 Panorama Tricontinental

15 Editorial: Casa Branca versus Nações Unidas

Matéria de capa: A paranóia nuclear

- 18 A luta pela paz, *Theotônio dos Santos*
23 Os novos mísseis na frente europeia, *Dieter Dellinger*
30 Europa, alvo prioritário, entrevista com o marechal Costa Gomes, *Alice Nicolau*
33 A três minutos do Apocalipse, *Manuel B. Pereira*
41 Do pesadelo nazi ao pesadelo atômico
44 A lógica das armas nucleares, *Ricardo Arnt*
48 Muitas Hiroshimas, *Fernando Pereira Marques*
51 O "dia seguinte" do desarmamento
56 A bomba de neutrões, uma arma "limpa", entrevista com o inventor Samuel Cohen
57 Tratados que proscvem o uso das armas nucleares

Opinião

- 62 A defesa dos direitos humanos, *Raúl Alfonsín*

África

- 65 Nigéria: A crise do poder, *Carlos Castilho*
69 Sara Ocidental: A paz gorada, *Carolina Quina*

Ásia

- 71 Turquia: Fatsa, a cidade-mártir, *Guiomar Belo Marques*

América Latina

- 75 Equador: Dívida externa, o último esforço
78 Notas de Comunicação

Cultura

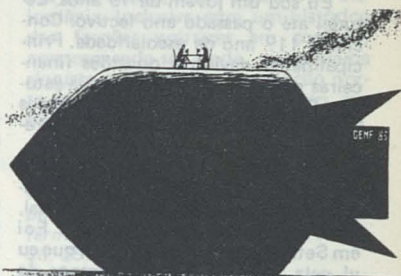
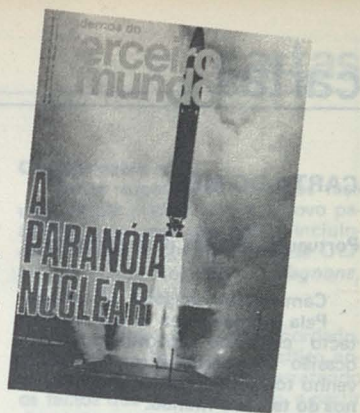
- 79 Pablo Milanés, voltando a 67, *Laura Avellaneda*
83 Notas

84 Livros do Terceiro Mundo

Especial/Documento

- 87 Fome, alguns dados básicos, *Ladislau Dowbor*

96 Humor

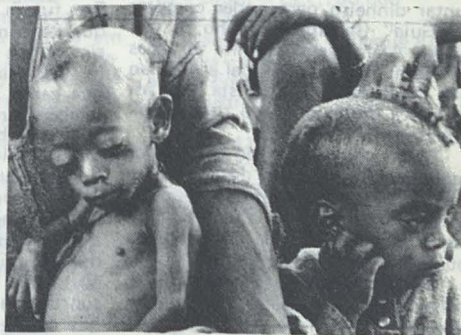


F. Rabanald

"O senhor dizia alguma coisa ou estou a escutar um leve ruído?"



General Buhari



A fome no mundo

cartas

CARTA DO MÊS

Português, 19 anos, desempregado

Camaradas e amigos,
Pela primeira vez entro em contacto convosco, aproveitando uma ocasião que certamente vos agrada: venho tornar-me assinante dos **cadernos do terceiro mundo**.

Eu sou um jovem de 19 anos. Estudei até o passado ano lectivo. Concluí o 11º ano de escolaridade. Principalmente devido a questões financeiras não continuo por agora a estudar. Portanto, sou agora mais um dos tantos jovens portugueses desempregados.

Nos últimos anos andei a estudar em Setúbal (Pegões-Gare é uma pequena aldeia a 30 km de Setúbal, para o lado do Alto Alentejo). Foi em Setúbal, em finais de 1979, que eu vi pela primeira vez os **cadernos do terceiro mundo**, o nº 18. Na capa atraiu-me a atenção tudo, especialmente as fotos da 6ª Cimeira dos Não-Alinhados e a notícia da morte do presidente Neto. Então entrei na loja. Consultei o índice: tantos assuntos! Tantos países! Folheei a revista: melhor que o índice! Comprei, li e fiquei leitor.

Infelizmente não posso dizer que fiquei leitor assíduo, pois não tenho comprado sempre a revista: do nº 18, o meu primeiro, até o 58, só compreí 21 números diferentes. A razão é principalmente económica, pois para eu (e meu irmão) andar a estudar já os meus pais faziam um sacrifício enorme (só o meu pai trabalha e o seu salário é a nossa única fonte de rendimento). Assim, para comprar algum número dos **cadernos** tinha (e tenho) que ir juntando as minhas poucas economias. Deixei também muitas vezes de comprar a revista para juntar dinheiro para poder comprar o "Guia" (felizmente tenho os três guias). Além disso, durante as férias (e agora não ia a Setúbal e por isso não podia comprar a revista. Para assinar era muito dinheiro para as minhas possibilidades).

Agora decidi que não vou perder mais nenhum número dos preciosos (para mim) **cadernos do terceiro mundo**. No verão tive a sorte de conseguir um trabalho de dois meses e plus algum dinheiro no banco.

Quanto à revista, eu não encontro palavras para a elogiar como eu acho que merece. Eu faço minhas todas as palavras de elogio que tenho lido na

secção "Cartas". Eu dou-vos os meus parabéns pelo vosso trabalho, e agradeço-vos também.

Eu gostaria de falar de todos os artigos que li em todos os números que pude comprar, mas não é possível. Como dos outros, gostei muito do 58. Concordo frase por frase com o artigo de Neiva Moreira a propósito da invasão pirata de Granada. Os artigos sobre a América Central também estão muito bons, assim como a reportagem sobre a viagem do presidente Samora Machel em Portugal. O artigo sobre Chipre foi para mim muito esclarecedor face aos recentes acontecimentos, aliás previstos no artigo.

Gostaria também de dizer que os **cadernos** e os "Guias" têm contribuído decisivamente para a minha formação política. (Notem que eu tinha 15 anos quando comecei a ler os **cadernos**).

Quanto aos "Guias" são também excelentes. São livros de consulta constante (assim como os **cadernos**). Gostei também muito das novidades do "Guia 1983" em relação aos anteriores. O mapa-mundi a cores foi uma boa ideia, mas é lamentável este ter tantas irregularidades, erros e imperfeições (por exemplo, as cores). As "fichas" dos países fora do Terceiro Mundo também foi uma boa ideia, mas seria preferível que incluíssem também um pequeno resumo histórico desses países, ou em alternativa, outras informações de interesse. O mesmo direi em relação às "fichas" dos Territórios Não-Autónomos mais importantes (como está, por sinal, a "ficha" da Micronésia). Resumindo: tudo, mas tudo, o que o "Guia" tem é bom. Seria também interessante, e mesmo útil, que o "Guia" incluísse também as bandeiras dos países do Terceiro Mundo (tal como tem os brasões/emblemas), de preferência a cores, talvez em separado, como o Mapa-Mundi do "Guia" deste ano. Em futura edição do "Guia" acho que também poderão desenvolver vários outros novos aspectos no capítulo "História". Qualquer coisa, ainda que geral, sobre desporto e cultura, também teria interesse.

Eu tenho o nº 50. Achei muito útil o índice remissivo que ele contém, embora essa utilidade só seja total para quem tem todos os números dos **cadernos**. Nesse índice eu estive a ver alguns assuntos que foram tratados em números que eu não tenho. Visto isso vou propor-vos alguns assuntos que nunca foram tratados ou que eu creio que merecem ser tratados de novo ou actualizados: situação

no Brunei; a Jugoslávia actualmente; situação geral do império colonial francês e de cada colónia em particular; situação na Eritreia; reunificação dos Yémens; situação nos enclaves de Hong Kong, Macau, Gibraltar e Ceuta e Melilha; problemas das minorias nos EUA; problemas da Córsega (já uma vez tratado), país basco e da Irlanda, muito especialmente este último.

E, por favor, não se esqueçam do povo de Timor Leste. Continuem a manter este assunto nas páginas dos **cadernos**, e com mais frequência, se possível. Alertem também os vossos colegas das outras edições para que também não se esqueçam do povo de Timor Leste. Já será alguma coisa se nós conseguirmos todos que o povo de Timor Leste não seja esquecido.

Outro assunto que eu gosto sempre de ver tratado nos **cadernos** é a questão da Amazônia e da sua destruição. É um problema gravíssimo.

Há outro assunto que deveria ser mais tratado: é a questão das armas nucleares e da sua ameaça para toda a Humanidade, pois, ao contrário do que muita gente pensa, este não é um problema exclusivo do Norte. É um problema do Norte e do Sul. As armas nucleares são uma ameaça para toda a vida na Terra.

Ainda outra coisa: eu acho muito boas as informações da secção "Livros", mas acho que seria bom que também incluísse o preço dos livros.

Hoje ainda gostaria de vos fazer uma perguntinha: qual a nacionalidade do Editor Geral dos **cadernos**, Neiva Moreira? É só uma curiosidade.

Termino com votos de sucesso no próximo ano de 1984. Força! Pela Nova Ordem Internacional de Informação!

Venceremos!

Francisco José Santos
Pegões-Gare, Portugal.

N.d.R. — Neiva Moreira é brasileiro.

Clube de Amigos

"Agradeço as cartas recebidas de várias partes do Brasil incentivando a criação do Clube de Amigos do Terceiro Mundo. Avante, companheiros: é isso aí! Informações acerca do assunto, escrever para: Pedro Chupil — Cx. Postal 1169, Curitiba, PR, CEP: 80.000".

História em banda desenhada

Embora julgue que não seja essa a proposta de cadernos, mas não encontrando na imprensa alternativa um órgão que seja capaz de executar trabalho de tanto fôlego e ao mesmo tempo suficientemente sucinto, submeto à vossa apreciação uma sugestão:

Desde o período de pré e pós Segunda Grande Guerra (a minha geração) foram lançadas no mercado editorial revistas com histórias em banda desenhada de heróis (?), manipulados e manipuladores, norte-americanos, quase sempre pouco inteligentes e grosseiramente musculosos e que resolviam tudo dentro da óptica cultural e alienante da política de interesses dos Estados Unidos. Eram o Cap. América, Cap. Marvel, Cap. Cezar e outros capitães, Tio Patinhas e a sua usura e ganância, heróis obcecados pelo poder, ouro, nada a ver, enfim, com as nossas realidades. Manipulando as mentes infantis e juvenis através de títulos como "Gibi", "Globo Juvenil", "Biriba" e no final do ano os caríssimos Almanques, para num futuro habilmente preparado, tornar receptiva e dócil uma geração alienada. Acredito que muitos entreguistas de hoje foram forjados e influenciados por esses métodos subjectivos e em muitos deixaram sequelas irreversíveis.

Mas vamos ao que é o motivo desta carta: haveria possibilidade de cadernos fazerem uma pesquisa profunda sobre a influência na América Latina dessas publicações? Quanto somaria em direitos de autor, evasão de divisas, tecnologia, enfim, quanto custa a publicação dessas "bandas" na grande imprensa? Quais os meios de pressão usados para manutenção da dependência de publicar? Quanto totaliza em dólares as remessas aos sindicatos?

Quanto aos efeitos culturais são demais nocivos. Fogem, os seus temas, totalmente às nossas raízes. É claro que satisfaz uma camada que abomina tudo que é nosso, cujo patriotismo restringe-se apenas a um fanatismo condicionado a torcer pela selecção (quando em evidência), Fittipaldi, e outras manipulações dos meios de comunicação dominantes. Fica aí minha sugestão. *Geraldo de Oliveira Loureiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.*

N. d.R. - Aconselhamos a leitura do livro editado em várias línguas "Como ler o Pato Donald", do chileno Ariel Dorfmann, que trata justamente desta importante questão.

Incentivo à imprensa alternativa

Editámos por um ano o quinzenário "O Repórter do Povo" que, infelizmente, deixou de circular devido à falta de recursos financeiros. Queremos avisar que foi muito grande a colaboração dos cadernos do terceiro mundo para com o jornal "O Repórter do Povo", ajudando e orientando a nossa linha editorial e mantendo-nos devidamente informados da realidade dos nossos países vizinhos e irmãos. Acreditamos que esta ajuda acontece também aos restantes órgãos da imprensa independente, principalmente do interior, pois são muito poucas as publicações voltadas para a questão humana e social do Terceiro Mundo. Na chamada grande imprensa, o espaço reservado aos povos oprimidos e às minorias é ínfimo. Nessa imprensa, o conveniente engole o substancial. Felizmente ainda existe uma imprensa com "um gosto a liberdade" e com o cheiro da terra e da gente. Os cadernos são uma preciosidade humana e social para todos os povos onde chegam as suas valiosas informações.

(...) Gostaríamos de participar da secção "Intercâmbio", trocando informações e publicações sobre cultura popular, em particular sobre a Cultura Negra.

Jornal "O Repórter do Povo", Sílvia Nogueira, Mococa, SP, Brasil.

"Cadernos" em Macau

(...) Acabo de encontrar no novo local da Biblioteca Municipal de Macau, cidade onde estou a trabalhar, vários exemplares de cadernos, de onde tirei o vosso endereço. Saudações cordiais para toda a equipa. *Real de Azúa, Colégio do México, México, DF.*

Socialismo no Terceiro Mundo

Parabéns pela revista, que está tendo reportagens interessantes em todos os números. Uma antiga vontade minha, e aliás um dos motivos que me levaram a assinar a revista, é a de conhecer através de relatos fidedignos a estrutura sócio-económica dos países socialistas. Como a revista trata desses países do Terceiro Mundo, eu sugeriria reportagens nas quais os seus sistemas de governo, de produção etc, fossem dissecados. Aliás, a reportagem sobre o Alcool esteve ótima, e é nela que eu me baseio para solicitar essa reportagem. *Márcio J. A. Barbosa, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

Questão palestina

Venho sugerir que cadernos faça uma ampla matéria sobre o povo palestino, esse povo sem pátria, incluindo na matéria um histórico da OLP até aos dias de hoje. *Jaci L. Magnone, Vitória, ES, Brasil.*

(...) Gostaria que fosse abordado, em trabalhos futuros, o conflito entre palestinos no Líbano, retratando os factos que eles têm vivido, a partir das suas causas, desde a guerra da Cisjordânia, inclusive com um histórico das facções políticas em conflito, acrescentando-se ainda o problema sionista e a possível intervenção norte-americana, após o ataque ao seu quartel-general. *Aginaldo Baptista, Aracaju, SE, Brasil.*

N.d.R. cadernos já publicou extensas reportagens sobre a história do povo palestino e a luta pela autodeterminação da sua pátria nos nºs 27, 28, 35, 42, 46, 52 e 56.

INTERCÂMBIO

- *Simão Gonçalves Augusto*
C. P. 458 - Huambo - Rep. Pop. de Angola
- *Evaristo Mândi*
Escola Nacional de Aviação Militar
C. P. 140 - Negage - Urge - Rep. Pop. de Angola
- *Milton Lucas da Silva*
Posse Müller - Victor Graeff - RS - Brasil - CEP.: 99.350
- *Carlos A. M. Cavalcanti*
C. P. 57 - Olinda - PE - Brasil - CEP.: 53.000
- *Marcos A. Lahoz do Prado*
Rua 3 de Maio, 549 - Higienópolis - Catanduva - São Paulo - SP - Brasil - CEP.: 15.800
- *Sérgio Jank*
Av. Rio Branco, 425 - Santa Rosa RS - Brasil - CEP.: 91.000
- *Luiz Claudio Duarte*
Rua São João, 446 - Parque Aurora Campos - RJ - Brasil - CEP.: 28.100
- *Luiz Eduardo Alves*
Al. Ministro Rocha Azevedo, 25 - 119 São Paulo - SP - Brasil CEP.: 01.410
- *Renato Vernaschi Lima*
Rua dos Bancários, 41 - Bairro Maria Isabel - Marília - SP - Brasil CEP.: 17.500
- *Daisy Peters Richter*
Rua Aristarco Ramos, 118/201 Moneró - Dendê - Ilha do Governador - RJ - Brasil CEP.: 21.920

- **BENGUELA**
Livreria 10 de Fevereiro
- **BIÉ**
Livreria 11 de Fevereiro
- **CABINDA**
Livreria Lunda
Quiosque Maiombé
- **CALULO**
Livreria 17 de Setembro
- **DONDO**
Livreria 2 de Março
- **GANDA**
Livreria 1.º de Maio
- **HUAMBO**
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- **HUILA**
Livreria 27 de Março
- **K. KUBANGO**
Livreria Kilamba
- **KUANZA-NORTE**
Livreria 10 de Dezembro
- **KUANZA-SUL**
Livreria Anibal de Melo
- **LOBITO**
Livreria 11 de Novembro
- **LUANDA**
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro
- **LUNDA-NORTE**
Posto de Venda
- **LUNDA-SUL**
Livreria Deolinda Rodrigues
- **MALANGE**
Livreria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo
- **MOXICO**
Livreria 14 de Fevereiro
- **NAMIBE**
Livreria Lutuíma
- **NEGAGE**
Livreria Saily Mingas
- **SOYO**
Livreria Lundogi
- **UIGE**
Livreria 10 de Dezembro
- **ZAIRE**
Livreria Sagrada Esperança

**LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Angola: Plano Nacional prossegue com carácter de emergência

□ O presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, referiu durante a abertura da Sétima Sessão da Assembleia do Povo que o Plano Nacional continuará a assumir durante o ano de 1984 um carácter de emergência, segundo decisão do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho.

"O êxito só é possível quando há uma correspondência entre as deliberações ou resoluções que aprovamos e a respectiva aplicação prática", afirmou o chefe do Estado angolano que salientara anteriormente a necessidade de aperfeiçoamento na execução do Orçamento Geral do Estado e que acrescentou dever ser preocupação fundamental de todos os sectores da economia nacional, "a materialização das metas traçadas".

Neste sentido, José Eduardo dos Santos apontou a necessi-

dade da presente Assembleia do Povo se preocupar igualmente com o acompanhamento da execução das decisões que se tomam, adoptando medidas para que se procure o reforço das estruturas executivas, as quais — assinalou — têm apresentado debilidades impedindo a rapidez que seria necessária. "Esta maneira de proceder não prestigia os deputados nem os dirigentes responsáveis do governo", alertou o presidente angolano, acrescentando que, "pelo contrário, mina paulatinamente a imagem do Estado e tem como consequência grave a desmotivação e o desânimo das massas trabalhadoras e dos quadros".

Referindo-se à situação de guerra de que Angola é vítima por parte da África do Sul, José Eduardo dos Santos sublinhou que "temos de fazer a guerra justa do povo contra o imperialismo, sem descurar,

contudo, a produção para o fortalecimento da nossa economia e para mantermos a nossa sobrevivência como Estado independente e soberano".

Com efeito, os mais recentes ataques sul-africanos ao sul de Angola são bem demonstrativos de como, a pretexto do seu "direito em perseguir os terroristas da SWAPO" a África do Sul de facto, está a atingir alvos fundamentais para a economia angolana.



José Eduardo dos Santos

Chade: o fracasso da conferência de pacificação

O chefe do Governo de Unidade Nacional Chadiano, (GUNT), Gukuni Ueddei, acusou os governos norte-americanos, francês e Hissène Habré, que domina N'Djamena, pelo fracasso da Conferência de Reconciliação que se realizou em Addis Ababa no mês de Janeiro último.

Gukuni Ueddei disse que a

administração norte-americana e os seus agentes na África estão por detrás do fracasso da reunião de Addis Ababa, apesar de todos os esforços realizados para que a conferência constituísse um êxito. Exigiu, uma vez mais, a retirada das tropas francesas do território do Chade.

Por outro lado, a Líbia advertiu o governo francês contra "toda intervenção estrangeira

no conflito, assim como toda implicação procedente do exterior em acções que não beneficiam o povo do Chade, dividido pela guerra civil". A advertência do governo líbio vem na sequência do derrube em 23 de Janeiro último de um caça francês Jaguar que sobrevoava uma coluna blindada do Exército de Libertação Nacional (ANL), chefiado por Gukuni Ueddei.

Granada: partidários de Bishop reorganizam-se

Os simpatizantes do ex-primeiro-ministro de Granada, Maurice Bishop, assassinado durante o golpe de Estado que foi o pretexto para a invasão norte-americana nessa ilha das Caraíbas, decidiram reorganizar-se e participar nas próximas eleições nacionais, afirmou recentemente na Alemanha Federal o ex-ministro da Indústria granadino, Kenrick Radix.

Radix, considerado estreito colaborador de Bishop durante o governo revolucionário, participou em fins de Janeiro passado numa conferência internacional sobre Granada, realizada em Hamburgo.

O ex-ministro declarou que os partidários do líder assassinado desejam fundar um partido que prossiga a política revolucionária aplicada entre 1979 e 1983, e seja capaz de expressar a vontade da maioria da população insular.

Radix destacou a recente

criação em Granada da "Fundação Comemorativa Maurice Bishop", que tem por objectivo defender as reivindicações sociais conseguidas durante o processo revolucionário e que o actual governo pretende suprimir.

Durante a conferência, Ra-



A linha política de Bishop não morreu

Daimler Benz aumenta participação na África do Sul

A empresa automobilística alemã federal *Daimler-Benz* anunciou que aumentará até meados deste ano para 50,1% a sua participação na firma sul-africana UCCD, de Pretória, que fabrica veículos com a sua licença. Actualmente, o consórcio sul-africano, que trabalha também com licença da empresa japonesa *Honda*, conta com uma participação de 36,7% em acções da firma alemã.

Durante o ano de 1983, produziram-se na África do Sul 13.600 automóveis *Mercedes Benz*. A empresa sul-africana produz também 4.200 veículos

de carga com licença da *Daimler-Benz*. A participação da empresa alemã na África do Sul data do ano de 1976 tendo sido criticada em diversas ocasiões por sectores políticos e sindicais pela sua cooperação com o regime de Pretória.

Oficialmente, o governo de Bona juntou-se às condenações internacionais contra o *apartheid*.

Petróleo chinês

A Esso norte-americana e a Shell britânica assinaram com a China acordos de prospecção e exploração das jazidas de petróleo chinesas.

Os protocolos foram concluídos após uma disputada

dix — membro co-fundador do Partido "New Jewel" — criticou duramente a conduta de Bernard Coard, ex-ministro das Finanças e líder principal da revolta que derrubou Bishop. Radix afirmou que Coard é, em parte, responsável pelas intrigas políticas que produziram a crise interna na ilha e que culminaram em Outubro passado com a invasão das tropas dos Estados Unidos e de alguns países das Caraíbas.

Um relatório elaborado por vários parlamentares liberais britânicos que viajaram recentemente à ilha refere que o actual governo de Granada depende de facto do governador geral Paul Scoon e que este actua, por seu lado, seguindo orientações dos assessores militares norte-americanos estacionados na ilha.

O relatório acrescenta que as purgas políticas afectaram centenas de professores, assistentes sociais e funcionários públicos e que, em alguns casos, as perseguições terminaram com a extradição desses trabalhadores e seus familiares.

competição entre 33 companhias petrolíferas de nove países que, no total, haviam apresentado mais de cem propostas.

Segundo os acordos com a companhia nacional chinesa para a prospecção e exploração do petróleo e gás nas áreas costeiras da China, a Esso e a Shell efectuarão prospecções na plataforma continental que se estende por 5.120 quilómetros quadrados, correndo com todos os riscos e despesas. A China só participará com os seus fundos uma vez comprovada a viabilidade comercial dessa exploração. Até agora a China firmou, nesse sector, 14 acordos com 16 empresas petrolíferas de oito países.

Contadora: balanço positivo de um ano de actividade

□ O Grupo de Contadora, criado em Janeiro de 1983 pelo México, Panamá, Colômbia e Venezuela para alcançar uma saída diplomática que evite um conflito entre os países da América Central, completou um ano de actividades com um resultado que os seus membros consideraram "muito significativo". Em reunião realizada no Panamá, entre 7 e 9 de Janeiro passado, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos quatro países do Grupo mais os da Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua e Honduras, assinaram um acordo sobre as normas de execução das medidas para a paz na área.

Essas normas referem-se aos dispositivos do Documento de Objectivos, com 21 pontos, elaborado pelo Grupo de Contadora e assinado pelos cinco países centro-americanos em Setembro passado. O documento prevê, entre outras medidas, a retirada dos assessores militares estrangeiros da região, redução das forças armadas, fim do tráfico de armas, respeito pelas fronteiras territoriais e pelo direito de autodeterminação dos Estados. Três comissões foram criadas para preparar recomendações e projectos jurídicos nas áreas da Segurança, Política e Problemas Económicos e Sociais. Elas devem apresentar calendários e programas de trabalho e as suas recomendações serão levadas à reunião do Grupo de Contadora com os ministros dos Negócios Estrangeiros dos outros cinco países da região, marcada para o próximo dia 30 de Abril.

Nas questões de Segurança, área mais controversa das negociações, os países concordaram com a preparação de um rela-

tório pormenorizado das instalações militares, armamentos e efectivos, com base no qual serão fixados os critérios para a política de controlo de armas.

Os assessores militares estrangeiros e agentes envolvidos em actividades de segurança serão recensados em cada país e retirados de acordo com calendário a ser estabelecido. O acordo determina ainda a identificação e erradicação de grupos que, baseados ou apoiados por um país da região, desenvolvem acções de desestabilização noutro país; a localização das rotas de tráfico de armas e criação de mecanismos de comunicação entre os governos para prevenir e resolver problemas.

A proposta na área política aponta para se promover, em cada país, a reconciliação nacional com base na justiça, liberdade e democracia; garantia e respeito aos direitos humanos; livre manifestação de todas as correntes políticas e realização de eleições com a participação de todos os partidos em igualdade de condições.

No campo económico, foi sugerida a intensificação dos programas de ajuda a refugiados e o estímulo à repatriação; a criação de estruturas econó-

micas que assegurem o direito ao trabalho, educação, saúde e cultura; o incentivo ao comércio regional e a projectos de investimentos conjuntos através do Banco Centro-Americano de Integração Económica (BCIE), Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) e Comité de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social da América Central (CADESCA) e Sistema Económico Latino-Americano (SELA).

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Colômbia, Rodrigo Lloreda, considerou a reunião do Panamá "um avanço significativo" para se alcançar futuros acordos de paz. Salientou ainda que a América Central "é a única zona em conflito no mundo em que as partes se reúnem e há diálogo permanente e pelo menos uma esperança de se chegar à paz".

O ministro de Honduras, Edgard Paz Barnica, disse que o acordo do último encontro contém medidas "de execução imediata para se obter a paz regional". O seu homólogo da Nicarágua, Miguel D'Escoto, advertiu, no entanto, que o acordo não afasta o perigo de uma intervenção militar norte-americana na área. "É precipitado", acrescentou, "criar expectativas que não sejam realistas. A permanência de bases norte-americanas na região e a realização de manobras militares ameaçam a paz e a segurança na América Central".

El Salvador, no centro da acção diplomática do Grupo de Contadora



Equador: centro-esquerda vence em três cidades

Os candidatos dos partidos de centro-esquerda venceram as eleições para presidentes de Câmaras nas três principais cidades do país: Guaiquil, Quito e Cuenca. Nas eleições gerais de 29 de Janeiro passado, os equatorianos votaram para presidente e vice-presidente da República, deputados nacionais e estaduais, presidentes de câmaras, conselheiros provinciais e municipais.

O predomínio da centro-esquerda nos principais municípios reproduz o panorama da eleição presidencial, onde, entre os nove candidatos, Rodrigo Borja, da Esquerda Democrática (ID), teve ligeira vantagem sobre o candidato da direita, Frente de Reconstrução Nacional (FRN), León Febres Cordero. A decisão ficou para um segundo escrutínio para presidente e vice-presidente a ser realizado a 6 de Maio próximo, apenas entre os dois candidatos mais votados.



Rodrigo Borja

Das eleições participaram 17 partidos, que formaram nove listas. O escrutínio decorreu sem incidentes, tendo-se registado apenas alguns conflitos na região costeira, com um saldo de 20 feridos e 20 presos. Pela primeira vez na história do Equador, votaram analfabetos e maiores de 65 anos.

Panamá: um mártir da soberania nacional

O Conselho Nacional de Legislação (Parlamento) do Panamá proclamou "mártir da soberania nacional" o jovem Rolando Perez que se imolou, em início de Janeiro, em frente à embaixada dos Estados Unidos, como forma de protesto pelo não-cumprimento dos tratados assinados a respeito do canal do Panamá.

O governo de Washington foi acusado por autoridades panamianas, partidos e organizações políticas e sindicais de ignorar os tratados que, entre outras cláusulas, proibem o uso

das bases militares na área para acções armadas contra terceiros países.

Na área do canal do Panamá, o exército norte-americano mantém a sede do Comando-Sul das suas forças armadas, com sete bases militares e cerca de 20 mil efectivos.

A resolução do Conselho Nacional de Legislação afirma que a morte de Pérez "deve servir de sinal de alerta" para os que acreditam que o povo panamiano "tenha afrouxado a guarda na luta secular pela recuperação da independência nacional".

África: migração rural permanece no campo

Ao contrário do que geralmente se crê, o principal fluxo migratório em África é de uma região rural para outra, e não para centros urbanos. Foi isso que afirmou na Segunda Conferência Africana sobre População, realizada recentemente na cidade tanzaniana de Arusha, o nigeriano Aderanti Adepoju baseando-se em estudos realizados no Gana, Tanzânia, Nigéria e Camarões.

"Nos casos em que existe uma significativa migração do campo para a cidade (como acontece no sul da África) não está provado que a diminuição da pressão populacional nas zonas rurais se tenha traduzido numa utilização mais racional e intensiva da terra", declarou.

Durante as duas últimas décadas, as condições de vida da maioria da população rural pioraram, apesar de um relativo crescimento económico. As principais causas dessa situação são a inflação, distribuição desigual do rendimento e dos recursos, e um lento crescimento ou estagnação na agricultura.

Alguns países foram apontados como mercedores de especial atenção, como a Nigéria, Chade, Sudão, Zâmbia, Botswana, Mali e a República Centro-Africana, nos quais se favorecem os gastos públicos em áreas urbanas.

A Conferência salientou que a população urbana africana chegará a 45% no ano 2.000, em contraste com os actuais 20%. Estas cifras ultrapassam os 39% asiáticos, mas estão muito abaixo dos 75% latino-americanos.

Brasil: o povo exige eleições directas

☐ Cerca de 400 mil pessoas encheram a Praça da Sé e ruas adjacentes em São Paulo, no maior comício já realizado naquela capital desde 1964.

A manifestação em favor das eleições directas foi coordenada por uma comissão interpartidária — PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PT (Partido dos Trabalhadores), com a adesão de sectores representativos do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e também do partido governamental PDS (Partido Democrático Social) — e contou com a presença de cinco governadores: Franco Montoro, de São Paulo; Leonel Brizola, do Rio de Janeiro; José Richa, do Paraná; Iris Rezende, de Goiás e Nabor Júnior, do Acre. Além do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, discursaram o presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio da Silva (Lula) e o governador Brizola, entre vários outros oradores, num ambiente de extraordinário entusiasmo.

Grandes nomes do meio artístico brasileiro, como Fernanda Montenegro, Chico Buarque de Holanda, Fafá de Belém, Carlos Vereza, Bruna Lombardi, Cristiane Torloni, Alceu Valença, Gilberto Gil, Regina Duarte, participaram no comício.

Outros actos de apoio às eleições directas foram realizados em diferentes capitais brasileiras, todos caracterizados por um grande fervor cívico e a presença de grandes multidões.

☉ O diário *Folha de São Paulo* que tem mantido uma posição de apoio à escolha demo-

crática do presidente da República, ao contrário dos outros jornais da chamada "grande imprensa" que omitem ou distorcem os factos — referiu-se assim ao espírito da assistência ao acto da Praça da Sé:

"Havia muita alegria, sim, mas sentia-se também um ódio enorme contra o regime, o governo federal, os políticos do PDS e a 'Rede Globo' (cadeia gigante brasileira de televisão, rádio e imprensa)".



Vista parcial do comício da Praça da Sé

A batalha política pelas directas une as correntes mais diversas do pensamento ideológico do Brasil, que vão desde os conservadores até os radicais de esquerda. Os sindicatos, as associações profissionais, os estudantes, a igreja, as classes médias e populares, são virtualmente unânimes no apoio à escolha do presidente por eleições directas. As sondagens

mais representativas apresentam resultados superiores a 90% a favor das directas, e há um facto expressivo: mesmo as pessoas que do ponto de vista doutrinário consideram as eleições indirectas como democráticas, questionam o "modelo brasileiro" pelos vícios do Colégio Eleitoral — que, em princípio, deve eleger o novo presidente — no qual se incluem os senadores "biónicos", virtualmente nomeados pelo regime.

Vários governadores do PDS, inclusive de Pernambuco, Santa Catarina e Ceará, são favoráveis às eleições directas. Também dezenas de deputados do PDS e

quase todos do PMDB estão nessa linha. A opinião dominante nos meios políticos é a de que a escolha de um presidente por um método denunciado como ilegítimo, num momento de grave crise que o Brasil atravessa, poderá comprometer a estabilidade política e económica, a paz social e o futuro das instituições democráticas no país.

Estados Unidos: a política dos direitos humanos

□ "A política internacional de direitos humanos da administração norte-americana foi um fracasso em 1983, contribuindo mais para prejudicar do que para promover a causa dos direitos humanos."

Na crítica mais corajosa feita até ao momento contra a concepção do presidente Reagan sobre os direitos humanos no mundo, o Comité de Juristas para os Direitos Humanos, o Grupo de Helsínquia e o Grupo da América acusaram o Departamento de Estado de apoiar as violações dos direitos humanos nos países aliados. O relatório, de 107 páginas, atribui especial responsabilidade ao director de Assuntos sobre Direitos Humanos do governo, Elliot Abrams, por "apoiar governos brutalmente repressivos aliados dos Estados Unidos". Contudo, sublinha que o presidente Reagan é o responsável directo por esse fracasso.

"Os direitos humanos foram utilizados como um instrumento de guerra" afirmou o presi-

dente do Comité de Juristas, Marvin Frankel. O governo, acrescentou, reagiu com prontidão perante as violações ocorridas na Europa Oriental ou Nicarágua "e também não demonstrou a apoiar ou minimizar" violações em países amigos.

Os três grupos que apresentaram o relatório fiscalizam a observância dos direitos humanos no mundo e pressionam o governo dos Estados Unidos para que os promovam através da sua política externa.

O documento condena também a política em matéria de refugiados e de asilo político, que é dirigida com "rigidez ideológica", favorecendo os que escapam de regimes comunistas. "Setenta e oito por cento dos pedidos de asilo provenientes da União Soviética foram aceites durante o ano fiscal de 1983", afirmam, citando estatísticas do serviço de migração. Mas só foram concedidos uns 2% dos pedidos provenientes de El Salvador.

"A ausência de uma acção equitativa em matéria de violações dos direitos humanos enfraqueceu qualquer defesa que os Estados Unidos possam fazer das vítimas da União Soviética", afirmam os autores, "porque carece de credibilidade."

Numa análise de 23 países, o relatório cita exemplos de como a administração de Washington "ignora, redefine, veta ou desafia leis dos Estados Unidos" que pretendem promover o respeito pelos direitos humanos. Os esforços do governo para fornecer assistência em matéria de segurança à Guatemala, o seu apoio a empréstimos por parte de instituições multilaterais a países como Coreia do Sul e Uruguai, assim como a sua assistência militar às Filipinas figuram entre os exemplos.

Finalmente, o documento destaca de maneira especial a ajuda dos Estados Unidos a El Salvador, condenando a administração Reagan por haver garantido em duas ocasiões no ano passado que o governo salvadoreño progredia no respeitante aos direitos humanos, "apesar da vexatória evidência em sentido contrário".

O racismo em Israel

□ Foi criado, numa reunião pública em Tel Aviv, um "Comité judeu-árabe pela coexistência, contra o racismo e a discriminação", uma nova frente de luta que se abre em Israel.

A notícia foi divulgada pelo jornalista Isaac Ackelrud, articulista do diário brasileiro *Folha de São Paulo*, analisando a política oficial israelita que

marginaliza os árabes como "um cancro no corpo do Estado".

O jornalista descreve uma aula dada pelo professor Reuven Amir em Alufa, cidade situada a meio caminho entre Haifa e Tel Aviv, para explicar o que foi a ideologia nazi. Durante essa aula o professor leu e discutiu textos anti-semitas, que

atribuiu aos nazis europeus. Os jovens estudantes sentiram-se perplexos e indignados quando o professor lhes revelou que o texto era da autoria de judeus e circulava na cidade israelita de Alta Nazaré. Onde ele havia lido "judeu" estava, na verdade, escrito "árabe".

Além de Alta Nazaré, onde os racistas não admitem moradores palestinos, que são cidadãos de Israel, existem pressões anti-árabes em Jerusalém e Hebron, tudo sublinhado "por acções terroristas que enxovalam e desonram o judaísmo".

África: muitos países às portas da fome

□ O director-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Edouard Saouma, advertiu que muitos países africanos estão "às portas da fome".

Num discurso pronunciado na sessão de encerramento da sexta reunião do Comité Internacional Permanente para o Controlo das Secas no Sahel (CILSS), realizada em Niamey, Níger, Saouma afirmou que o continente vive hoje uma crise alimentar tão séria como a que ocorreu em consequência da "grande seca" de 1973.

A agência da ONU, num comunicado de imprensa emitido pela sua sede em Roma, assinou que Saouma garantiu aos líderes do Sahel (região ao sul do

deserto do Sara) "firme apoio e assistência da FAO" para combater a seca e a fome na região.

"O nosso apoio ao CILSS nunca se enfraqueceu, e posso garantir-lhes a minha firme decisão de fortalecer ainda mais a nossa frutífera cooperação", declarou Saouma. Acrescentou que a FAO mantém "vínculos especiais e privilegiados" com o Comité desde 1973. O CILSS foi criado nesse ano, durante a grave seca que devastou os países da área.

"A África, como um todo — observou Saouma — padece da infeliz conjunção da crise económica mundial e de uma série de catástrofes naturais".

Os países mais pobres foram as principais vítimas da actual

necessão, com a paralisação do seu comércio externo e o colapso dos preços das matérias-primas.

O director-geral da FAO tem feito apelos constantes à comunidade internacional para que "tome a sério a ameaça de fome que se abate sobre quase 150 milhões de pessoas na África". Desta vez, pronunciou-se pelo imediato fortalecimento da capacidade de desenvolver a irrigação nas áreas mais secas do Sahel. Um exemplo dessas medidas são as grandes represas que estão a ser construídas no vale do Senegal, que permitirão a irrigação de 140 mil hectares. Mas, segundo o director-geral da FAO não se pode esperar até que se conclua a construção dessas obras: "deve-se tomar medidas agora mesmo". A FAO dá assistência técnica aos países do Sahel através de 130 projectos de desenvolvimento com um custo total de 180 milhões de dólares.



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Cooperar e desenvolver

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

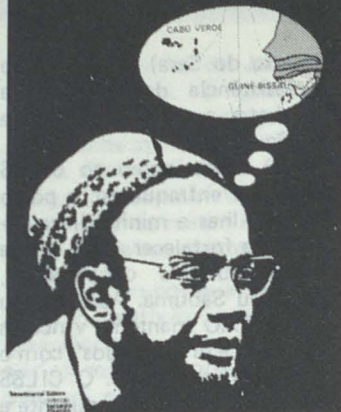
Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa

SOBRE A UNIDADE NO PENSAMENTO DE AMILCAR CABRAL

Sérgio Ribeiro



Sobre a unidade no pensamento de Amílcar Cabral

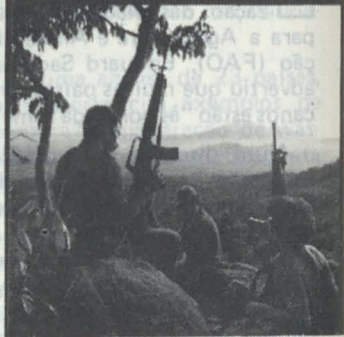
Sérgio Ribeiro

Interpretação de um dos temas fundamentais do pensamento de Amílcar Cabral

Prefácios de Alfredo Moura
e Vasco Cabral

EL SALVADOR O caminho dos guerrilheiros

Carlos Gil



El Salvador O caminho dos guerrilheiros

Carlos Gil

Quinze dias com os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí
Vinte páginas de fotos da guerrilha
A história recente da luta do povo salvadorenho
Os principais documentos da revolução

Prefácio de
José Cardoso Pires

terceiro mundo



Mapas:
Fotografias:
Plano Editoriais:
de Todos os Países
do Mundo

guia do terceiro mundo 1983

Três edições
Tricontinental Editora

Preços especiais para assinantes

Casa Branca versus Nações Unidas

A saída dos Estados Unidos da Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura constitui um duro golpe para o sistema da ONU e para as relações entre os Estados tal como foram concebidas e estabelecidas desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

O governo do presidente Ronald Reagan revelou no final de 1983, com um ano de antecedência, segundo o exigido pelos estatutos da organização, a decisão de abandonar a Unesco. Isso significa que a desvinculação definitiva da superpotência se tornará efectiva a 1 de Janeiro de 1985.

Diversas foram as razões expostas pela Casa Branca para fundamentar a sua grave decisão. Entre elas figuram a politização do organismo, atitudes supostamente adversas ao livre mercado e à liberdade de imprensa, a expansão do seu orçamento e uma burocracia exagerada.

É, por outro lado, notória a irritação do governo e do *establishment* norte-americano pela orientação assumida pelos países do Terceiro Mundo — que compõem a maioria numérica do organismo — no sistema das Nações Unidas. Em mais de uma ocasião, a unanimidade maciça dos países subdesenvolvidos e socialistas, produziu na Unesco e em outras agências das Nações Unidas, votações incomodamente maioritárias em prol de resoluções julgadas por Washington como contrárias aos seus interesses. Em outros debates, os Estados Unidos viram-se totalmente isolados, inclusive em relação aos seus aliados da área capitalista. Assim sucedeu por exemplo, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) debateu um código de conduta voluntário em relação aos substitutos do "leite materno", tendo a delegação norte-americana sido a única que votou contra.

A série de divergências registadas no âmbito da comunidade internacional foi assinalada pelo *establishment* dos EUA como a consequência de uma aliança Terceiro Mundo-Países Socialistas, que favorece, na sua interpretação, o comunismo e é antagónica das democracias liberais.

Se abordarmos o problema por um prisma mais objectivo, pode-se afirmar que, independentemente de algumas esferas de coincidência entre aqueles grupos de países, os resultados que tanto irritam a Casa Branca devem-se à sua defesa de causas prejudiciais para a maioria dos membros das Nações Unidas. E, como se sabe, na ONU aplica-se o democrático sistema de um voto por cada Estado membro. É, pois, natural que a superpotência fique em minoria e não consiga impor os seus pontos de vista.

Tal como observou uma personalidade insuspeita, o delegado da Alemanha Federal no Conselho Directivo da Unesco, Karl Moersch, "não existe o que os Estados Unidos denunciam como uma aliança entre a área socialista e o Terceiro Mundo.

O que existe são diversos interesses e diversas formas de ver as coisas e isso é o que os Estados Unidos, ao que parece, não querem aceitar". Sobre as supostas tendências de esquerda ou inclinações para a União Soviética da Unesco, Moersch afirmou que "carecem de todo o fundamento, já que em muitas ocasiões a delegação soviética também se encontrou em minoria face aos países em desenvolvimento".

As restantes acusações lançadas por Washington não têm maior solidez das que acabamos de examinar. A politização a que se alude não excede o âmbito normal das atribuições institucionais da

O caminho dos
guerrilheiros

agência e demonstra que o motivo do repúdio provém do facto de que não se aceitou a direcção política que a administração Reagan quis imprimir. Quanto à expansão orçamentária e à burocratização — segundo os conhecedores do sistema da ONU — podem ser verdadeiras para a generalidade desse sistema e suas agências, mas não é exacto que a Unesco incorra em maior grau que outras agências em tais tendências.

Torna-se, portanto, necessário indagar acerca das reais motivações de Reagan e dos círculos conservadores que o sustentam e, nesse sentido, só resta a explicação do despeito político. Convém recordar que os EUA contribuíram decisivamente para a fundação da ONU e inclusive da Unesco. Imediatamente após a última guerra mundial, essa nação era a única superpotência do planeta e a sua influência nos assuntos internacionais era insuperável. É muito provável que, certos do seu poderio, os norte-americanos, que contribuíram para a criação do sistema, tenham acreditado que, para lá do mecanismo democrático de decisões da ONU e do princípio de um voto por Estado (que apenas não vigora no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial), a potência norte-americana conservaria no futuro um controlo decisivo da ONU.

Assim foi durante os primeiros tempos, quando a Europa Ocidental e Oriental, assim como o Japão, estavam voltados para a reconstrução do pós-guerra e quando a maior parte dos actuais membros do Terceiro Mundo eram ainda colónias. Nos anos seguintes, a Europa Ocidental e o Japão, por um lado, e os países socialistas por outro, expandiram as suas economias num ritmo veloz. Foi assim que o poder real, económico, político e militar, se distribuiu de um modo mais igualitário entre os países industrializados do Norte, capitalistas e socialistas.

Neste horizonte afirmou-se outra superpotência face aos Estados Unidos: a URSS. E, apesar do maior peso relativo da América do Norte no âmbito capitalista avançado, formou-se um quadro tripolar cujos eixos de gravitação, além do norte-americano, são a Comunidade Económica Europeia (CEE) e o Japão. Paralelamente desenvolveu-se o processo de

descolonização que nos nossos dias se encontra nas suas últimas etapas. Nas Nações Unidas ingressaram numerosos Estados do Terceiro Mundo, alguns pró-socialistas e governados por movimentos de libertação, outros que não possuindo uma orientação revolucionária, adoptaram condutas nacionalistas, enquanto que o grupo mais numeroso é constituído por governos que, a partir de uma perspectiva global, podem ser considerados numa linha de concordância política com a área capitalista.

Porém, todos esses países têm em comum o facto de estarem sujeitos à dominação económica e à dependência do capitalismo central dominado pelos Estados Unidos. Desta contradição objectiva derivaram interesses divergentes em vários aspectos, que não podiam deixar de reflectir-se no sistema das Nações Unidas.

O facto de a sua posição hegemónica no mundo se ter deteriorado, foi vivido como uma frustração nos Estados Unidos, onde a classe dirigente não quer resignar-se a abandonar o papel de "líder mundial", uma designação que traz consigo a atribuição de ditar aos restantes países as características do ordenamento internacional, a intangibilidade da própria esfera de influência tal como foi delineada após a Segunda Guerra Mundial e, portanto, o emprego da força para impedir a saída do âmbito capitalista e pró-norte-americano e da situação de dependência das nações que optem por uma via independente de desenvolvimento. (E esses atributos não esgotam o conjunto de pretensões que inclui a aspiração imperialista implícita na liderança mundial do *establishment* norte-americano.) A redistribuição do poder foi contudo uma realidade que, obviamente os dirigentes dos Estados Unidos não puderam impedir, mas que experimentaram com frustração e rancor. A derrota no Vietname foi o mais clamoroso exemplo da nova situação internacional e não fez senão aumentar os ressentimentos dos grupos dominantes da superpotência, desejosos de desforra. Tais são os sentimentos e perspectivas que o governo Reagan encarna, convicto da crença de que os seus antecessores contemplaram

passivamente o crescimento de forças hostis à liderança norte-americana, que na sua confusa e primária visão de mundo consiste numa vasta coligação conspirativa entre o Terceiro Mundo e a União Soviética e seus aliados.

Por oposição, Reagan propicia a linha dura, a decisão para o emprego da força militar e o poderio económico para combater as realidades que considera politicamente hostis. O tremendo impulso da corrida armamentista, a invasão de Granada, a participação bélica em Beirute, o corte da contribuição para as Nações Unidas e a saída da Unesco são portanto acções que se inscrevem dentro de uma mesma política caracterizada pela agressividade, a fim de procurar preservar os interesses próprios e impor as suas próprias aspirações a todos os outros.

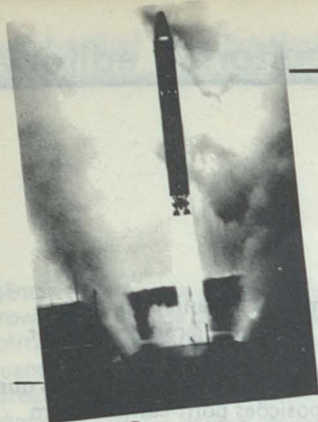
No caso das Nações Unidas, o instrumento de pressão é o dinheiro. Já que os Estados Unidos é o maior contribuinte do sistema, em proporção da sua dimensão económica, o governo Reagan procura, por intermédio da ameaça orçamental, reconquistar uma influência que não pôde conseguir por meio da persuasão intelectual ou do prestígio político. "Os que pagam a conta não têm votos, e os que têm votos não pagam a conta", insiste em dizer Jeane Kirkpatrick, a representante permanente do governo norte-americano perante as Nações Unidas.

Pelo visto, os governantes de Washington estão a aplicar nas relações internacionais não os princípios da democracia que teoricamente lhes competiria defender, mas os da plutocracia, negação da primeira. A saída norte-americana significa a perda de 25% do financiamento da Organização, que enfrentará graves dificuldades. Estas expressar-se-ão na redução e anulação de projectos educativos e culturais no quadro da cooperação com os países subdesenvolvidos. O desvinculamento da Unesco é, ao mesmo tempo, uma ameaça ao resto do sistema da ONU, onde o peso orçamental norte-americano é equivalente ao que tinha nessa agência. É provável que, em alguns casos, o receio de outro abandono que colocaria em crise uma agência determinada, induza a algumas concessões. Porém, isso já tinha acontecido no conselho da Unesco quando se

votaram os programas da Organização para o biénio 1984-1985. Sob a mediação do director geral da agência, Amadou M'Bow, as diversas partes envolvidas — isto é, os países membros que tinham diferentes posições políticas — fizeram concessões que permitiram um consenso e a aprovação do programa, incluindo o voto norte-americano.

A conclusão paradoxal do governo Reagan foi que, se tudo o que podia obter eram concessões e modificações sobre projectos com os quais não estava de acordo, seria melhor abandonar a Unesco. Como não se trata, portanto, de discutir e de negociar concessões, mas de modificar totalmente a política que a maioria dos Estados membros dita às Nações Unidas, a atitude "reaganiana" ignora a concepção democrática e o princípio de igualdade entre os Estados. A Unesco, por exemplo, tinha feito sua a tese da Nova Ordem Informativa Internacional (NOII) quando reconheceu que os meios de comunicação de massas estão claramente controlados pelo Norte capitalista e não permitem aos países do Terceiro Mundo um razoável acesso à informação mundial. Em consequência disso, a Organização elaborou uma série de projectos com o intuito de corrigir um desequilíbrio flagrante. Caberia indagar se o desvinculamento da Unesco será seguido por outros e se é possível que se chegue a uma retirada global dos EUA da ONU. O governo norte-americano, não exclui nas suas declarações a possibilidade de novas retiradas e, seguramente, diz o que pensa. Em última instância, o abandono da ONU por parte de um dos seus fundadores implica admitir uma derrota política, assim como a renúncia à Unesco foi a consequência de um fracasso político dos Estados Unidos.

Porém, é um facto que o governo Reagan introduziu no sistema internacional uma atitude intolerante e plutocrática, que abala os laços da convivência e da cooperação entre Estados membros de ideologias e interesses que correspondem à pluralidade política do mundo. Portanto, e enquanto subsistir em Washington esta perigosa orientação, é provável que a comunidade internacional sofra novos reveses.



A paranóia nuclear

A luta pela paz

O papel do mundo em desenvolvimento no contexto das negociações pelo desarmamento nuclear

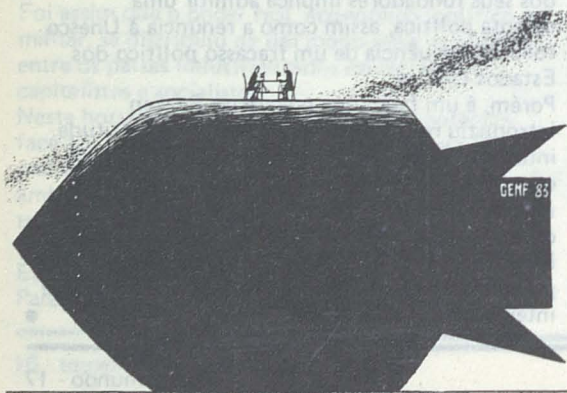
Theotônio dos Santos

Vivemos um momento particularmente angustiante da história da humanidade. Nos últimos 30 anos, o homem desenvolveu a sua capacidade técnica e produtiva a um nível que lhe permite destruir a vida no seu próprio planeta.

A possibilidade de sobrevivência da humanidade deixou de ser um produto do acaso ou das leis naturais para passar a ser uma consequência da liberdade humana. Nos nossos dias, cabe ao homem decidir se prefere a sua sobrevivência como espécie ou o seu extermínio final.

A humanidade não estava ainda preparada para assumir uma responsabilidade tão radical. O sistema jurídico e de relações internacionais era e é extremamente precário. Os Estados nacionais são ainda o marco onde se entrecruzam os interesses das classes sociais e dos vários agrupamentos económicos e políticos. As diversidades nacionais, regionais, étnicas e culturais entrelaçam-se com poderosos interesses económicos e políticos de explora-

“O senhor dizia alguma coisa ou estou a escutar um leve ruído?”



ção, expropriação e dominação.

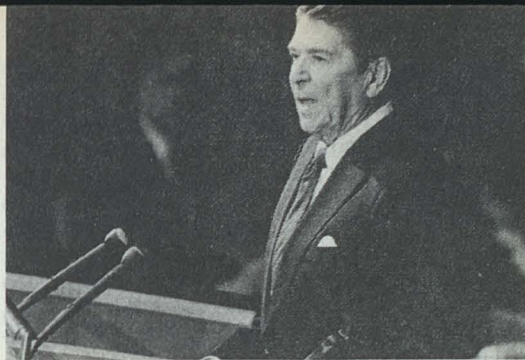
Mas, sobretudo, a humanidade vive hoje uma fase de transição entre um regime sócio-económico em decadência baseado na propriedade privada dos meios de produção, nas relações de trabalho assalariadas, no intercâmbio mercantil, no lucro e na acumulação cega do capital e um novo modo de produção ainda emergente baseado na propriedade social dos meios de produção, na planificação e na distribuição directa dos produtos para atender às necessidades humanas.

O choque, em escala mundial, entre esses princípios opostos de organização social e as forças sociais que os sustentam tende a degenerar em conflitos ideológicos, políticos e, finalmente, militares. E isto torna-se ainda mais dramático quando a luta entre esses regimes sócio-económicos alternativos se encarna em Estados nacionais, com forças militares próprias e com o apoio de uma estrutura económica, tecnológica, científica. Dessa forma, os choques tendem a converter-se em guerras entre nações ou grupo de nações.

Essa foi, primeiro, a origem da “guerra fria” e, em seguida, das modalidades de negociação e intercâmbios que se desenvolveram nos anos 60 e que se converteram no chamado “desanuviamiento” dos anos 70.

A “guerra fria” iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial quando os Estados Unidos e a Inglaterra detinham o monopólio da bomba atómica. Porém, a partir de 1950, a União Soviética e os seus

* Presidente da Associação Brasileira de Informação e Pesquisa sobre a Paz (ABIPP), membro do Conselho Latinoamericano de Investigação sobre a Paz (CLAIP) e da Associação Internacional de Pesquisa sobre a Paz (IPRA).



Tchernenko e Reagan, líderes das duas superpotências: o poder de decidir a paz ou a guerra

aliados passaram a desenvolver um complexo armamento nuclear e, simultaneamente, iniciavam a conquista do espaço com o lançamento do Sputnik em 1958. Essa nova realidade obrigou os países capitalistas a abandonarem a linha de confronto expressa na “guerra fria”. Na década de 60, a União Soviética tinha desenvolvido um aparelho militar capaz de equilibrar-se com o Ocidente e o seu poder de “retaliação” era suficiente para assegurar a “destruição mútua”.

A evolução dessa fantasmagórica terminologia das estratégias nucleares (com os seus conceitos de “retaliação”, “destruição mútua”, “sobremorte” etc) é a prova mais evidente da situação absurda que passámos a viver nos últimos 30 anos. As mentes mais poderosas e os meios económicos e tecnológicos mais sofisticados foram postos ao serviço da destruição de toda a humanidade. Atingiu-se a capacidade de a destruir 50 vezes sucessivas! Como se fosse possível suicidar-se mais de uma vez!

Surgem os acordos tipo SALT

Perante esta realidade, não havia outro caminho senão a negociação. Era preciso encontrar os mecanismos para disciplinar a corrida armamentista já que não era possível ainda suspende-la totalmente. Surgiram assim os acordos tipo SALT, produto da negociação directa das superpotências nucleares.

Para esse fim era necessário reforçar o sistema jurídico e institucional mundial através das Nações Unidas e outros organismos e instituições internacionais. Era indispensável também evitar que as guerras locais — cujo conteúdo tornava-se cada vez mais anticolonialista, antiditatorial e de libertação nacional — evoluíssem para conflitos mais amplos e se desenvolvessem na direcção de uma guerra nuclear.

A construção desse ambiente de negociação e a evolução da consciência mundial sobre a necessidade de se fortalecer a paz, impediu por exemplo, que a derrota norte-americana no Vietname degenerasse numa guerra nuclear; permitiu que a des-

colonização do império português terminasse na independência das suas colónias; tornou possível que um enorme país como o Irão eliminasse uma dinastia aliada dos Estados Unidos sem uma intervenção militar de Washington que poderia iniciar o holocausto nuclear etc. Enfim, o “desanuviamento” funcionou a favor do progresso, da emancipação dos povos do Terceiro Mundo e da justiça social.

Porém, cada avanço dos povos significava de facto um duro golpe na hegemonia dos Estados Unidos. Era a revelação da sua decadência como o império mundial do pós-guerra.

A Organização das Nações Unidas criada sob a hegemonia norte-americana foi mudando de orientação e carácter na medida em que avançava a descolonização e a emancipação dos países do Terceiro Mundo, que passaram a ser a maioria no seio do organismo máximo internacional. A criação e expansão posterior do Movimento dos Países Não-Alinhados — que representa a esmagadora maioria da humanidade — criou uma nova situação internacional. Gerou-se aquilo que Kissinger caracterizou como a “ditadura da maioria”, à qual a potência norte-americana não estava disposta a submeter-se.

As negociações pelo desarmamento nuclear progrediam e punham em cheque os interesses do complexo industrial-militar norte-americano. Cada vez se tornava mais claro o absurdo que representam as despesas militares nos nossos dias.

Este absurdo é ainda maior quando se considera as necessidades do Terceiro Mundo, pois é evidente que o investimento desses recursos na solução dos angustiantes problemas da fome e da miséria mudaria a face da terra. (Ver matéria “Especial/ Documento”, nesta edição). Mas também nos países desenvolvidos e particularmente nos Estados Unidos, a reconversão desses recursos no sector civil, na recuperação das cidades norte-americanas e na sua infra-estrutura em estradas e meios de comunicação em geral, seria um factor de estabilidade social e política, já que são de igual modo ameaçados por graves e dilacerantes conflitos sociais.

Ao mesmo tempo, devemos considerar o que representa a nova fase da corrida armamentista. No

estágio tecnológico actual, continuá-la significa o avanço para a guerra espacial, climática e ecológica. O homem passará a usar a sua capacidade de actuar sobre o planeta no seu conjunto, adquirida como resultado da conquista do espaço, do aperfeiçoamento da química, da pesquisa oceânica, do avanço da ecologia etc., como um instrumento militar.

Isto torna-se cada vez mais viável com o avanço da mini-computação, a utilização dos raios *laser*, a engenharia genética e com os avanços na produção de energia nuclear.

A luta pelo poder nos Estados Unidos

O custo dessa nova fase da tecnologia militar põe em risco o já deficitário orçamento norte-americano. A nova burguesia dos Estados Unidos, que se desenvolveu depois da Segunda Guerra Mundial em ligação directa com os contratos do Pentágono, está a avançar no sentido de converter-se no sector principal e hegemónico da economia norte-americana. Esta nova burguesia estabeleceu as suas bases na Califórnia e no sul do país (particularmente no Texas) e tem desafiado com êxito crescente a hegemonia das famosas 200 famílias do leste dos Estados Unidos (Washington, Nova Iorque e Boston).

A luta entre os "falcões" belicistas aventureiros e a sabedoria dos conservadores de posições mais realistas, cépticas e ponderadas, passa pela exacerbação dos choques de interesses. De um lado a nova burguesia, filha directa do Pentágono; do outro a velha oligarquia de Wall Street e dos sectores produtivos tradicionais. Não é pois inexplicável o súbito interesse dos meios de comunicação norte-americanos, tradicionalmente controlados pelas 200 famílias, pela causa da paz. Kennan, McNamara, Kissinger e outros ideólogos dos Rockfellers e da sua hoje superada Trilateral¹ não se insurgiram contra as despesas militares se elas não estivessem a incomodar os seus patrões. A NBC não produziria um filme como *The day after* ("O dia seguinte") sem o apoio desses interesses.

As antigas famílias que dominaram por 200 anos a economia norte-americana não poderão competir com os novos aventureiros californianos e sulistas, subsidiados pelo orçamento militar do Pentágono, se este for elevado aos níveis extraordinários que Ronald Reagan pretende.

Torna-se claro, pois, que Reagan representa uma estranha mescla do conservadorismo naciona-

¹ A Trilateral revelou-se insuficiente para atender aos planos de domínio dessa fração da burguesia norte-americana. Por esta razão, o mesmo grupo tem reconstituído a sua elite orgânica em torno de Conselhos Regionais que à maneira do "Council of America" formaria um sistema de poderes nacionais e continentais articulados entre si.

lista e isolacionista da classe média norte-americana e o belicismo aventureiro dos novos conglomerados multinacionais do "complexo industrial-militar" em expansão e em renovação tecnológica.

Isso explica também a sua política exterior voltada para restabelecer o prestígio norte-americano pela via de uma intervenção militar vitoriosa (ainda que seja por intermédio da invasão de um pequeno país como Granada, defendido por dois mil homens).

Estes factos são importantes para determinar as razões que levam o actual governo norte-americano a desafiar a opinião pública mundial impulsionando até as últimas consequências a militarização da Europa com a instalação de mísseis ofensivos contra a URSS; ameaçando com a invasão da Nicarágua e fazendo uma escalada militarista na América Central; apoiando as aventuras expansionistas de Israel no Médio Oriente; abstendo-se diante da condenação mundial ao *apartheid* e das agressões militares da África do Sul; enfrentando solitário a votação quase unânime das Nações Unidas condenando a invasão de Granada.

A gravidade deste isolacionismo agressivo para a paz mundial mostra-se mais dramática com a retirada dos soviéticos das negociações para a limitação de armas nucleares. O governo de Moscovo alega a impossibilidade de continuar tal diálogo quando o governo Reagan continua a tomar atitudes belicistas e provocatórias. Reagan sentiu o golpe e tenta retomar sem êxito as negociações, pois recusa-se a fazer concessões nas questões fundamentais.

O momento é pois extremamente grave e vários interesses se juntam para configurar uma perigosa ameaça à paz mundial: razões maiores ligadas aos interesses económicos de grupos montados em gigantescos parques militares, cujos contratos deixam lucros fabulosos; razões não menos importantes dos milhões de indivíduos cujo emprego depende da indústria bélica; razões menores ligadas à carreira política de belicistas como Ronald Reagan; e razões de Estado e geopolíticas de um império em decadência.

O caso soviético

Por outro lado, muitas são as desconfianças a diversos níveis sobre a tendência à autoconservação dos interesses militares na União Soviética e sobre a renovação da vocação expansionista do antigo império russo.

Estas apreensões fundamentam-se contudo numa visão preconceituosa e irracional da complexa realidade que se oculta no vasto mundo plurinacional, multilinguístico, multicultural e em rápido processo de mudança que forma a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Infelizmente, a literatura ocidental sobre essa realidade é não somente escassa mas também pobre de conteúdo, de informação e de análise científica. Na maior parte das vezes trata-se de uma propaganda política de muito baixo nível. É perigoso esconder das nossas vistas uma parte tão importante e tão dinâmica da realidade contemporânea. Sobretudo quando vivemos num mundo cada vez mais interrelacionado e interdependente.

A URSS é ao mesmo tempo uma força nacional em expansão e o laboratório de um novo modo de produção ainda emergente. Nessa dupla condição, é muito complexa a compreensão das leis económicas e sociais que regem o seu movimento histórico.

Enquanto laboratório de um novo modo de produção que não se baseia no lucro, não há nesse país a necessidade de estimular a indústria militar como fonte de lucro, poder económico e enriquecimento pessoal. Contudo, não se pode desprezar os efeitos negativos da conservação e até expansão constante de uma estrutura militar profissional. Por mais conscientes das vantagens da paz que possam estar os seus membros — sob a pressão de uma ideologia antimilitarista e com as amargas lições da Segunda Guerra Mundial e os seus mais de 20 milhões de mortos no país — os poderes e a natureza da missão que geram os interesses militares, são um factor real de comportamento político e ideológico.

Por fim, operam também num sentido negativo os factores geopolíticos ligados à confrontação e ao cerco capitalista contra a experiência socialista daquele país.

A União Soviética é uma nação de dimensão colossal, que se estende da Europa Central aos extremos mais orientais do continente asiático. A sua defesa exige-lhe uma concepção geopolítica que abranja desde a Europa e o Atlântico Norte até ao Oceano Pacífico, do Mediterrâneo ao Oceano Índico, do Pólo Norte à Antártida. O confronto com os Estados Unidos, país protegido pelo seu próprio isolamento geográfico, leva a URSS a ampliar a sua zona defensiva, conceito este que nem sempre está de acordo com as aspirações pacifistas de grandes sectores da opinião pública mundial, independentemente do sistema político-económico e do conteúdo de classe do Estado soviético. Como uma das duas grandes superpotências, a URSS tem interesses geopolíticos específicos que não pode evitar.

O papel dos Não-Alinhados

— Por essa razão, o crescimento, o fortalecimento e a presença activa do Movimento dos Países Não-Alinhados na cena internacional, como uma força hegemónica em torno da qual haja uma rearticula-

ção do mundo contemporâneo, é um caminho, talvez o único — que pode levar a assegurar a paz.

O conceito de Não-Alinhamento estende-se hoje não apenas ao Terceiro Mundo e à Jugoslávia, a única nação europeia que participou na criação do Movimento. O aumento da concepção neutralista da Europa assim como a adopção explícita da noção de não-alinhamento no movimento pacifista europeu demonstram até que ponto essa nova concepção está a avançar. Na mesma direcção actua a crescente reivindicação de uma negociação para



Manifestação pacifista em Lisboa

reunificar as duas Alemanhas, defendida pelos “verdes”, social-democratas e democrata-cristãos alemães e uma velha aspiração da República Democrática da Alemanha (RDA).

A ideia da defesa da paz mundial encontra assim nos nossos dias fortes bases sociais, estatais e institucionais. Ela torna-se no elo que unifica os militantes pacifistas norte-americanos (que se opõem às despesas militares e à invasão da Nicarágua e de El Salvador), os pacifistas europeus (que fazem verdadeiras correntes humanas para impedir a instalação dos mísseis nucleares), o movimento pela reunificação e neutralidade da Alemanha, as forças anti-imperialistas e anticolonialistas do Terceiro Mundo e os movimentos pela paz no mundo socialista.

O Movimento Não-Alinhado, para ser protagonista e líder na luta pela paz mundial, tem que trabalhar para constituir um obstáculo ao braço agressivo do imperialismo norte-americano, fortalecendo o caminho da negociação e apoiando as forças sociais e políticas favoráveis à paz no interior dos Estados Unidos; tem de ajudar na luta pela autonomia militar da Europa (apoiando medidas concretas como a assinatura de um tratado de paz e cooperação entre as duas Alemanhas e a criação

Declaração sobre desarmamento dos não-alinhados*

Os Chefes de Estado ou de Governo consideram que o maior perigo que o mundo enfrenta hoje é a ameaça à sobrevivência da humanidade, oriunda de uma guerra nuclear. O desarmamento, particularmente o desarmamento nuclear, deixou de ser uma questão moral: é uma questão de sobrevivência humana. No entanto, a escalada renovada da corrida aos armamentos nucleares, nas suas dimensões tanto quantitativas como qualitativas, assim como a confiança em doutrinas de intimidação nuclear, aumentaram o risco de deflagração de uma guerra nuclear e provocaram maior insegurança e instabilidade nas relações internacionais. As armas nucleares são mais que armas de guerra: são instrumentos de aniquilamento em massa. Os Chefes de Estado ou de Governo consideram portanto inaceitável que a segurança de todos os Estados e a própria sobrevivência da humanidade sejam penhor dos interesses de segurança de um punhado de Estados possuidores de armas nucleares. As medidas para a prevenção da guerra e do desarmamento nuclear devem ter em conta, de modo idêntico, os interesses de segurança dos Estados possuidores ou não de armas nucleares, de forma a assegurar que a sobrevivência da humanidade não corra perigo. Rejeitam todas as teorias e conceitos relacionados com a posse de armas nucleares e com o seu uso sob quaisquer circunstâncias. (...)

Os Chefes de Estado ou de Governo reiteraram a sua convicção de que a paz e segurança internacionais apenas poderão ser asseguradas através do desarmamento geral e completo, sob um controlo internacional efectivo. Com vista a prevenir, eficazmente, a proliferação horizontal e vertical das armas nucleares, os Estados possuidores dessas armas devem adoptar medidas urgentes, tendentes a fazer parar e inverter a corrida aos armamentos nucleares. Até que seja alcançado o desarmamento nuclear, os Chefes de Estado ou de Governo, em nome da humanidade, exigiram uma proibição imediata do uso ou da ameaça de uso de armas nucleares, por parte de todos os Estados delas possuidores. Exigiram ainda um congelamento no desenvolvimento, produção, armazenamento e utilização de armas nucleares e a rápida finalização de um vasto tratado banindo a experimentação de armas nucleares. Reiteraram, também, que os Estados possuidores

* Aprovada na VII Conferência de Chefes de Estado realizada em Nova Deli, em Março de 1983.

de armas nucleares têm a obrigação de garantir que os Estados delas não-possuidores não serão ameaçados ou atacados. Os Chefes de Estado ou de Governo recomendaram que devem prosseguir sem demora negociações com vista à conclusão de um instrumento de acordo internacional, sobre eficazes medidas capazes de proteger todos os Estados não-possuidores de armas nucleares, sem qualquer discriminação, contra o uso ou ameaça de uso de armas nucleares. (...)

A Conferência salientou que embora o desarmamento nuclear tenha a maior prioridade, devem envidar-se esforços para concluir, sem mais demora, um tratado banindo as armas químicas. O desarmamento convencional deverá também prosseguir, no contexto do progresso em prol do desarmamento completo e geral. Os Chefes de Estado ou de Governo declararam uma vez mais que o espaço exterior deve ser usado exclusivamente para fins pacíficos.

Os Chefes de Estado ou de Governo exprimiram o seu profundo desapontamento quanto ao fracasso da segunda sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas devotada ao desarmamento, na obtenção de resultados significativos. Os esforços envidados para adoptar um vasto programa de desarmamento, em particular de desarmamento nuclear, falharam devido às posições inflexíveis adoptadas por algumas das grandes potências. Os Chefes de Estado ou de Governo reafirmaram que os princípios e prioridades contidos no Documento Final da primeira sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas devotada ao desarmamento, continuavam inteiramente válidos e que os objectivos e medidas ali contidos ainda representam uma meta a atingir, pela qual os países não-alinhados continuarão a trabalhar incansavelmente. (...)

Os Chefes de Estado ou de Governo sublinharam o papel fulcral e a responsabilidade primordial das Nações Unidas no campo do desarmamento. Apelaram para o Comité de Desarmamento, como organismo negociador, multilateral e único neste domínio, no sentido de cumprir o seu mandato e adoptar medidas concretas de desarmamento, particularmente desarmamento nuclear.

Os Chefes de Estado ou de Governo instaram os mais importantes Estados possuidores de armas nucleares no sentido de prosseguirem com maior vigor as suas negociações sobre limitação de armas e desarmamento. Tendo em mente o interesse vital que o desarmamento representa para todos os Estados, pedem insistentemente aos mesmos que mantenham as Nações Unidas informadas quanto ao progresso alcançado nas negociações acima referidas.

de uma zona militar neutra no centro do continente); tem que trabalhar pela paz justa no Médio Oriente, combater o *apartheid* na África do Sul, preservar a paz na América Central, apoiando o trabalho do Grupo de Contadora.

Simultaneamente com essa acção sistemática de superação dos focos da tensão mundial, o Movimento dos Países Não-Alinhados — com o apoio da opinião pública mundial e no quadro da ONU, tendo em conta tudo que a organização já conseguiu a esse respeito — poderia assumir a dianteira das negociações pelo desarmamento nuclear, propiciando e fortalecendo o diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética, cada vez mais difícil sem a mediação activa dos amplos interesses do resto do mundo.

Esse protagonismo não impediria a continuidade da luta dos não-alinhados pela reestruturação da economia mundial, através da superação do domínio económico, político e militar dos Estados Unidos. A implantação de uma nova Ordem Económica Internacional, fortaleceria o processo de emancipação das nações do Terceiro Mundo e reforçaria a sua soberania nacional e a sua democracia interna.

O mundo seria muito diferente se países hoje marginalizados da vida internacional, unissem as suas forças em torno de um objectivo pela paz, no contexto da luta dos não-alinhados.

Como resultado desse desanuviamento e paralelamente a essas vitórias diplomáticas, se o Movimento dos Países Não-Alinhados e os seus eventuais aliados no cenário político mundial conseguissem essa reformulação das relações internacionais, estariam a assegurar as condições para a desmilitarização das superpotências, tão desejada pelos seus povos.

É quase impossível imaginar quais seriam as consequências dessa vitória das teses pacifistas. A humanidade daria um salto qualitativo e libertaria energias para o seu progresso, hoje insuspeitadas. Os processos de transformação estrutural encontrariam condições propícias e o exercício da democracia seria fortalecido. Os Reagans, os militaristas, os belicistas, os exploradores, os dominadores, os sectários, os conservadores, que hoje aprisionam os passos gigantes da humanidade nessa direcção, teriam perdido o seu imenso poder.

Basta apenas inverter as actuais tendências belicistas e o mundo adquiriria uma outra face. A paz não é somente uma estratégia de sobrevivência. Ela representa o único caminho para a emancipação do Homem como espécie universal, na direcção de uma sociedade igualitária e justa, à escala planetária. A vocação da humanidade é a liberdade e o progresso infinito a caminho da conquista já iniciada do Cosmos. Esta é a nossa tarefa em vez de deixar-nos esmagar, passivos, pela paranóia nuclear. ●

A paranóia nuclear

Os novos mísseis na frente europeia



A instalação dos Pershing e dos Cruise agrava a situação.

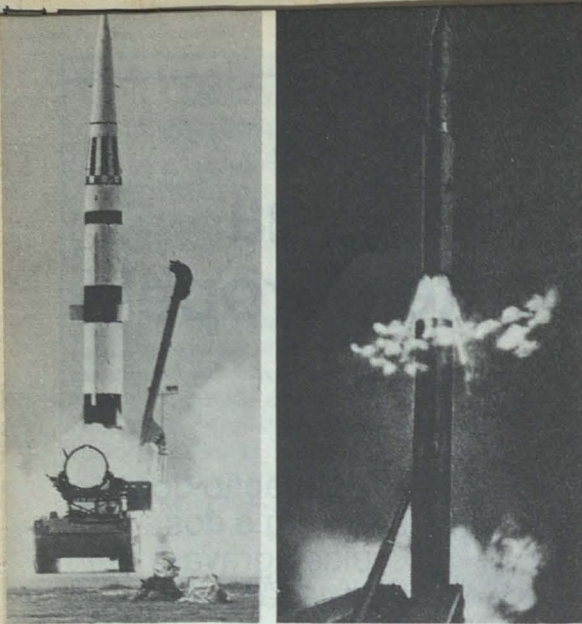
Só existe uma certeza: em caso de guerra nuclear, a vitória será a derrota de todos.

Dieter Dellinger*



Os Pershing-2 sobem velozmente a 240 mil metros de altitude para daí caírem sobre os seus alvos a uma velocidade de 20 mil quilómetros horários. Uns cinco minutos após os disparos explodem as cargas nucleares das ogivas perfurantes, rebentando com toda uma série de silos de mísseis estratégicos, subterrâneos de comando, etc., da URSS.

* Ex-deputado do Partido Socialista Português e membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).



Os Pershing-2 (esq.) e os SS-20: corrida rumo à destruição

Ao mesmo tempo que os Pershing abrem uma lacuna na capacidade estratégica da URSS, centenas de mísseis Cruise iniciam um voo mais lento em direcção a 464 alvos previamente escolhidos. Ao contrário dos Pershing, que deverão levar cargas nucleares de “fraca” potência relativa, talvez inferiores às de uma bomba do tipo Hiroshima; os Cruise podem vir a ser equipados com ogivas mais poderosas para provocarem estragos de superfície mais vastos.

A direcção soviética foi, entretanto, avisada que, na ausência de resposta, as vagas sucessivas de mísseis Cruise seriam auto-destruídas antes de atingirem os seus alvos e sem deflagração das respectivas bombas nucleares. Mas, se os SS-20 tivessem sido disparados, o território da URSS receberia uma carga nuclear com uma ordem de grandeza de 5 a 10 mil bombas do tipo Hiroshima, susceptível de causar largos milhões de mortos. A essa primeira avalanche de Cruise seguir-se-iam os Poseidon, Trident, etc., lançados pelos submarinos norte-americanos estacionados no Mediterrâneo e Atlântico Norte e, se os intercontinentais soviéticos tivessem, por sua vez, entrado em acção os Minutman e os Titan ainda intactos completavam uma parte da devastação mundial já iniciada.

De acordo com os “pensadores” do Pentágono, na pior das hipóteses a URSS sofreria cerca de 100 milhões de mortos, enquanto que os EUA não deveriam contar mais de 40 milhões de vítimas. Num hipótese mais “plausível”, a direcção soviética deveria preferir os reduzidos estragos colaterais provocados pelos 108 Pershing-2 com pouco mais

de uma dezena de milhar de mortos à destruição total, deixando assim sem resposta o primeiro ataque e assistindo à auto-destruição dos Cruise.

O “engenhoso” plano norte-americano visaria assim a súbita conquista de uma superioridade militar para atingir uma posição hegemónica mundial ou, tão só, no dizer dos homens do Pentágono, evitar o avanço soviético na Europa ou em outras áreas do Globo.

Neste plano, tanto faz que a URSS tenha mais ou menos SS-20, já que estes não poderiam evitar o primeiro tipo dos Pershing-2 e dos 464 Cruise, para não falar na ogivas tácticas lançadas pelos Pershing-1, Honest John Lance e aviação de ataque. Tudo isto num esquema de puro primeiro ataque, já que, talvez à excepção dos Cruise, todos os mísseis estacionados e a estacionar servem para o primeiro ataque ou para a acção táctica de curto alcance.

A supremacia do primeiro ataque

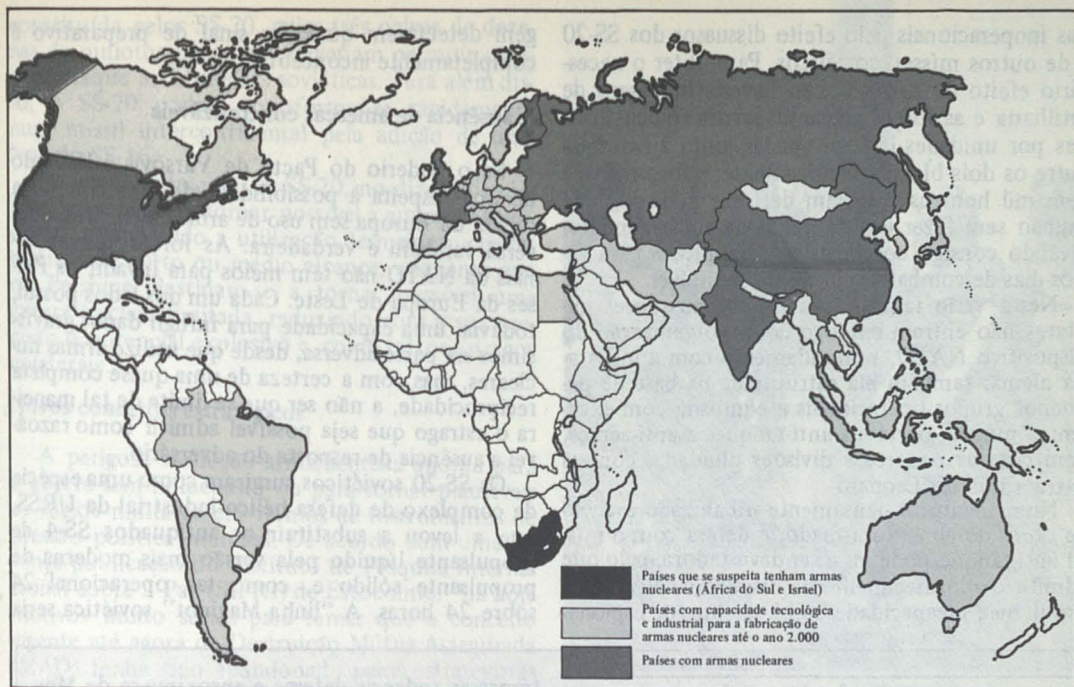
A partir da instalação dos Pershing-2, ambos os blocos político-militares, NATO e Pacto de Varsóvia, passam a enfrentar-se com armas de primeiro ataque, criando sucessivos níveis de escalada nuclear que obstem a passagem ao escalão imediatamente superior por via da respectiva acção dissuasora. Os Cruise dissuadem uma eventual resposta soviética contra a Europa e os Poseidon e os Minutman servem de dissuasores da resposta contra o território norte-americano. Imaginou-se pois um esquema de dissuasão em pleno conflito nuclear, diferente do esquema em vigor até agora, que era a dissuasão do próprio conflito.

De acordo com a revista americana *Aviation Week and Space Magazine* um dispositivo de mísseis Cruise poderá também vir a ser instalado na Coreia do Sul e porque não igualmente de Pershing-2? Isto, para anular a capacidade bélica da frota soviética no Extremo-Oriente.

De escalada em escalada, e enquanto não surgem as armas radiantes no espaço, outras bases de primeiro ataque poderão ser encontradas em diversas áreas do Globo.

Ao mesmo tempo que se constrói a mecânica da guerra nuclear limitada, os dissuasores do “juízo final”, os submarinos Trident, continuam a ser construídos em série. Efectivamente, cada um dos 16 submarinos da classe Ohio é portador de 24 mísseis Trident C-4 com 8 ogivas cada de 100 quilotoneladas de potencial explosivo, o que dá 192 ogivas por submarino, equivalentes a mais de mil bombas do tipo Hiroshima.

Admitem assim os estrategistas mais modernos que é possível conter os limites de um conflito nuclear, quer num âmbito geográfico, Europa, por exemplo, quer no que respeita ao potencial explo-



sivo das cargas utilizadas. Só que não se fala é nas terríveis consequências holocásticas sentidas nas zonas em que vão decorrer as grandes batalhas.

Para os altos comandos da NATO, a arma nuclear é indispensável, dada a superioridade convencional soviética e a sua utilização passou a ser possível por via dos esquemas agora introduzidos no planeamento de operações a todos os níveis de escalada. Acrescentam ainda que os Pershing-2 destinam-se só à defesa da Europa, pois não são em número suficiente para infligir um dano apreciável nos 1398 silos de mísseis intercontinentais soviéticos, nem chegando a cobrir a diferença para os 1050 silos norte-americanos.

Por outro lado, a lentidão dos Cruise e a sua relativa vulnerabilidade não permite encará-los como arma de primeiro ataque, mas tão só como saturador das defesas adversárias ou no esquema atrás descrito de anti-retaliação. Talvez haja algo de verdade nisto, só que ninguém garante que depois dos 108 Pershing-2 não venham muitos mais; até porque a URSS anunciou ir instalar mais SS-20, agora na Checoslováquia, RDA, etc., obrigando a NATO a fechar mais algumas "janelas de vulnerabilidade".

Um grupo de conhecidos oficiais da NATO, como os generais Gert Sebastian e Nino Pasti, o almirante Lee e até o ex-secretário da Defesa MacNamara, têm vindo a apontar o carácter quase irrelevante das armas de primeiro ataque, isto é, não protegidas, para a defesa da Europa. Ao que os be-

licistas mais radicais respondem que a estratégia soviética exclui o emprego de armas nucleares no primeiro ataque, ou seja, numa eventual invasão da Europa, preferindo contar com a sua superioridade convencional e dissuadir a NATO de fazer uso de armamento nuclear. Desse modo, as armas nucleares da NATO, estacionadas e a estacionar na Europa, seriam dissuasoras de qualquer ataque, convencional ou não, soviético.

A pseudo vulnerabilidade da Europa

De acordo com a recente publicação *Soviet Blitzkrieg Theory* de Peter Vigor, em poucos dias as forças soviéticas poderiam conquistar a Europa, ou tão só o núcleo frontal da NATO, RFA, Bélgica, Holanda e Dinamarca, utilizando para tal uma nova estratégia baseada em pequenas forças extremamente móveis, designadas por "Grupos de Manobra Operacionais". Estes GMO seriam constituídos por um regimento de blindados, um batalhão de infantaria mecanizada, outro de artilharia autopropulsionada e um de defesa anti-aérea para além de uma companhia de sapadores de engenharia.

Um apreciável número de GMO poderiam penetrar de surpresa em diversos pontos da RFA e, contornando as principais unidades militares aí estacionadas, vir a ocupar posições sólidas à rectangular das linhas da NATO. Em poucas horas ou dias, ocupariam as bases de mísseis e de aviação, torna-

das inoperacionais pelo efeito dissuasor dos SS-20 e de outros mísseis soviéticos. Para obter o necessário efeito de surpresa não haveria barragens de artilharia e as forças atacantes seriam só constituídas por unidades já acantonadas junto à fronteira entre os dois blocos. Teoricamente, pouco mais de cem mil homens deveriam derrotar mais de meio milhão sem fazer uso de linhas de abastecimento, levando consigo combustível e munições para vários dias de combate, o que é inacreditável.

Nesta visão fantasmagórica, os pensadores militares não entram em jogo com a organização do dispositivo NATO, nomeadamente com a infantaria alemã, também ela estruturada na base de pequenos grupos operacionais e equipada com excelentes mísseis portáteis anti-tanques e anti-aéreos, nem com as poderosas divisões blindadas com os extraordinários Leopard.

Num território densamente urbanizado e cheio de obras de cimento armado, a defesa com o míssil anti-tanque pode vir a ser devastadora, pelo que admitir o adormecimento do dispositivo NATO e a simultânea incapacidade de os satélites de espiona-

gem detectarem qualquer sinal de preparativo é completamente inconcebível.

A ausência de ameaças concretizáveis

Se o poderio do Pacto de Varsóvia é limitado no que respeita à possibilidade de uma conquista rápida da Europa sem uso de armas nucleares, a inversa também é verdadeira. As forças convencionais da NATO não têm meios para invadir os Países da Europa de Leste. Cada um dos lados possui, todavia, uma capacidade para infligir danos gravíssimos na parte adversa, desde que utilize armas nucleares, mas com a certeza de uma quase completa reciprocidade, a não ser que se limite de tal maneira o estrago que seja possível admitir como razoável a ausência de resposta do adversário.

Os SS-20 soviéticos surgiram como uma espécie de complexo de defesa bélico-industrial da URSS, que a levou a substituir os antiquados SS-4 de propulsante líquido pela versão mais moderna de propulsante sólido e, como tal, operacional 24 sobre 24 horas. A "linha Maginot" soviética seria

As falhas humanas

□ A crescente disseminação das cerca de 60 mil ogivas dos arsenais nucleares das duas superpotências, apesar dos complexos sistemas de controlo, constituem, por si só, um factor adicional sem hipótese de completa garantia, capaz de precipitar uma guerra nuclear.

A consciência pública de tal risco, já data do início da década de 60. Com efeito, a publicação nos EUA do livro "Ponto Limite" — *best-seller* que teve honras de várias edições em poucas semanas e do filme com o mesmo nome — veio mergulhar no terror a população e os governantes daquele país. Fundamentado no conhecimento detalhado dos procedimentos de segurança das esquadrilhas de bombardeiros estratégicos do SAC, o autor centra a acção na única (?) falha susceptível de fazer perder o controlo sobre aquelas máquinas de morte, em voo para objectivos "inimigos", 24 horas por dia.

Transmitindo uma dramática verosimilhança, a narrativa situa próximo do "ponto limite" — a partir do qual o piloto já não podia receber ordem de regresso por ser admissível a imitação pelo IN da voz do presidente dos EUA —, a fatal avaria no sistema de comunicações... Apesar dos esforços combinados dos estados-maiores norte-americano e soviético e do presidente John Kennedy e Nikita Khrushchev — em ligação permanente pelo telefone vermelho — um avião consegue ul-

trapassar todas as defesas e aproxima-se de Moscovo com as suas bombas nucleares.

Para tornar credível o involuntário acidente e evitar o temível holocausto, o presidente Kennedy dá ordem para o lançamento de uma bomba nuclear sobre Nova Iorque enquanto contempla, no jornal da manhã, a fotografia de sua mulher Jacqueline a visitar um museu naquela cidade...

Depois deste pesadelo "made in USA" — que, apesar de ficção, obrigou à total revisão do sistema de segurança norte-americano — três incidentes *Broken Arrow* (nome de código para incidentes que podem provocar uma guerra nuclear), em que mísseis nucleares foram mesmo disparados, já ocorreram e nunca foram desmentidos.

O factor acaso e as falhas do material ou humanas na precipitação de uma guerra nuclear, são riscos cada vez mais reais.

Uma última ilustração em que é difícil distinguir a realidade da ficção, é a que conta as "vicissitudes" da inauguração da sofisticada rede norte-americana de rastreio e detecção instalada há anos na Groenlândia.

Dever-se-ia ao bom senso do "general de dia" do Comando Estratégico dos EUA, não ter havido resposta imediata ao primeiro "alarme vermelho" daquele sistema que indicava um ataque maciço de "mísseis soviéticos" ao território dos EUA. Os técnicos descobriram que se tratava da detecção da primeira lua cheia e que o dispositivo de cálculo das distâncias estava limitado, na sua concepção, às distâncias máximas "terrestres"...

constituída pelos SS-20, cujas três ogivas de dezenas de quilotoneladas não deveriam permitir qualquer ataque às fronteiras soviéticas. Para além disso, o SS-20 poderá transformar-se rapidamente num míssil intercontinental pela adição de uma base do SS-16.

Fundamentalmente, o SS-20, no dizer dos técnicos, destina-se a tornar possível a guerra convencional, dissuadindo a utilização de meios nucleares táticos de curto ou médio alcance, enquanto que os Pershing destinam-se a tornar possível uma guerra nuclear limitada, reduzindo com a sua precisão o potencial explosivo e, como tal, os estragos colaterais.

Novos conceitos estratégicos

A perigosa evolução armamentista aponta para a guerra sem holocausto ou para tornar plausíveis os meios militares em termos de instrumentos de pressão política mundial. De acordo com uma recente publicação do Instituto de Pesquisa Internacional sobre a Paz (SIPRI) de Estocolmo, "há hoje motivos muito sérios para temer que o conceito vigente até agora de Destruição Mútua Assegurada (MAD) tenha sido abandonado pelos estrategistas a favor de uma ideia de vitória possível em guerra nuclear ou não".

Assim, o esquema de mísseis de ataque a ser instalado na Europa ocidental está a ser completado com a vinda dos mísseis Patriot anti-aéreos e, eventualmente, com capacidade anti-míssil até a uma distância de 60 quilómetros e uma altitude de 24. Estes Patriot com os mais antigos Nike-Zeus, Hawk e Rolland tornarão difícil a condução com êxito de operações aéreas contra o dispositivo NATO. O mesmo poderá dizer-se dos mísseis anti-aéreos soviéticos SA-8, SA-9, SA-4 Ganef, SA-5 Gammon e SA-6 Gainful, todos com elevada letalidade anti-aérea.

Mais de dez mil ogivas nucleares na Europa

No actual estado da técnica e com as forças convencionais postadas na Europa, seria extremamente arriscado o ataque convencional devido a uma certa supremacia dos meios de defesa, nomeadamente dos pequenos mísseis. Assim, só a abertura de clareiras com armas táticas nucleares poderia permitir o avanço das forças convencionais, ao contrário do que afirmam certos propagandistas. Para o efeito, existe já toda uma panóplia de bombas nucleares à medida dos objectivos a atingir com muita, pouca ou quase nenhuma radioactividade. Saliente-se aqui a bomba de neutrões com uma fraca potência explosiva, cuja acção é inferior a um raio de 400 metros, e com um poderoso efeito radiante resultante dos neutrões rápidos com curtíssimo período de vida. A BN pode liquidar a



É possível pensar numa vitória nuclear?

vida humana, mas deixa o material intacto, sendo eficaz num raio de dois mil e quinhentos metros. No seu inverso está a poderosa bomba 3 R, cujo pavoroso efeito de choque destrói quase tudo num raio de cinco mil metros, mas com uma limitada acção radiante que pouco mais abrange do que um círculo de 200 metros de raio. Esta bomba permitiria destruir bases e outras instalações militares, bem como tropas no terreno, sem impossibilitar a passagem posterior de forças militares. Acrescente-se ainda a bomba 3 F, uma superbomba de hidrogénio envolta numa carapaça de urânio natural, de modo a que os neutrões rápidos emitidos pelo núcleo assegurem uma tremenda libertação de energia pela sua desintegração adicional.

Algumas destas bombas atingem potências da ordem das 50 megatoneladas, podendo a sua explosão a 300 quilómetros de altitude, por exemplo, não provocar destruições directas na terra, mas danificar toda a aparelhagem eléctrica e electrónica, não devidamente blindada, num raio de mais mil quilómetros. Seria o chamado "Efeito de Impulso Electromagnético" que em milésimos de segundo faria toda uma civilização industrial passar à era anterior à descoberta da electricidade.

O armamento nuclear já colocado nos dois lados da fronteira entre a NATO e o Pacto de Varsóvia ultrapassa a dezena de milhar de ogivas nucleares de todos os tamanhos e feitios.

No lado Ocidental começam por existir numerosas cargas de demolição nuclear, enterradas ao

longo da fronteira entre a RFA e a RDA, destinadas a saltarem como minas nucleares ao primeiro sinal de avanço soviético. Depois, nos batalhões de artilharia, os canhões auto-propulsionados de 203 mm podem disparar a quase trinta quilómetros de distância pequenas cargas nucleares de 1 quilotona (1/13 da bomba de Hiroshima). Para distâncias da ordem dos cem quilómetros, o comando divisionário NATO dispõe dos mísseis Lance e Honest John num total de 324, e para alcances da ordem dos 700 quilómetros o comando da frente de batalha tem às suas ordens 72 mísseis do tipo Pershing-1, isto depois de instalados os 108 Pershing-2, já que actualmente existem 180 mísseis na primeira das citadas versões. Os 464 mísseis

Cruise deverão estar distribuídos por 116 carros lançadores espalhados pela Grã-Bretanha, Holanda, Bélgica, RFA e Itália, podendo atingir objectivos a mil e oitocentos quilómetros de distância. Estacionada na Grã-Bretanha existe ainda uma frota de bombardeiros de geometria variável do tipo FB-111 e no território francês estão os auto-propulsionados Pluton, mísseis capazes de lançar cargas nucleares a cerca de 160 quilómetros de distância, os Mirage da "Force de Frappe" e os mísseis estratégicos franceses, protegidos por silos de cimento armado. Todavia, as forças francesas não estão integradas no dispositivo NATO, se bem que a França seja um membro dessa Aliança.

O dispositivo soviético na Europa não é menos

As conversações de Genebra

□ O ano de 1983 terminou com uma indefinição nas negociações entre Estados Unidos e União Soviética sobre armas nucleares criada pelo abandono, da delegação soviética, de duas conversações realizadas em Genebra, Suíça. A indefinição gerou tensa expectativa: será esse vácuo nas negociações o momento de outro salto na corrida armamentista, com a produção de novos e ainda mais sofisticados equipamentos ou o aumento da fabricação dos já existentes? Para muitos analistas, a resposta é afirmativa e, por isso, sombria.

A 23 de Novembro, os soviéticos abandonaram as negociações sobre Forças Nucleares Intermediárias de Maior Alcance (LRINF) em protesto contra o início da instalação, pelos norte-americanos, de 464 mísseis Cruise e 108 Pershing-2 na Europa Ocidental na área da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Duas semanas depois, a delegação soviética retirou-se das Conversações sobre Redução de Armas Estratégicas (START) sem fixar data para nova sessão dos trabalhos.

Os soviéticos divulgaram uma declaração explicando que a instalação dos Cruise e Pershing-2 tinha "mudado a situação estratégica global, tornando necessário para a URSS reexaminar todos os pontos em questão nas START". A delegação norte-americana "lamentou a decisão unilateral dos soviéticos com base em acontecimentos externos, fora do âmbito das negociações" e disse esperar o regresso de Moscovo ao diálogo.

As divergências

O desentendimento entre as superpotências quanto às armas nucleares não começou agora. E

em grande medida decorrem de diferentes concepções sobre o "equilíbrio" que ambas as superpotências dizem pretender atingir. Na verdade, sempre houve o que se chama de "margem de segurança", que assegurava a supremacia ocidental. Os acordos SALT II vieram permitir a redução dessa "margem de segurança", para se chegar mais perto do real "equilíbrio". (Ver cadernos do terceiro mundo nº 40, "O risco de uma catástrofe", onde o ex-chefe do Estado-Maior da Marinha de Guerra francesa e ex-general da NATO, almirante Antoine Sanguinetti, explica a correlação de forças entre a URSS e a NATO).



Nitze, o delegado norte-americano às conversações

Quando em 1977 a União Soviética iniciou a substituição dos mísseis SS-4 e SS-5 pelos SS-20, com três ogivas nucleares e alcance de cinco mil quilómetros, a NATO não se conformou. Considerou que a partir daí a "vantagem estratégica" ficava do lado dos soviéticos, e decidiu marcar para 1983 a instalação na Europa dos Cruise e os

impressionante. Seis tipos diferentes de mísseis cobrem alcances de 100 a 5 mil quilômetros de distância. Para os cem quilômetros, o Pacto de Varsóvia possui 2520 lança mísseis auto-propulsionados do tipo Frog SS-21, segundo o código NATO, integrados na estrutura de comando divisionário. Para atingir com ogivas nucleares alvos a 30 quilômetros de distância os comandantes de exército soviéticos, colocados na Europa, têm ao seu dispor 554 lançadores auto-propulsionados com 1108 mísseis do tipo Scud SS-23. Por sua vez, o marechal comandante da "Frente Ocidental" comanda 200 mísseis SS-12 e SS-22 para atingir alvos a mil quilômetros de distância.

O comando supremo, ou Estado-Maior, das

Forças Soviéticas e do Pacto de Varsóvia pode ainda utilizar 40 mísseis SS-5 e os 315 lançadores dos 630 mísseis SS-20 com 1890 ogivas nucleares; isto de acordo com os números revelados pela informação norte-americana e nunca desmentidos por qualquer fonte soviética.

Saliente-se ainda a existência de uma poderosa aviação frontal soviética ("Frontovaya Aviatsya") equipada com cinco mil modernos aviões de combate, dos quais cerca de 4 mil destinam-se à frente europeia.

Tal como sucede com os Phantoms, F-17, F-16, A-7, etc., do Ocidente, também os Shukoi 7, 14, 22 e os Migs 23, 25 e 27 podem vir a transportar bombas nucleares em missões de ataque ao

Pershing-2.

Em 1981, os Estados Unidos, em nome da NATO, propuseram à URSS o desmantelamento dos SS-20 em troca da não instalação dos Cruise e dos Pershing e denominaram a proposta de "Opção Zero", intencionalmente designada assim de forma de dar a ideia de que só com essa opção se atingiria o "equilíbrio". Porém, o que não disse a NATO é que o inventário do armamento existente de um lado e do outro feito quando do início das conversações SALT, permitiu provar que os norte-americanos já tinham cerca de duas vezes mais ogivas nucleares do que os

geral, medem-se as forças soviéticas contra as forças da NATO, porém, nunca se levam em conta os sete oitavos das forças norte-americanas que não fazem parte da NATO. E aí o desequilíbrio em favor das forças da NATO é ainda mais evidente.

Como era previsível, a "Opção Zero" foi rejeitada por Moscovo, Brejnev afirmou, na altura, que fora justamente para se chegar mais perto do equilíbrio, que os soviéticos haviam instalado os SS-20, sugerindo, porém, que eles passassem de 243 para 162 (número equivalente ao dos mísseis da França e da Inglaterra). A condição: que a NATO desistisse de instalar os novos mísseis. O bloco ocidental não aceitou.

Em Novembro passado, os EUA propuseram que cada lado ficasse com 420 ogivas. A URSS manteve-se firme na posição de não aceitar mais nenhum míssil norte-americano na Europa Ocidental, ameaçando adoptar "contra-medidas" e sair das negociações de Genebra se o Parlamento da Alemanha Ocidental aprovasse a instalação dos Cruise no país. Como a NATO iniciou a instalação dos Cruise e Pershing, os soviéticos retiraram-se das conversações de Genebra sobre armas nucleares intermédias (euromísseis).

Nas negociações START (armas estratégicas), as posições básicas são as seguintes: os EUA propõem a redução de um terço das ogivas, ficando cada lado com cinco mil e com o compromisso de desactivar duas antigas por cada nova instalada (estratégia "mais um menos dois" ou *build down*); a URSS insiste num tecto máximo de 1.800 ogivas para cada bloco, incluindo as dos mísseis e aquelas transportadas por bombardeiros.

Perante a nova situação criada pela instalação dos mísseis norte-americanos, ainda não se tem a certeza se a URSS vai reatar o diálogo em relação a esse tipo de armas.



O representante da URSS em Genebra, Kwizinski

soviéticos: umas cinco mil soviéticas para 11 mil do lado norte-americano. E que os acordos SALT II permitiriam aos soviéticos, recuperar até 1985 uma parte deste atraso.

Há ainda outro dado pouco manejado e bastante significativo, quando se pretende compreender o estágio actual da corrida armamentista: em

solo, pelo que não é possível ter uma ideia do número de ogivas nucleares existentes na Europa à disposição das forças aéreas de ambos os blocos. O segundo ramo das forças aéreas soviéticas, a aviação a longa distância ("Dal'naya Aviatsya") está equipada com os poderosos Backfire, capazes de transportarem 8 toneladas cada de bombas nucleares a 5 mil quilómetros em voo a altitude ou a 2 mil em voo rasante. Além disso, podem também lançar o míssil AS-6 com carga nuclear, o que lhe aumenta o alcance mortal em mais uns 800 quilómetros. Estas aeronaves destinam-se principalmente ao ataque nuclear a comboios de navios que reabasteçam a frente europeia a partir dos EUA, mas podem, naturalmente, vir a ter outras missões.

Pode pois afirmar-se que o potencial explosivo de cada um dos blocos militares na Europa deverá totalizar mais de 50 mil bombas do tipo Hiroshima, o que torna impensável admitir a possibilidade de controlar as operações e limitar a amplitude do material a utilizar pela parte adversa.

O alibi dos governos

A existência de todo este arsenal nuclear na Europa levou a importantes modificações táticas na disposição de tropas no terreno. A densidade de ocupação do espaço, mesmo na ofensiva, já não é mais do que uns 8 homens por quilómetro quadrado. Uma divisão de 15 mil homens terá que operar numa frente de 30 quilómetros e a uma profundidade de 120. No fim da última guerra, uma divisão semelhante chegava a concentrar-se num quadrado de 3 quilómetros de lado. Para tornar invulneráveis às armas nucleares, as colunas de blindados não devem ter mais de cinco carros de assalto e outros tantos de transporte de infantaria, o que torna tal agrupamento extremamente vulnerável às armas guiadas anti-carro transportadas por pequenas unidades de infantaria.

O risco de concentração tornou-se demasiado grande, a precisão das armas modernas permite antever uma hecatombe de carros e aviões nas primeiras horas ou dias de combate, pelo que uma guerra na Europa poderá passar rapidamente de uma fase movimentada a uma nova versão das "trincheiras" da I Guerra Mundial, mas agora guarnecidas de mísseis anti-aéreos e anti-carros, em que o uso de armas nucleares estaria mutuamente dissuadido. De qualquer forma, nada indica que um dos blocos possa obter vantagens em conflito e que a vitória, seja para quem for, é qualquer coisa de irrealizável. No fundo, a ameaça mútua, a vulnerabilidade e a fraqueza de qualquer dos lados não passam de alibis governamentais para concretizar a decisão de utilizar meios militares para alcançar objetivos políticos.

30 - terceiro mundo

A paranóia nuclear

Europa, alvo prioritário



O ex-presidente da República portuguesa analisa a situação criada no velho continente com a instalação dos euromísseis

Alice Nicolau

“Hoje a guerra já não é a continuação da política, mas provavelmente o fim de todas as políticas” — lê-se no texto que os “generais pela paz” enviaram à Assembleia Geral da ONU, tornando-se assim porta-vozes do amplo movimento mundial de repúdio contra a loucura armamentista. Um dos subscritores desse documento foi o marechal Costa Gomes, que entrevistámos para cadernos do terceiro mundo. “General pela paz”, como já dissemos, Costa Gomes é vice-presidente do Conselho Mundial para a Paz e Cooperação, e, se mais razões não houvesse para que a sua personalidade garantisse o “encontro com a história”, bastaria o simples facto de este “homem da guerra”, convertido em “militante da paz”, ter sido presidente da República do Portugal de Abril.

Costa Gomes, militante da paz





Numa reunião internacional do Conselho Mundial da Paz, Costa Gomes (ao centro) ao lado de Romesh Chandra (Lisboa, 1982)

Como chefe do Estado português, subscreveu a Acta Final de Helsínquia em 1975, e, como presidente de Abril, produziu na ONU um discurso que perdura na memória dos portugueses e de todos os povos amantes da paz e da cooperação.

Como se sabe, o começo de instalação dos mísseis norte-americanos na Europa marcou uma ruptura, nos finais do ano de 1983. A URSS rompeu, como sempre havia advertido, as negociações de desarmamento com os EUA, alegando que toda a situação estratégica da Europa se alterava com a introdução dessas novas armas. Os mísseis Pershing-2 têm sido considerados o maior factor de risco na situação criada. São realmente perigosos os Pershing-2?

— Esses mísseis representam realmente um perigo, porque vieram tornar como primeira prioridade o ataque à Europa. Na Europa havia já armas bastantes para conferirem um poder retaliatório capaz de evitar uma guerra nuclear. Estas armas não vêm, pois, aumentar o poder defensivo da Europa, mas intensificar a ameaça sobre o continente. Isto está absolutamente de acordo com as novas estratégias nucleares do Pentágono e da administração Reagan — guerra nuclear limitada, primeiro golpe nuclear, guerra nuclear prolongada. As consequências imediatas dos Pershing-2 são as de aumentar as possibilidades de desencadear uma guerra nuclear e o perigo consequente de explosão de uma guerra nuclear generalizada. Isto porque levando esses mísseis apenas seis minutos para atingir um alvo sito em território soviético, a sua instalação obriga a URSS a preparar-se para um ataque desses graças a um sistema automatizado.

E quanto aos mísseis de Cruzeiro?

— Os mísseis de Cruzeiro, embora sejam muito precisos, são lentos, e é possível que haja nesta altura já meios de os detectar e destruir. Essas armas de velocidade supersónica, para atingirem determi-

nados objectivos na União Soviética, demoram entre duas horas e meia a três horas. Neste lapso de tempo, já a URSS terá meios para evitar o ataque. Esta é a minha conclusão, a partir não só das informações de que disponho como da minha própria dedução. A URSS tem um sistema de detecção aérea muito aperfeiçoado. É possível que possa detectar os mísseis de Cruzeiro. Estes voam muito baixo, e não sendo embora detectáveis pelos radares convencionais, decerto já o serão por outros sistemas que a URSS muito provavelmente possui. Esta convicção pessoal não assenta em dados concretos. Mas eu posso deduzir isto pelo facto de a URSS sempre ter apontado como grande perigo os Pershing-2, devido ao seu *timing*.

“Cada míssil tem os seus objectivos específicos. Os Pershing-2 são sobretudo dirigidos para as bases de mísseis soviéticos que possam atingir os EUA.

“Devo dizer que pessoalmente estou convencido de que os EUA não pretendem desencadear uma guerra nuclear, porque eles sabem que essa guerra poderá ser a última do mundo. Toda a gente sabe disso. Toda a gente sabe igualmente que a guerra nuclear é um crime lesa-humanidade porque representa de facto um genocídio em escala inmensurável. É evidente, porém, que aquela potência que se mostrar disposta a disparar o primeiro tiro nuclear o faz na convicção de que ganha uma guerra nuclear.

“Se não forem implantadas as medidas de confiança que estão previstas na Acta Final de Helsínquia não é possível termos uma situação onde possamos viver sem a ameaça de guerra nuclear. A ansiedade, o pavor nuclear sob o qual hoje vivemos, está a causar grandes malefícios, sobretudo entre a juventude europeia, que manifesta já uma descrença na vida.”

Qualquer coisa de parecido com o “nihilismo” dos Anos 30?

— Com uma diferença de vulto: nos Anos 30

não havia o perigo do aniquilamento da espécie humana. Agora há.

Uma vitória e um alívio

O sr. esperou alguma vez que a decisão da NATO de 1979 viesse a ser executada, realmente?

— Nunca pensei que essa decisão fosse impossível de concretizar. Os aliados europeus da NATO estão muito subordinados às decisões da administração dos EUA. E enquanto a implantação dos mísseis representa um aumento da ameaça para a Europa constitui para os EUA um alívio.

Com a implantação dos mísseis cria-se uma situação de dependência dos Estados europeus — cujo território albergará os novos mísseis — em relação a Washington que, em última análise poderá decidir disparar o “tiro nuclear” sem mesmo necessitar de consulta prévia aos governos dos países em questão...

— A presença de tropas estrangeiras num país diminui imediatamente a soberania desse país. Neste caso, o problema é muito grave, porque esses países ficam à mercê da decisão dos EUA sem qualquer compensação para essa situação. Há uma abdicação da soberania dos europeus neste caso com a agravante de essa abdicação não estar apoiada na vontade majoritária das populações. Em Portugal, 85% dos inquiridos foi contra o trânsito e implantação das armas nucleares. Os governos não podem ignorar essas manifestações das opiniões públicas.

“Eu estou convencido de que ainda há muita ignorância nesta matéria. Há um jornalista dos EUA, que fez um livro muito bom sobre as consequências da guerra nuclear “*The Fate of Earth*” (O destino da Terra), Jonathan Shell. Segundo diz esse jornalista, realmente há muitos responsáveis governamentais que não têm consciência dos perigos que uma guerra nuclear representa.

E que pensa da interrupção das negociações de Genebra (sobre armas nucleares de alcance médio e sobre armas nucleares estratégicas)?

— Foi o acontecimento que maior apreensão causou em todo o mundo e muito especialmente aos europeus.

Medidas de retorsão

O sr. acredita que os mísseis soviéticos em submarinos serão uma ameaça para os EUA tão crível como a dos mísseis estacionados em terra pelos EUA contra a URSS?

— Os mísseis em submarinos são uma ameaça real. Mas não constituem uma nova ameaça porque ela já existia. Já havia mísseis baseados em subma-

rios em condições de poder atingir os EUA (e também os há, como é óbvio, do lado norte-americano contra a URSS). Os soviéticos, ao indicarem esta contramedida, fazem-no decerto porque vão intensificar a construção de submarinos nucleares.

Mas será que a URSS pode atingir os EUA com a facilidade com que estes podem atingir a URSS depois de instalados os novos mísseis na Europa?

— É evidente que a URSS dispõe de meios para atingir o território dos EUA. Os SS-20 não têm alcance para tanto, mas bastará acrescentar-se-lhes mais um andar para que, mesmo com os SS-20, o território norte-americano seja atingido. No caso de uma guerra nuclear, os Estados Unidos também ficarão arrasados. Basta destruir dez ou doze cidades dos EUA para se considerar que o país ficará de rastos. Na primeira troca de tiros nucleares morrerão, no mínimo, 100 milhões de pessoas em cada um dos países.

Como assegurar uma paz duradoura?

— Na época em que nos encontramos, e, embora o perigo da corrida aos armamentos seja representado pelas armas de destruição maciça e particularmente pelas atômicas, é claro que se quisermos uma paz durável também temos de reduzir os armamentos convencionais e acabar com eles. É de salientar que, ainda que os países possam comprometer-se por um tratado a não serem os primeiros a empregar a arma nuclear, acabariam por empregá-la sempre no caso de entenderem esse uso necessário para impedir uma derrota. Há uma correlação entre armamentos convencionais e atômicos. Não se pode dizer: “acabem-se as armas atômicas e deixem-se as convencionais”. Estas armas são muito diferentes do que eram na Segunda Guerra Mundial, porque, aplicadas de determinada maneira, têm efeitos semelhantes aos das armas atômicas.

E a famigerada “guerra do espaço” anunciada por Reagan? Que novos perigos podem daí decorrer?

— Se essa guerra se chegar a concretizar, e se os EUA ou a URSS conseguirem arranjar uma arma capaz de neutralizar os mísseis que sejam dirigidos contra o seu território, isso dará uma vantagem tal ao país possuidor que se torna capaz de destruir o inimigo. No que eu não acredito é que os norte-americanos sejam capazes de fazer “uma guerra das estrelas” sem a URSS a conseguir também. De resto, há um tratado sobre a não utilização do Cosmos para a implantação de armas de qualquer tipo. Para mim, isso representa a ruptura técnico-científica. O país que conseguir dotar-se de armas no Cosmos para destruir os mísseis inimigos cria condições tais que se sentirá tentado a desencadear uma guerra para destruir o potencial do adversário.

Já se viu porém, que as grandes rupturas na técnica (e que se registraram sempre do lado norte-americano) acabam por ser acompanhadas pelos soviéticos.

No Ocidente fala-se a toda a hora na "ameaça soviética". Será essa "ameaça" tão autêntica que possa justificar tal aventureirismo belicista?

— Não acredito na ameaça soviética. Não há nada que me leve a concluir que a URSS esteja empenhada em desencadear uma guerra. Neste momento eles têm mais com que se preocupar do que com uma guerra, guerra essa que admitindo mesmo a hipótese de ser ganha, causaria tais destruições no próprio território soviético que iria perturbar todos os avanços técnico-económicos desse país. A "ameaça soviética" é um mito propositadamente criado para manter e continuar a corrida aos armamentos e o esforço de produção de armamentos que se faz nos países ocidentais.

Como explicar o facto dos países europeus aceitarem a ideia da guerra e se exporem a riscos de destruição total?

— Ninguém quer a guerra, é evidente. Nenhum dos dirigentes europeus quer a guerra. De que eles têm medo é de não estarem em condições de se salvar, caso uma guerra se desencadeie. Daí quererem estar sob o guarda-chuva da América. Nos começos da década de 70, os EUA e a URSS reconheceram que o seu potencial estratégico era mais ou menos igual, e, por isso, parece-me pessoalmente que nessa altura estavam criadas as condições necessárias para se iniciar o desarmamento. Havendo segurança para ambos os lados, não havia perigo de baixar os níveis desta paridade. Ora o que se passou foi exactamente o contrário. A corrida aos armamentos, que nunca se deteve, conheceu, a partir de 1977, uma aceleração extraordinária.

E quais os efeitos dessa corrida para os países do Terceiro Mundo?

— A corrida aos armamentos tem repercussões terríveis sobre o Terceiro Mundo, porque impede os países com recursos de auxiliarem como deviam os países em desenvolvimento. Indirectamente são todos atingidos, tanto os que estão perto como os que estão longe da Europa. No caso de haver uma guerra nuclear, ela espalhar-se-á por áreas nunca antes imaginadas. É claro que todo o auxílio técnico-científico que, embora em pequena escala, os países desenvolvidos dão ao Terceiro Mundo, se houver guerra, se perde por completo. Uma guerra seria o atraso irremediável no desenvolvimento. Outro aspecto é o das despesas militares que esses países fazem e que implicam um desvio de verbas de que tão instantaneamente carecem para a solução dos seus problemas de base.

A paranóia nuclear

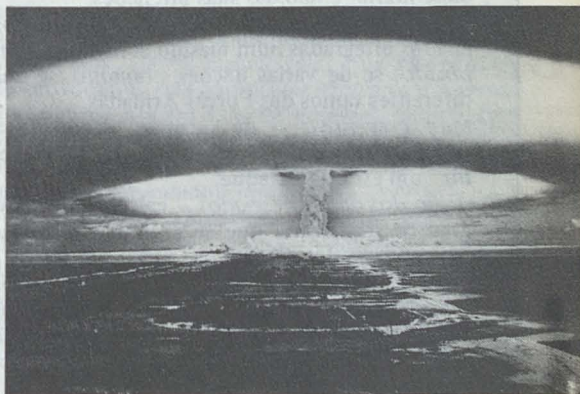
A três minutos do Apocalipse



O poder de destruição da Humanidade não pode estar entregue a pequenas elites, verdadeiras "donas do mundo"

Manuel B. Pereira

A recente suspensão das Conversações de Genebra — entre EUA e URSS — sobre a redução dos mísseis nucleares de alcance intermédio na Europa (INF), das armas nucleares estratégicas (START) e das forças convencionais (MBFR), veio fixar o *Relógio do Apocalipse* a 3 minutos apenas de um eventual conflito nuclear.



Concebido em 1947 pelo *Bulletin of Atomic Scientists*, o macabro relógio agora adiantado mais um minuto, ilustra o desespero e o grito de alerta dos 47 físicos nucleares e demais cientistas que o controlam. Entre eles, figuram 17 Prémios Nobel e alguns dos "aprendizes de feiticeiro" que ajudam a desencadear as forças que não conseguem agora controlar...

De inegável e dramática actualidade, ainda re-

centemente reforçada com a projecção na TV do filme "The Day After" que levou o pânico a milhões de lares norte-americanos, o presente artigo é uma proposta de reflexão dirigida a milhares de milhões de reféns involuntários e impotentes da chantagem nuclear.

A lógica da guerra

As potências militares, como é evidente, não podem desconhecer as capacidades das armas que

possuem. Jogo sério e caro como é a guerra, os arsenais são cientificamente planeados em função da "ameaça" (Ver caixa). Esta, tanto traduz o risco e a dimensão de um eventual ataque do inimigo provável, como a resistência ou a retaliação desse "inimigo" a ataques "amigos". É tudo o que possa pôr em risco as chamadas forças amigas, sejam quais forem as circunstâncias. Mesmo em caso de ataque unilateral, designado de *preventivo*. É o conceito militar do termo!

O planeamento operacional exige, assim, uma

Pequeno dicionário nuclear

Guerra — de Clausewitz: "Continuação da política por meios violentos". Universal: "É todo o conjunto de acções de coacção coordenadas, legítimas ou ilegítimas, desencadeadas contra o inimigo, com a única finalidade de o conduzir ao estado psicológico de aceitar a capitulação e a imposição das condições políticas desejadas. Essas acções podem ser: políticas, económicas, diplomáticas, internas, psicológicas e, só em último caso, militares."

Inimigo (IN) — ameaça concretizada numa nação ou grupo de nações em função da sua capacidade militar e não das suas intenções.

Forças amigas — as nossas forças ou dos nossos aliados integradas num mesmo comando: *combinado*, se de várias nações, *conjunto*, se dos diferentes ramos das Forças Armadas.

Ataque preventivo — de surpresa, destinado a destruir o potencial ofensivo do IN e "prevenir" um eventual ataque.

Predição dos danos desejados — cálculo prévio do grau de destruição que se pretende provocar em cada um dos objectivos (alvos) a atacar.

Sistema de armas — conjunto de equipamentos interdependentes que conferem eficácia às armas modernas que perderam a autonomia tradicional (ex: avião: piloto, míssil, radar, comunicações, carga explosiva).

Condições reais — guerras regionais, espontâneas ou provocadas, para testes de armamento.

Reconhecimento — operações para obtenção de informações sobre o IN: aviões espíões, satélites, vectores não tripulados, interceptação de comunicações, espionagem, etc.

Sistemas de lançamento — submarino, avião bombardeiro, silos baseados em terra ou em navios, artilharia, etc.

Sistemas de guiamento — processo de guiar o míssil ao alvo após o lançamento: infra-vermelhos (calor do próprio alvo); radar (de terra, do míssil, do lançador, ou do próprio alvo); por comparação "visual" por computador do trajecto para o alvo.

Arma estratégica — que produz efeitos fora de um teatro de operações. Que afecta a guerra e não se restringe à batalha, por oposição a arma tática.

Teatro de operações — área limitada e específica onde se materializa o confronto. O campo de batalha.

Guerra electrónica — as acções militares electromagnéticas para determinar, explorar, reduzir ou impedir a utilização pelo IN do espectro electromagnético (radares, comunicações; guiamentos, interceptões), compreende: Medidas (ESM), contra-medidas (CME) e contra-contra-medidas (CCME).

Dissuasão — a exibição de poder militar para desencorajar ataques do IN.

Primeiro ataque (First Strike) — moderno conceito estratégico norte-americano. Com armas nucleares, de surpresa, capaz de destruir os centros vitais e poder ofensivo do IN a fim de reduzir a retaliação a níveis que não impeçam o prosseguimento de uma guerra vitoriosa.

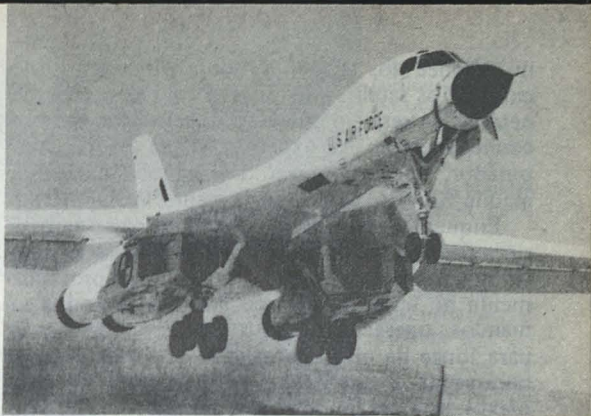
Fascinio do alvo — obsessão do piloto pelo objectivo que chega a levá-lo a não recuperar da "picada" e esmagar-se no solo com o avião.

Jogos de guerra — treino rotineiro dos oficiais e países da NATO com vista à determinação, em condições simuladas apoiadas por computador, da probabilidade de vitória num confronto cujos parâmetros reais, completos e actualizados, estão memorizados.

NBQ — guerra nuclear, bacteriológica e química.

Segurança nacional — conceito universal: protecção efectiva da soberania, território e população. Conceito norte-americano: o mesmo, mais a protecção dos interesses vitais dos EUA em qualquer parte do mundo.

eficiente *predição dos danos desejados*. Embora as tropas inimigas sejam para destruir, há instalações e equipamentos que pode convir neutralizar com estragos mínimos, para ulterior utilização. É o caso das pistas de aviação, complexos logísticos, blindados, etc. Daí que a escolha das armas ou *sistemas de armas* a empregar, não possam dispensar o conhecimento exacto do seu poder de destruição; dos cenários em que podem actuar; da sua capacidade de resposta quando accionadas. São estes dados, laboriosamente coligidos em testes sucessi-



Bombardeiro B-1: um avião estratégico nos "jogos de guerra"

Exploração do sucesso — operações militares subsequentes a um ataque, com vista a consolidar os seus efeitos e ocupar o terreno conquistado.

Raio de danos — círculo centrado na projecção — no solo — do ponto de uma explosão nuclear (Ponto Zero — Ground Zero — GZ).

Resposta automática — procedimento automático de lançamento de mísseis de interceptação ou retaliação, quando os radares indicam mísseis atacantes a curta distância.

Desclassificação — revogação da classificação de segurança (segredo, muito segredo, etc.) atribuída a documentação, pessoal, instalações, etc.

SALT (Strategic Armement Limitation Talks) — conversações para a limitação de armamento estratégico.

Opção Zero — Conceito soviético: desmantelamento de todos os mísseis nucleares da NATO e do Pacto de Varsóvia (PV) estacionados na Europa.

Conceito norte-americano: desmantelamento de 480 mísseis do PV contra a não instalação de euromísseis pelos EUA ficando: NATO — 980 e PV — 480 mísseis.

Míssil Cruzeiro (Cruise) — alcance 2.500 km, voa a baixa altitude contornando os acidentes do terreno.

Pershing-2 — míssil com alcance de 1.600/2.500 km, ogivas de 20 Kton. com grande poder perfurante. Difíceis de deslocar e fáceis de localizar. Impróprios para retaliação mas adequados a ataques de surpresa.

SS-20 — míssil equipado com 3 ogivas de pequena potência mas melhor precisão; tem vindo a substituir os SS-4 e SS-5, de grande potência e fraca precisão, na proporção de 1 SS-20 para 3. Produzido a partir de 1971.

Bomba de neutrões — bomba "limpa" desenvolvida pelos EUA, concebida para reduzir os efeitos térmicos e de sopro e aumentar a radioactividade. Liquida os seres vivos mas poupa as instalações e material.

vos, se possível em *condições reais* de ameaça controlável, que permitem seleccionar os objectivos e dimensionar os arsenais. Sempre em sintonia com as informações sobre o "inimigo" obtidas em todos os tipos de *reconhecimento*.

As armas não são separáveis da guerra. E esta só conhece uma lógica. A lógica da vitória!

As armas nucleares não constituem excepção. Apesar do seu incomensurável poder de destruição, a sua selecção obedece, basicamente, aos mesmos requisitos das armas convencionais. A sua potência, e precisão e os sistemas de lançamento e guiamento, continuam condicionados às características conhecidas dos alvos e à dimensão dos danos, desejados. Só que o progresso tecnológico dotou-as com um poder de destruição, um tal raio de acção e uma rapidez e probabilidade de atingir o objectivo que já não consentem decisões de última hora, pelos "danos inaceitáveis" que são capazes de provocar. É esta aquisição *estratégica* das armas que sempre haviam sido de emprego tático, que obrigou à pré-selecção dos alvos e ao aperfeiçoamento de sistemas de *resposta automática* accionados por computadores infalíveis...

A capacidade autónoma de alguns sistemas de armas anularem a sua própria detecção — milagres da *guerra electrónica* e da sofisticação dos sistemas de guiamento — veio, porém, aumentar a insegurança e agravar, portanto, a ameaça. Houve, pois, que garantir, em caso de ataque inimigo, a sobrevivência de armas e de forças para retaliação. Houve que descreer, secretamente, da dissuasão, uma vez que o conhecimento das vulnerabilidades momentâneas do inimigo passou a ser uma tentação permanente para o *primeiro ataque*. Preventivo!

A corrida aos armamentos

A incerteza sobre as próprias vulnerabilidades face às capacidades ofensivas inimigas adia, contudo, este *fascínio do alvo*. Aperfeiçoam-se os *jogos de guerra* dos estados-maiores com a integração

instantânea dos elementos sobre o inimigo fornecidos pelos satélites de observação, pelas redes planetárias de rastreio e detecção, pelos aviões de reconhecimento... Na expectativa que o super-computador, analisando um dia a probabilidade de ataque vitorioso, ordene finalmente: AGORA!

Enquanto esse dia não chega, torna-se necessário reforçar os armamentos defensivos. Melhoram-se os sistemas anti-mísseis; enterram-se profundamente no terreno as células anti-nucleares dos comandos operacionais estratégicos; desterram-se, para longe de alvos potenciais, as forças e armas necessárias à retaliação; aperfeiçoam-se os complexos sistemas de detecção; aumentam-se os equipamentos e instalações de protecção *NBQ*; investe-se na investigação de sistemas ainda mais avançados; fabricam-se bombardeiros estratégicos ainda mais rápidos e com maior autonomia de voo; instalam-se "dissuasores" próximos do território inimigo...

Exigências do conceito adoptado de *segurança nacional!*

O Efeito do sopro

Os ensaios simulados em laboratório, as experiências subterrâneas, submarinas e na atmosfera e as experiências reais em Hiroshima e Nagasaki, forneceram, durante os últimos 40 anos, um conhecimento profundo dos efeitos de uma explosão nuclear. Manuais militares de circulação restricta, descrevem os pormenores necessários ao adequado planeamento das operações e à protecção "possível" das tropas necessárias à *exploração do sucesso*.

A libertação instantânea de energia produzida pela explosão gera uma grande bola de fogo composta por gases a pressões e temperaturas muito elevadas. Estes gases, irradiam para o exterior e provocam uma poderosa *onda de sopro* no ar ou uma "onda de choque" na água ou no solo.

Esta onda, que é potenciada, por reflexão, dando origem ao "efeito Mack", é o segundo efeito mais importante sob o ponto de vista militar quer como promotor de baixas no pessoal quer como danificador do material. Nos primeiros microssegundos após a explosão, a bola de fogo expande-se velozmente dando origem, na sua superfície a uma camada de ar altamente comprimido. Quando atinge cerca de metade do seu volume máximo (2/100 do segundo para 20 Kt. de potência), a velocidade de expansão diminui e a onda de sopro separa-se dela movendo-se a altas velocidades em todas as direcções. Depois, à medida que perde energia, diminui de velocidade até estabilizar na velocidade do som (340m/s). No chamado *Raio de Danos* (RD) — zona de vários Km² directamente atingida pela explosão — a destruição pode considerar-se total em vidas, edifícios e equipamentos.

O efeito térmico

Devido às elevadíssimas temperaturas da bola de fogo (várias centenas de milhares de graus), parte da energia da explosão liberta-se sob a forma de calor e luz que se propaga em linha recta à velocidade da luz (300.000 Km/s). O imenso clarão, provoca cegueira imediata e a onda de calor incendeia e derrete tudo o que encontra nos quilómetros mais próximos.

Este efeito é designado por *radiação térmica*, e tem uma energia total calculada em 330 biliões de calorias (± 400.000 Kwh) para 1 KT de potência. Vaporiza cerca de 400 toneladas de terra à superfície, dando origem a enormes crateras no ponto de impacto. Pode, igualmente, ser agravada, por reflexão nas nuvens e acidentes do terreno.

Os materiais da superfície, são violentamente aspirados formando uma densa nuvem fortemente radioactiva com o clássico pedúnculo em forma de cogumelo. Durante o primeiro minuto após a explosão, a velocidade de ascensão da nuvem é da ordem dos 400 Km/h. Os produtos da cisão, poeiras e milhões de detritos radioactivos, começam então a cair consoante o seu peso, alargando substancialmente a área de alta contaminação.

Radiações e precipitação radioactiva (Fall out)

É a conhecida *precipitação radioactiva*, em que as partículas mais leves (pelo menos 50%) vêm atingir o solo centenas ou milhares de quilómetros mais longe, sob a forma de poeira esbranquiçada, neve ou chuva, por acção dos ventos dos dias ou semanas seguintes.

É o efeito mais devastador tanto sob o ponto de vista civil como militar. Pelas baixas causadas nas tropas e população; por inviabilizar operações táticas de "exploração do sucesso"; por contaminar áreas imprevisíveis e incontrolláveis; pela persistência dos seus efeitos.

Finalmente, os efeitos radioactivos das explosões nucleares, completam-se com a *radiação nuclear inicial* emitida durante o primeiro minuto após a explosão e a *radiação residual* que continua a ser emitida após aquele período.

Esta radiação residual resulta dos materiais radioactivos da arma não cindidos durante a explosão ou dos isótopos criados pela cisão após o primeiro minuto. Incluem a terra, a água e diversos estilhaços radioactivos que se dispersam por uma vasta área. A sua grande nocividade, deve-se à lenta degenerescência da radioactividade e à irradiação de múltiplas direcções devido à dispersão das fontes. É ainda aumentada pela acção anterior da radiação inicial sobre aqueles elementos e que se designa por *radiação induzida* (NIGA).

A *radiação nuclear inicial*, que compreende par-



Manifestação antinuclear em Nova Iorque, uma expressão do sentimento colectivo que invade as grandes cidades do mundo capitalista: pôr um fim à corrida armamentista para evitar o holocausto

tículas Alfa e Beta, radiações Gama e neutrões, é muito penetrante e invisível e propaga-se em linha recta à velocidade da luz. Pela sua rapidez de propagação não permite qualquer protecção eficaz. Provoca lesões muito rápidas e graves no sistema nervoso central, com falta de coordenação muscular, dificuldade de respiração e torpor intermitente. A morte sobrevem em poucas horas.

Em zonas mais afastadas, os severos danos no sistema gastro-intestinal, provocam náuseas, vômitos, diarreias, falta de apetite, febre, hemorragias internas, inchaço da garganta e perda de cabelo. A morte pode demorar uma ou duas semanas...

O Holocausto

Centenas de milhares de mortos e destruição total num raio de danos de vários quilómetros à volta do *ponto zero* são, como no caso das bombas de cisão de fraca potência lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, os efeitos comprovados de uma *única* explosão nuclear em meios urbanos. Se a bomba for de fusão — termo nuclear — os efeitos são, praticamente, os mesmos só que de maior dimensão.

Não foram referidos outros efeitos tais como danos parciais de grau variável causados nas áreas circundantes; as alterações transitórias ou irreversíveis, do meio-ambiente específico da região afectada; as afeições biológicas e genéticas operadas nos sobreviventes; os efeitos sísmicos e o impacto geológico; a inutilização de todos os equipamentos electromagnéticos; a destruição ou contaminação radioactiva de reservas vitais armazenadas ou das fábricas que as produzem; a destruição ou contaminação das fontes de alimentação (colheitas, reservas de água, animais, etc.) no caso de a explosão ocorrer em meios rurais...

Não foram quantificados os biliões de dólares dos prejuízos materiais. Não foram sequer estimadas, a dor e o sofrimento humanos causados, já

que não foi inventada ainda medida padrão para tal coisa...

Os efeitos de várias explosões nucleares, simultâneas ou próximas entre si no tempo e/ou no espaço, são, como se sabe, experimentalmente desconhecidos.

Os estudos seguramente levados a cabo por especialistas tão previdentes e competentes na "matéria", não foram objecto de divulgação. Não constam dos manuais militares, pelo menos dos que ainda são acessíveis. O que, aliás, se compreende, face à natureza "estratégica" por excelência, de semelhante acontecimento. Seria, com efeito, contrário à lógica que regula estas questões, se um tal conhecimento extravazasse do fechado círculo dos poucos políticos e generais que dele "necessitam". Não faz falta para as "operações táticas" onde se esgota a acção da maioria dos restantes militares. Muito menos à população civil que nem sequer em operações táticas participa.

Algumas das conjecturas que competem, por profissão, aos físicos teóricos, são acessíveis, contudo, ao cidadão comum. Basta raciocinar com bom senso e realismo e recordar alguns rudimentos da física.

Homo Sapiens: uma espécie em vias de extinção?

Quais seriam as consequências de vários impactos nucleares próximos? Sabe-se que o Pólo Norte é a trajectória mais curta para atingir grande número de objectivos em caso de eventual conflito entre as super-potências.

Será que as calotes polares resistiram ao efeito térmico das explosões provocadas pela "intercepção" e/ou das destinadas aos alvos próximos? Qual o efeito da incorporação súbita nos oceanos de tão grandes massas adicionais de água, transportadas em ondas crescentes a todos os continentes? Quais as proporções das inundações resultantes? Quais os

efeitos na vida das populações e nas culturas dos alimentos?

A deslocação do centro de gravidade da terra por força da transferência de semelhantes cargas, poderá alterar a direcção do seu eixo? Quais os efeitos, a nível planetário, no clima e na ecologia? Poderiam surgir glaciares no Equador?

E quais os efeitos previsíveis das radiações somadas, resultantes do emprego maciço daquelas armas? Que zonas do globo, decorridas algumas semanas, estariam isentas de contaminação? Durante quanto tempo seriam eficazes, os abrigos atómicos de que dispõem alguns "privilegiados"? Quem sobreviverá na Terra e com que alimentos?

Uma frase atribuída a Mao-Tsé-Tung, avança uma resposta que não é fácil contestar: "Se alguém escapar, será chinês com certeza!"

Finalmente, cabe perguntar quais os efeitos sí-

smicos e geológicos de diversos impactos localizados? E a ocorrência mais ou menos simultânea de outros grupos de impactos em outros pontos do globo?

Serão de excluir perturbações graves no movimento de rotação da Terra, quando as potências alcançadas se medem já por megatoneladas? Qual o grau da escalada de Richter dos consequentes terremotos? Será exagero recear fracturas subterráneas de grandes amplitudes? Como estabilizá-las? Poderão evitar-se vulcões gigantescos e muito disseminados? A atmosfera terrestre seria respirável e deixaria penetrar a luz do sol? Seria possível a vida? Quais as consequências do rompimento do delicado equilíbrio de pressões no interior do planeta? E no campo magnético terrestre?

Alguém poderá garantir que a Terra resistirá a uma guerra nuclear?

As bombas A, H e de neutrões

Há dois tipos de bombas nucleares — a A e a H — e uma variante da H: a de neutrões. Todas elas funcionam com base no princípio da explosão convencional — libertação de grande quantidade de calor e forte onda de choque devido à expansão volumétrica da matéria gaseificada — só que em ordens de grandeza muito superiores e com um consequente efeito letal: a radioactividade, que causa o cancro e a leucemia entre outros males.

O que distingue as bombas é a natureza da reacção provocada no núcleo do átomo do elemento de que é constituída (daí a denominação correcta de bombas nucleares). As bombas A, erroneamente chamadas atómicas, são engenhos de *fissão* dos núcleos de urânio-235 e plutónio-239. A bomba H é um explosivo de *fusão* dos núcleos de hidrogénio, hélio e trítio, elementos de núcleos leves (com um próton).

Para se ter ideia do poder de explosão das armas nucleares, basta compará-las ao explosivo convencional TNT (trinitrotolueno). A unidade de medida da libertação de energia *por átomo* em reacções físico-químicas é o *electron/volt* (ev). Na explosão de uma bomba A de urânio, são libertados 200 milhões de ev. Um quilo do material explosivo de uma bomba A tem o poder de explosão equivalente a mil toneladas de TNT (um kiloton).

A bomba lançada pelos Estados Unidos em Hiroshima tinha 12,5 kilotons. As modernas bombas "H" têm o seu poder de explosão medido em

megatons (mil kilotons ou 1 milhão de toneladas de TNT).

Fissão e fusão

Nas bombas de fissão, o átomo é arrebatado com a introdução de mais neutrões no núcleo, alterando o seu equilíbrio. Além da energia libertada pela reacção, são emitidas partículas radioactivas, cuja durabilidade varia de cerca de 75 anos — caso do cobalto-60 — a 360 mil anos para o plutónio-239.

A fusão nuclear é um processo inverso à fissão. Fundem-se dois núcleos leves formando um mais pesado. Nas bombas de fusão nuclear é libertada mais energia do que nas de fissão.

"E há um agravante", observa o professor de Física da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE), Luiz Pinguelli Rosa. Segundo ele, a moderna teoria física do *big-bang* atribui a formação do Universo a uma explosão decorrente de fusão nuclear, que ainda ocorre no sol e nas estrelas. Com a bomba H, o homem está a trazer para a Terra um tipo de explosão até agora só verificada a anos-luz do planeta. Que efeitos terá sobre o mundo a explosão de milhares de megatons, já prevista por instituições científicas?

A bomba de neutrões é mais radioactiva que explosiva: a fracção de energia libertada na explosão é menor do que a de uma arma nuclear convencional, mas a de energia radioactiva é muito maior. Uma bomba de neutrões de um kiloton mataria por radiação numa área de dez quilómetros quadrados. E a chamada "bomba capitalista" ou "arma perfeita": destrói a vida e preserva a propriedade.

O estudo do cortejo de guerras que a história nos oferece, demonstra que o mecanismo do instinto de sobrevivência também se aplica às nações. Não é plausível, com efeito, que uma nação vítima de um ataque nuclear, sempre devastador, se abstenha de ripostar com os meios ao seu alcance. Se a sua capacidade de dissuasão falhou, só lhe resta a retaliação e a intercepção possível dos vectores que lhe são dirigidos.

Ninguém aceitará ver as suas armas destruídas nos silos ou que o agressor lhe imponha o teatro de operações que mais lhe convém. Ninguém poderá, pois, evitar que a retaliação vise provocar danos inaceitáveis ao agressor e assuma assim natureza "estratégica". O sistema de "resposta automática" e os lançamentos para objectivos pré-programados serão, assim, imediatamente accionados sucessivamente por ambos os contendores. Se houver tempo, irão até ao esgotamento dos paíóis nucleares visto não haver árbitro possível para decretar um empate!

No entanto, políticos e generais, quais jogadores de "poker", esforçam-se por fazer crer à opinião pública que uma guerra nuclear pode ser "limitada" no espaço e, portanto, nas proporções. A grande maioria dos países europeus, principais vítimas das duas guerras mundiais, não têm ilusões, porém, de que os seus territórios são o engodo para tal "limitação". Estão conscientes da "alergia" do seu poderoso aliado, às guerras em território norte-americano. Sabem que o susto de Pearl Harbour foi vacina duradoura...

Por outro lado, compreendem a alergia soviética às aventuras bélicas depois de ter sofrido 20 milhões de mortos na última grande guerra (quase 50% do total de vítimas no conflito). Reconhecem, igualmente, ter sido excessiva a sua participação e apoio ao cerco e invasão daquele país, depauperado pela I Guerra Mundial e abalado por uma revolução destinada a trazer os seus povos da idade média ao limiar do século XX. Especialmente quando constataram que as diferenças de regime político não foram obstáculo ao decisivo auxílio que a URSS lhes trouxe para esmagar o nazi-fascismo que os agrediu e ocupou 20 anos depois.

Estratégias do pós-guerra

A subsequente "guerra fria" e a cedência dos territórios europeus para instalação de armas e redes de detecção que vieram repor o cerco à URSS, desde o Irão à Noruega, foi um peso na consciência europeia que o chanceler Willy Brandt tentou atenuar com a "Ostpolitik".

No entanto, a super-secreta estratégia norte-americana de "ataque preventivo" representava um risco de pesadelo para os líderes europeus que ti-

nam dela conhecimento. (Só recentemente esse risco real se tornou público com a "desclassificação", pelo Pentágono, dos documentos da época). Pesadelo que se agravava à medida que a URSS lograva recuperar-se do seu atraso tecnológico-militar. E como o conceito político-militar da "ameaça" é deduzido das *capacidades militares do inimigo e não das suas intenções* aleatórias, a possibilidade de sofrer danos "inaceitáveis" pelos EUA, conduziu à mudança da sua estratégia oficial.

As conversações de Genebra

A "humanitária" limitação à Europa de uma eventual guerra nuclear revelou-se inviável. Foi esta evidência, logo reconhecida pelo presidente



Willy Brandt e a sua Ostpolitik:
criar uma alternativa ao cerco da URSS

Nixon e por Henry Kissinger, que permitiu a assinatura dos acordos SALT I. A sua inovação fundamental foi a consagração por ambas as superpotências de que a medida mais desencorajadora de uma guerra nuclear era, precisamente, uma deficiente defesa contra ela. Daí a proibição do desenvolvimento de sistemas anti-míssil.

Na esteira do seu antecessor, ainda foi possível ao presidente Carter subscrever o Tratado SALT II. No entanto, a recusa do Congresso dos EUA em o ratificar, reflectindo a emersão, na sociedade norte-americana, de obscuras forças neutralizadas durante o período de desanuviamento, veio modificar radicalmente o clima auspicioso em que se tinham iniciado as conversações de Genebra agora interrompidas.

É esta a situação actual. Permanecem remotas as possibilidades de reatamento de qualquer uma das conversações projectadas, uma vez que a decisão da NATO de instalar na Europa mais de 500 mísseis de cruzeiro (Cruise) e Pershing-2 tirou-lhes



Carter e Brejnev assinam o Acordo SALT II:
um breve parêntese no clima de guerra fria

qualquer sentido. A instalação de armas típicas de “primeiro ataque”, capazes de atingir território soviético em 5 a 10 minutos com precisão de 30 a 50 m prossegue. Em resposta, a URSS prepara-se para instalar os seus SS-20 na RDA e na Checoslováquia.

A margem destas fracassadas conversações, permanecem os arsenais de dois países da NATO (França e Inglaterra), num total de 263 vectores. Para onde estarão apontados?

Que futuro para a Humanidade? O esgotamento da escalada

A II Guerra Mundial — classificada como a última das guerras mundiais convencionais — terminou com o triste recorde de perto de 50 milhões de mortos, entre militares e civis. Com a experiência de Álamo Gordo e o lançamento das bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki, os EUA inauguraram, ainda em 1945, a era das guerras nucleares. A morte instantânea de centenas de milhares de pessoas e a simultânea destruição do trabalho acumulado de várias gerações, veio alterar radicalmente o tradicional conceito estratégico da “ameaça”. Foi o início da moderna corrida aos armamentos, iniciada ainda antes da guerra terminar. A URSS, a Inglaterra, a França, a China, ... foram sucessivamente ingressando no chamado “Clube Atómico”.

O sucesso do “Projecto Manhattan” que deu aos EUA a bomba termonuclear, foi a segunda grande etapa da escalada que os outros parceiros do clube não tardaram a alcançar. Seguiu-se a criação do SAC (Comando estratégico de bombardeiros nucleares) norte-americano (1953); dos ICBM (mísseis balísticos intercontinentais) baseados em território dos EUA (1955); o fabrico dos submari-

nos nucleares norte-americanos (1959); a adaptação de ogivas múltiplas (MIRV) aos ICBM (1964); o fabrico de mísseis de médio alcance embarcados ou aerotransportados (década de 60); a aquisição pelos EUA da *bomba de neutrões* (1979)... até à recente crise dos *euromísseis*.

O anúncio, entretanto, do presidente Reagan, da actualização dos arsenais dos EUA no domínio das armas químicas e bacteriológicas de extermínio maciço e a instalação no espaço exterior de sistemas *laser* de intercepção de mísseis, aponta para um grau na escalada que, dificilmente, terá oportunidade de conhecer novas etapas...

O dilema do cidadão comum

Numa época em que a humanidade atingiu, pela primeira (?) vez, capacidades tecnológicas para a auto-destruição, o cidadão comum vive, entre perplexo e estarecido, um agudo dilema. Sabe que os arsenais nucleares existentes são suficientes para liquidar a vida no planeta mais de uma dezena de vezes. Valerá a pena aguardar a primeira, para, então, evitar as restantes?

O pujante movimento pacifista mundial, o movimento dos Generais para a Paz e o Desarmamento, as tomadas de posição públicas de autoridades como Willy Brandt, Robert MacNamara e o Partido Trabalhista inglês parecem, apesar da sua inegável importância, não terem força suficiente para deter a ameaçadora corrida armamentista e as suas terríveis consequências.

A Terra é uma pequena nave que nos transporta no espaço, protegida das radiações cósmicas e outros projecteis pela sua atmosfera. Está integrada num reduzido sistema planetário, vagamente excêntrico na periferia de uma galáxia não muito importante entre o conjunto de milhões de galáxias que o universo “visível” nos oferece...

É, porém, a única que temos e não se afigura possível encontrar alternativa para ela, pelo menos em tempo útil. De qualquer modo, não é fácil aceitar, seja qual for a justificação, que não há alternativa para a sua destruição.

Quando restam três simbólicos minutos para o Apocalipse, custa a crer que o Homem permita a dissipação de incalculáveis recursos, trabalho e inteligência por parte de uma pequena minoria de dirigentes que adiam indefinidamente a felicidade possível de toda a humanidade.

Custa a crer, na realidade que não possam ser encontrados mecanismos para que não esteja entregue a essas elites desumanizadas — verdadeiros “senhores do mundo” — a gestão de meios de destruição tão poderosos, capazes de comprometer a sobrevivência do próprio planeta.

Do pesadelo nazi ao pesadelo nuclear

1939

1 de Setembro – Entrada das tropas nazis na Polónia. Início do que viria a ser a II Guerra Mundial.

1941

7 de Dezembro – Ataque japonês à base naval norte-americana de Pearl Harbour. Primeiro ataque em território dos EUA.



Churchill (esq.), Roosevelt (centro) e Staline (dir.) em Yalta

1945

7/12 de Fevereiro – Conferência de Yalta (Crimeia) entre os líderes das “3 grandes Nações Unidas”: Churchill (Inglaterra), Roosevelt (EUA) e Staline (URSS). Assumidos compromissos solenes de:

- Atacar a Alemanha até à rendição incondicional.
- Desarmamento total e destruição do seu complexo militar-industrial.
- Erradicação do nazismo e militarismo de todos os sectores da vida alemã.
- Julgamento e punição exemplar dos criminosos de guerra nazis.
- Convocação para S. Francisco (Califórnia) das “Nações Unidas” para aprovação da “carta”.
- Reunificação da Alemanha, após conclusão efectiva das restantes medidas.

7 de Maio – Rendição incondicional dos Exércitos Alemães.

1984 – Fevereiro – no. 63



A entrada dos exércitos soviéticos em Berlim

26 de Julho – Detonação da bomba atómica de experiência, em Alamo Gordo no deserto do Texas (EUA).

6 de Agosto – Lançamento pelos EUA, da primeira bomba atómica da História. Destruição da cidade japonesa de Hiroshima: 250.000 vítimas, 130.000 mortos (incluindo vítimas de efeitos a longo prazo).

8 de Agosto – Invasão pela URSS, da Manchúria ocupada pelo Japão, para abreviar a Guerra do Pacífico. Solicitada ainda pelo presidente Roosevelt.

9 de Agosto – Lançamento da segunda bomba atómica, sobre Nagasaki.

2 de Setembro – Rendição incondicional do Japão. Fim da II Guerra Mundial.

1948

6 de Julho – Início, em Washington, das conversações sobre a constituição de uma aliança militar do Atlântico Norte: EUA, Canadá, Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda e Inglaterra.

1 de Setembro – Reunião da Assembleia Constituinte de um Estado alemão separado na Alemanha Ocidental com autorização das potências ocupantes: EUA, Inglaterra e França.

10 de Dezembro – Início, em Washington, das negociações sobre a redacção do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

1949

15 de Março – Convite das potências negociadoras, para adesão à NATO da Dinamarca, Islândia, Itália, Noruega e Portugal.

31 de Março – Memorando do governo da URSS aos doze futuros signatários apelando à não constituição da NATO por ser contrária à Carta das Nações Unidas.

4 de Abril – Assinatura, em Washington, do Tratado do Atlântico Norte (NATO).
Doze países, duração indefinida.



Harry Truman

22 de Setembro – Primeira explosão atômica experimental soviética, anunciada por comunicado anglo-americano-canadiano.

1950

27 de Janeiro – Aprovação pelo presidente Truman, do projecto de defesa integrada da região do Atlântico Norte e abertura de um crédito para ajuda militar de 900 milhões de dólares.

19 de Dezembro – 6ª Sessão do Conselho da NATO, em Bruxelas. Nomeado comandante-supremo da NATO na Europa o general Dwight D. Eisenhower (EUA). Consentido o rearmamento da República Federal da Alemanha e negociada a eventual contribuição para a defesa da Europa Ocidental (negociações de Petersberg).

1951

2 de Abril – Activado o Comando-Supremo Aliado na Europa (ACE) e o Quartel-General Supremo (SHAPE) através da ordem geral nº 1 do gen. Eisenhower.

1 de Setembro – Assinatura do “Pacto de Defesa do Pacífico (ANZUS) pelos EUA, Austrália e Nova Zelândia.

1952

30 de Janeiro – Nomeação do vice-almirante Lynde McCornick (EUA) comandante-supremo do Atlântico (SACLANT).

18 de Fevereiro – Ingresso na NATO da Grécia e Turquia.

21 de Fevereiro – Criação do Comando Naval e Aeronaval da Mancha e nomeado comandante-em-chefe o almirante Sir Arthur John Power.

25 de Maio – Explosão pelos EUA da primeira

42 - terceiro mundo

bomba termonuclear, em Eniwetok.
Ensaio da primeira bomba atômica da Grã-Bretanha.

1953

28 de Maio – Reconhecimento pela URSS, da República Democrática Alemã.

Entram no serviço activo os primeiros bombardeiros estratégicos B-52 dos EUA. O seu número atingiu os 600.

1954

Ensaio da primeira bomba H (hidrogénio) da URSS.

7 de Maio – Rejeição pelos EUA, França e Inglaterra do pedido soviético de 31 de Março, para ingresso da URSS na NATO.

8 de Novembro – Assinatura do SEATO (South East Asia Treaty Organization – Organização do Tratado do Sudeste Asiático), criado em moldes semelhantes à NATO entre os EUA, Filipinas, Grã-Bretanha, Tailândia, França, Austrália, Paquistão e Nova Zelândia. Em extinção, após a intervenção dos EUA no Vietname, com a saída de vários países.

1955

26 de Janeiro – A URSS põe fim ao estado de guerra com a Alemanha.

24 de Fevereiro – Assinatura do Pacto de Bagdade (que deu origem à Organização do Tratado Central; CENTO): Turquia, Paquistão, Irão, Iraque e Inglaterra. Os Estados Unidos têm estatuto de membro associado. (Irão, Iraque e Paquistão já saíram do Tratado).

5 de Maio – Ingresso oficial na NATO, da República Federal da Alemanha.

14 de Maio – Assinatura em Varsóvia, do Pacto com o mesmo nome.

Oito países. Duração: vinte anos, prorrogável por períodos de 10 anos até ser concluído “na Europa, um sistema de segurança colectiva”.

Entram ao serviço as primeiras armas nucleares tácticas nas forças armadas dos EUA.

1956

O primeiro submarino de propulsão nuclear, o Nautilus, é incorporado na marinha dos EUA.

1957

Os EUA tomam a decisão de instalar mísseis equipados com ogivas nucleares na Europa. Plano MC 70.

É lançado ao mar o primeiro submarino lançamísseis Polaris da marinha norte-americana.

Os primeiros mísseis SS-4 com alcance de

no. 63 – Fevereiro – 1984

1.800 quilómetros são instalados no território europeu da URSS. Até 1967 foram instalados 500 mísseis SS-4 equipados com ogivas termonucleares de uma megatonelada.

1960

Os EUA instalam 30 mísseis Jupiter no Norte da Itália, 15 na Turquia, junto à fronteira da URSS, e 60 mísseis Thor na Grã-Bretanha. Todos estes mísseis podiam atingir com ogivas nucleares o território da União Soviética.

1961

Os primeiros mísseis SS-5 com alcance de 3.600 quilómetros começam a ser instalados pela URSS.



A crise dos mísseis, Cuba, 1962

1962

As primeiras armas nucleares táticas começam a equipar as forças terrestres soviéticas.

A URSS inicia a instalação de mísseis SS-4 e SS-5 em Cuba, retirando-os no mesmo ano.

1963

O primeiro submarino nuclear soviético é incorporado na marinha da URSS.

Os EUA retiram os mísseis Jupiter e Thor da Turquia, Itália e Grã-Bretanha, no seguimento de algum acordo secreto firmado com a URSS e em contrapartida da retirada dos mísseis soviéticos de Cuba. Segundo as cartas de garantia presidenciais, o referido acordo só deveria ter previsto a retirada dos Jupiter da Turquia.

Os EUA atribuem ao comando da NATO 5 submarinos lança-mísseis Polaris que passaram a operar no norte a partir da base de Holy Loch na Escócia e no Mediterrâneo a partir da Ilha de La Madalena, junto a Sardenha.

Os EUA instalam na RFA 30 aviões sem piloto Mace destinados a veicular bombas nucleares contra o território soviético.

1966

A Grã-Bretanha lança ao mar o seu primeiro submarino nuclear lança-mísseis, o HMS Resolution.

1984 - Fevereiro - no. 63

Os EUA retiram os 30 Mace da Europa por serem considerados incapazes de atingir com êxito os alvos pretendidos.

Um B-53 norte-americano, transportando bombas nucleares, cai na costa espanhola, em Palomares.

A França ensaia as suas duas primeiras bombas atômicas.

1968

Entra em serviço o primeiro submarino lança-mísseis soviético.

1970

Os EUA colocam na Escócia 156 bombardeiros de geometria nuclear e capacidade nuclear, F-111, destinados a bombardear a URSS.

1971

A França incorpora no serviço activo o seu primeiro submarino lança-mísseis nucleares, o Le Redoutable.

1974

A empresa norte-americana Martin-Marieta recebe a primeira encomenda de novos mísseis Pershing-2. Os respectivos estudos tinham sido aprovados um ano antes pelo Congresso dos EUA.

1975

Um satélite norte-americano descobre as primeiras rampas de lançamento dos mísseis de alcance intermédio SS-20 da URSS, localizadas em território europeu soviético.

1976

Os satélites dos EUA identificam 18 rampas de SS-20 no Extremo Oriente soviético.

1979

A NATO toma a decisão política de instalar mísseis Pershing-2 e Cruise na Europa Ocidental, se até 1983 a URSS não desmantelar os seus SS-20.

1980

Wadim Sagladin, responsável pela informação no Comité Central do PCUS, confirma aos microfones da Rádio Luxemburgo, a existência de mísseis SS-20. Trata-se da primeira referência aos mesmos por parte de fonte oficial soviética.

1981

Começam em Genebra as conversações entre a URSS e os EUA para a redução dos armamentos nucleares na Europa.

1983

Os primeiros Pershing-2 e Cruise chegam a Europa e cessam as conversações de Genebra. ●

A lógica das armas nucleares



Um mecanismo de auto-reprodução impulsiona a indústria bélica atômica, sem responder a uma determinada conjuntura político militar: as armas ficam obsoletas mesmo antes de serem testadas.

Ricardo Arnt*

Há indícios, cada vez maiores, de que as armas nucleares sejam auto-reprodutivas, ou seja, de que o processo de desenvolvimento dos sistemas de armas nucleares obedeça, cada vez mais, às necessidades internas, autônomas, dos complexos industriais-militares que as produzem. Se a hipótese estiver correcta, a corrida de armamentos nucleares não é mais uma consequência da guerra fria, mas sim uma das suas causas. Nos últimos 40 anos, os arsenais nucleares têm crescido; vorazmente, em quantidade e qualidade. Famílias inteiras de armas nucleares continuam a ser produzidas em ritmo cada vez mais acelerado, de minas e granadas táticas a mísseis balísticos intercontinentais, portadores de múltiplas ogivas independentemente manobráveis.

As armas nucleares sempre foram instrumentos diplomáticos de terror. Substituíram a ameaça de exércitos inteiros, balizando e dramatizando as relações de força entre as potências.

* Ricardo Arnt é jornalista, editor internacional e correspondente no Brasil da revista italiana "Dialogo Nord/Sud".

Visto sob o prisma da história, o desenvolvimento das armas nucleares, nas suas linhas principais, significa até um capítulo fácil de entender. Desde o começo, em 1945, a maior potência capitalista do mundo, os Estados Unidos, têm sido o demiurgo e o motor do processo armamentista. Os norte-americanos foram os primeiros a fabricar a bomba atômica e os únicos a usá-la sobre seres humanos. Foram os primeiros a introduzir a ameaça nuclear na realidade política. Já em 1946, o Comando Aéreo Estratégico Norte-Americano foi criado com o objectivo de realizar ataques nucleares na União Soviética. A URSS não possuía a bomba, só a vindo a ter em 1949. Nos anos 50, quando ainda não existiam mísseis balísticos intercontinentais (os ICBM), capazes de atingir o território soviético a partir do território norte-americano, os Estados Unidos cercaram a União Soviética com bases nucleares no Japão, nas Filipinas, Formosa, Tailândia, Turquia, Grécia, Itália e Alemanha Ocidental (o "cordão sanitário"). Foi nessa época que a Europa recebeu os seus primeiros euromísseis, os Thor e os Júpiter. Tecnicamente incapaz de atingir o território dos Estados Unidos, a resposta soviética constituiu em munir-se de mísseis de médio alcance e tomar a Europa como refém, dissuadindo um ataque norte-americano sob pena de retaliação sobre os aliados europeus.



Rampa de lançamento dos mísseis Cruise

Até 1967, os Estados Unidos gozaram do monopólio de ameaçar o território soviético com um ataque nuclear sem terem de preocupar-se com a hipótese de um ataque igual contra o seu território. Uma supremacia esmagadora, quantitativa ou qualitativa. Em 1961, por exemplo, quando Kennedy autorizou o fabrico de 1.000 novos ICBM (os Minuteman), os soviéticos possuíam exactamente quatro desses mísseis. A partir de 1964, entretan-

Comparação Mísseis Nucleares

Mísseis estratégicos de longo alcance	Total	Alcance (em Km)
EUA		
Titan 1	52	15.000
Minuteman 2	450	11.300
Minuteman 3	250	13.000
Poseidon C-3	304	4.500
Trident C-4	216	7.400

URSS		
SS-11 Mod. I	570	10.500
Mod. III	—	8.800
SS-13	60	10.000
SS-17	150	10.000
SS-18 Mod. I		12.000
Mod. II		11.000
Mod. III		10.500
Mod. IV	308	9.000
Mod. V		9.000
SS-19 Mod. III	310	10.000
SSN-5	57	2.800
SSN-6	400	3.000
SSN-8	292	9.000
SSNX-17	12	3.900
SSN-18	208	8.000
SSNX-20	20	8.300

Mísseis de alcance intermédio

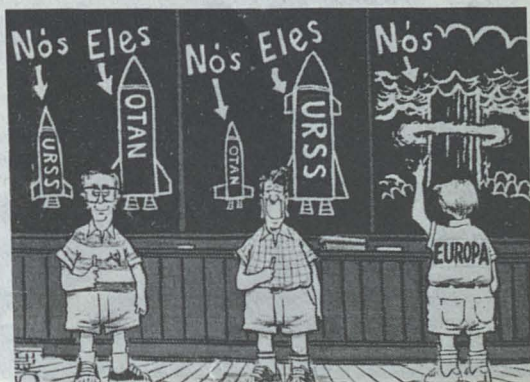
EUA		
Pershing-2	39	1.500
BGM-109A	—	—
URSS		
SS-4	275	2.000
SS-5	16	4.000
SS-20	315	5.000

Mísseis de curto alcance (táticos)

EUA		
Pershing IA	108	160
Lance	36	110
URSS		
SS-1b	450	150
FROG-7	482	70
SS-12	70	500
SS-21	10	120
SS-22	100	1.000
SS-23	10	350
SS-C-1b	100	450

(Fonte: *Military Balance 82/83* - International Institute of Strategic Studies - Londres)

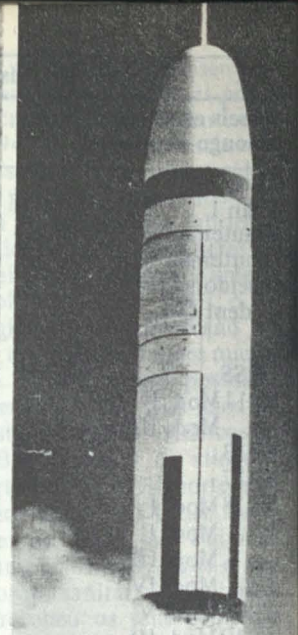
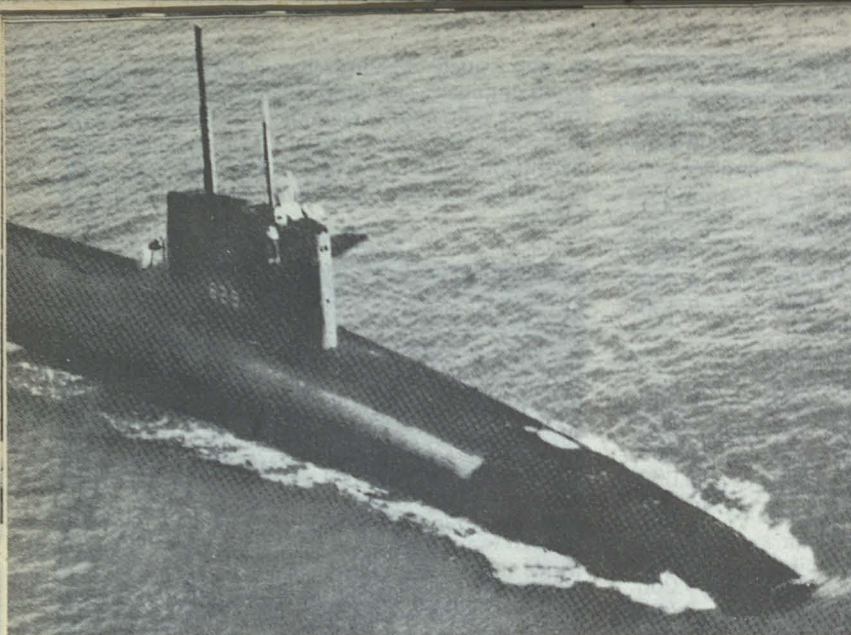
to, com a queda de Khrushchev, a URSS empenhou-se em eliminar a sua inferioridade nuclear. Ao contrário de aumentar a segurança do mundo, a paridade nuclear entre soviéticos e norte-americanos institucionalizou a corrida de armas nucleares, fomentando a concorrência onde antes havia um monopólio.



Um trunfo norte-americano

A manutenção da supremacia nuclear foi, e tem sido, um trunfo fundamental da política norte-americana. Existe para alicerçar uma hegemonia mundial, impedir mudanças sociais e conter a erosão do seu império, paralizzando os inimigos com a ameaça da devastação. De 1945 até hoje, os Estados Unidos deram pelo menos doze ultimatos nucleares aos seus adversários. Para manter essa hegemonia foi preciso estar na frente da corrida dos armamentos e ser o primeiro a introduzir novos sistemas de armas. Assim, depois da bomba atômica, os norte-americanos foram os primeiros a fabricar a bomba de hidrogénio em 1954, os ICBM em 1958, os ICBM de submarino (SLBM) em 1960, as ogivas múltiplas de alvos independentes em 1970, os mísseis de cruzeiro em 1979, a bomba de neutrões em 1980, etc. As novas fronteiras do militarismo são, agora, o espaço e o fundo do mar.

Algumas das maiores empresas norte-americanas participam da produção de armas nucleares, como a General Dynamics, a McDonnell Douglas, a United Technologies, a General Electric, a Boeing, a Lockheed, etc. No total, vinte mil empresas mais cem mil sub-associadas. As cem maiores controlam 70% das encomendas. Essas companhias são *sobranas*, no sentido em que elas próprias são responsáveis pela sua viabilidade financeira e pela obtenção de contratos de produção, e *dependentes* no sentido em que a maior parte das encomendas é feita pelo Estado (pelo Departamento de Defesa). A competição para a obtenção de contratos é intensa, uma competição mais em termos de tecnolo-



Submarino nuclear norte-americano lança-mísseis (esq.), armado com Trident 1 (direita)

gia do que em redução de custo, uma vez que, sendo o Estado o único cliente realmente importante, uma redução no preço dos equipamentos reduziria o total dos orçamentos que formam o mercado total.

A capacidade de inovação tecnológica é, portanto, crucial. Nesse pólo de capital intensivo e sector de emprego de quadros altamente especializados, a manutenção de equipas de pesquisa, da rede de laboratórios e do parque industrial tornam imperativo o fluxo contínuo de encomendas e contratos. A partir do momento em que uma empresa desenvolve quadros, instalações e equipamentos para processar programas de bilhões de dólares, a ociosidade e o subemprego significam grandes e imediatos prejuízos. Essencialmente, essa procura permanente faz com que logo que um sistema de armas seja concluído e vendido, o trabalho num outro seja imediatamente necessário. Assim, a Boeing produziu o bombardeiro B-47, seguido do B-52, seguido pelos mísseis Minuteman, seguido, agora, pelo míssil MX. A Lockheed, por sua vez, desenhou e desenvolveu os mísseis de submarino Polaris, Poseidon e Trident. A Electric Boat, hoje incorporada pela General Dynamics, constrói novos submarinos desde 1890. A Newport News lança um porta-aviões atrás do outro. O aperfeiçoamento dos sistemas também ocupa um papel fundamental. Mais velocidade, mais protecção, maior precisão, substituição de partes, acarretam maiores investimentos em tecnologia e pesquisa, complexidade crescente e, não raro, poucas mudanças substanciais na *performance* das armas. Trata-se de um "arsenal barroco".

Um mecanismo de auto-reprodução

O armamentismo, portanto, tem raízes também fora das linhas de conflito global. Encarrega-se ele próprio da sua reprodução. Já não depende do uso das armas e das guerras, mas do desenvolvimento contínuo de novos sistemas de armas. Na prática, produz-se a guerra nos tempos de paz, com as tecnologias, as teorias bélicas que a fundamentam e as ideologias que a subentendem. Como a vida útil de uma arma nuclear corresponde ao seu tempo de manufactura, do ponto de vista das empresas torna-se necessário que as necessidades militares adaptem-se aos cronogramas de pesquisa e produção, e não vice-versa. O dinamismo da indústria não pode esperar pela lentidão das decisões políticas da burocracia militar (o que implicaria prazos de cinco a dez anos de planificação).

Sob a protecção dos segredos da Segurança Nacional, as indústrias bélicas e o Estado desenvolvem uma proximidade peculiar. Para assegurar a estabilidade dos fluxos de contratos, a indústria estabelece equipas de técnicos de planeamento com a função de prever o que cada sector específico das forças armadas pode vir a requerer quando um sistema em uso tiver de ser substituído. Esses funcionários mantêm contacto constante com os oficiais e as autoridades responsáveis pela elaboração dos planos de reequipamento. Trata-se de um relacionamento privilegiado, não raro entre velhos companheiros de farda ou "profissionais" portadores de visões comuns do mundo e da política.

Estudando dez programas de armamentos, J. R. Fox descobriu que os técnicos de planeamento



A corrida armamentista fez com que os movimentos pacifistas se expandissem e consolidassem em todo o mundo. Na foto da direita, uma manifestação de soldados de países da NATO contra a instalação dos Pershing-2 na RFA

da indústria privada não raro participavam, na qualidade de assessores, da redação dos próprios planos de modernização das forças armadas. Planos que depois seriam passados para contratos. As empresas privadas também investigam constantemente as áreas onde os seus produtos possam ser bem recebidos, identificando as autoridades mais propensas às suas ideias. Vigiam atentamente a flutuação dos planos de investimento e dos orçamentos de defesa. Através dos seus *lobbies* parlamentares influem na aprovação das estratégias de defesa e na votação de recursos pelo Congresso. E, naturalmente, combatem as forças políticas que se opõem aos seus desígnios.

Essa dinâmica específica, gradual, inerte e burocrática permite explicar porque apesar de eventuais períodos de *détente* a expansão dos arsenais, simplesmente, não pára.

A estratégia da URSS

Em contraste com as empresas bélicas dos Estados Unidos, as organizações de pesquisa e produção de armamentos na União Soviética são dependentes do Estado. A continuidade das instituições científicas e industriais na URSS está garantida pelo sistema de planejamento central. Os orçamentos para a pesquisa tecnológica são muito mais estáveis do que no Ocidente.

Institutos de pesquisa, desenho industrial, planejamento e fábricas são organizados como entidades separadas, subordinadas a ministérios centrais. A característica fundamental do sector é a produção centralizada de armamentos de relativa simplicidade tecnológica e ampla durabilidade, em grandes quantidades. Mudanças de modelo e complexidade técnica são encaradas com resistência pelos

parques industriais na medida em que alteram a produção e as metas quantitativas dos planos centrais que se devem alcançar. Preços mais baixos encorajam a produção a longo prazo das mesmas séries de armas. Para garantir a estabilidade da produção, cada ministério procura ter sob o seu controlo o processo integral de manufactura das armas. Assim, a maioria possui as suas próprias indústrias metalúrgicas, fábricas de ferramentas, materiais e componentes. Uma rede desse porte assegura uma continuidade ininterrupta e desestimula inovações na medida em que implicariam recursos a fornecedores industriais fora do domínio de cada ministério. Ao contrário do arsenal barroco norte-americano, a tecnologia militar soviética é *conservadora*, evolutiva, utilitária e resistente à mudança tecnológica.

As hierarquias verticais predominam no sistema, ao contrário do relacionamento horizontal entre a indústria e o Estado nos Estados Unidos. Os estabelecimentos de pesquisa são planeados e dirigidos pelos ministérios e coordenados por Comissões Militares Industriais. Tecnocracia e burocracia militar trabalham juntas, dirigidas pelo Estado-Maior. As decisões finais são tomadas pelo Conselho de Defesa, subordinado ao Presidium do Soviete Supremo (Politburo).

A URSS não revela o total dos seus gastos com a defesa, mas, dada a escalada do seu poder militar, a maioria dos analistas considera que esses investimentos sejam da mesma ordem dos investimentos norte-americanos.

O aparelho militar soviético não tem a autonomia do complexo industrial-militar dos Estados Unidos mas não há dúvidas de que o que ele considera "necessidades de defesa" são prioridades que se impõem às decisões das lideranças políticas. ●

Muitas Hiroshimas

Fernando Pereira Marques

“ Viu um uniforme. Supondo que se tratava de um soldado apenas, o sacerdote aproximou-se com a água. Quando penetrou no matagal, viu que se encontravam ali cerca de vinte homens, todos no mesmo estado aterrorizador: os rostos inteiramente queimados, as órbitas vazias, e o fluido que lhes escorria dos olhos que o calor fundira, deslizava-lhes pela cara abaixo... Os lábios deles não eram mais do que um inchaço, feridas cobertas de pus, que não podiam manter suficientemente abertos a fim de deixarem entrar o bico do bule.”



Imagem da explosão da bomba de Hiroshima

Lê-se esta passagem do livro *Hiroshima*, do norte-americano John Hersey¹, onde se conta o que

¹ *Hiroshima*, de John Hersey, Livros do Brasil, s/d, p. 99 e 100.

nessa cidade japonesa se passou, em 6 de Agosto de 1945, quando sobre ela caiu a primeira bomba atômica, e sente-se horror. Porém, a bomba que caiu sobre Hiroshima, só tinha uma potência de 12,5kt (quilotoneladas) e mesmo assim matou imediatamente entre 66 mil e 75 mil e feriu gravemente entre 70 mil e 100 mil, ascendendo o número total de vítimas — segundo estimativa feita em 1950 — a 157.575, sobre uma população de 320 mil civis e 40 mil militares expostos. Na cidade de Nagasaki (onde, como se sabe, caíra outra bomba idêntica), houve 124.091 mortos em 280 mil civis expostos: Isto para não falar das vítimas de efeitos a longo prazo, sofrendo perturbações somáticas de diverso tipo, sem esquecer os traumas psíquicos e as consequências sociais (foram necessários dez anos para as populações dessas duas cidades recuperarem o nível de vida de 1945, apesar da extraordinária recuperação do Japão no seu conjunto). Ora, hoje, um míssil SLBM (*Sea-Launched Ballistic Missile*) Poseidon (norte-americano) com uma massa a deslocar relativamente pequena (1.000kg face aos 4.000kg da bomba de Hiroshima), possui 10 MIRVs (*Multiple Independently-targetable Re-entry Vehicle*) cada um dotado de um poder explosivo de 40kt; o míssil balístico de médio alcance Trident C-4, dotado de 8 MIRVs, tem um poder unitário de 100kt (só um submarino norte-americano da classe Ohio está equipado com 24 mísseis desse tipo); o SLBM SS-N-18 (soviético), equipado com 3 MIRVs, possui uma potência de 200kt (o submarino Delta, classe III, transporta 16 mísseis desse tipo); um dos célebres SS-20, também soviético, é equipado com três ogivas de 150kt cada, significando isso, a título meramente de referência, que dois desses mísseis chegariam para destruir Paris e a sua periferia, e um só

Número de mortos (em milhões)

Guerras	Militares	Civis
1914-1918	10	0,5
1939-1945	26	24
Coreia (1950-1953)	0,1	0,5
Vietname (1961-1973)	0,15	2

Fonte: *Eviter la Guerre*, p. 184.

² Indicamos dados com esta amplitude segundo as indicações existentes em *Eviter la Guerre*, vários autores, Maspéro, Paris, 1983 e em *Armas Nucleares e seus Efeitos*, Comunicações apresentadas no 19 Encontro Nacional de Trabalhadores Científicos sobre Armas Nucleares, Lisboa, 1983.



Ruínas de Hiroshima: uma cidade arrasada num ápice. Em baixo, japoneses rezam diante do marco que assinala o local onde caiu a bomba



90% dos quais cabendo aos EUA, URSS, França e Grã-Bretanha (relatório Thorsson apresentado em 1981, na segunda sessão especial sobre desarmamento das Nações Unidas⁴).

Os abrigos anti-atômicos

Explorando a natural inquietação e insegurança que se apossa das populações, em países de avançado consumismo — como os EUA —, aparece toda uma nova indústria que propõe a construção de abrigos anti-atômicos individuais ou familiares, o que constitui uma das muitas mistificações que proliferam nessas sociedades. Na verdade, não só tais abrigos são ineficazes à eventual utilização das armas existentes, dada ainda a imprevisibilidade da dimensão que atingiria qualquer conflito, como, por outro lado, não se escapa aos efeitos a médio e a longo prazo sofridos pelas pessoas expostas nas regiões atingidas.

Como qualquer guerra nuclear seria uma guerra total, qualquer ideia de uma defesa civil ganha aspectos meramente teóricos, já que em tais situações, não se conseguem salvaguardar as instalações e os meios técnicos e humanos capazes de proteger e socorrer eficazmente as populações. O exemplo de Hiroshima demonstra (à sua “reduzida” escala) que dos 45 hospitais existentes, só 3 ficaram em condições de utilização; de 150 médicos mobilizáveis, 65 foram mortos e a maioria dos restantes ficaram feridos; de 1.780 enfermeiras, 1.654 morreram ou ficaram gravemente feridas⁵.

para cada uma de quatro aglomerações urbanas como Lyon, Marseille, Bordeaux, Lille-Roubaix-Tourcoing. Enquanto que, segundo o insuspeito almirante norte-americano Rickover, só um submarino nuclear equipado com mísseis Poseidon, dispõe de ogivas nucleares suficientes para devastar todas as cidades soviéticas de mais de 100 mil habitantes.³

Nos últimos anos, sucedem-se as inovações para a utilização militar do espaço extra-terrestre e surgem novos tipos de armas de energia direcional (*direct energy weapons*), com raios laser de alta energia HEI. Segundo a revista *Time*, no ano fiscal de 1983, um bilião de dólares foram aplicados pelo Pentágono em experiências nesse último tipo de armas, e em 1980, 35 milhões de dólares foram gastos em pesquisa e desenvolvimento militares,

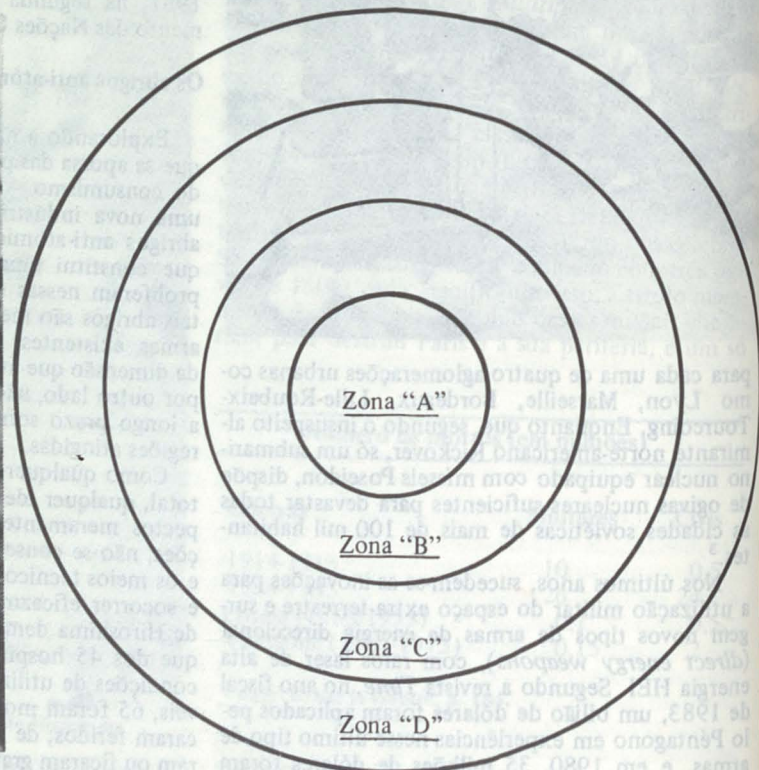
⁴ Artigo de Angel Viñas, op. cit.

⁵ Vd. “La défense civile peut-elle protéger des effets d’une guerre nucléaire?”, de Yves Le Hénaff, in *Eviter la Guerre?*, op. cit.

³ “La carrera hacia la guerra”, de Angel Viñas, “El País”, de 24/4/83

**Avaliação dos estragos causados pelo sopro das explosões nucleares
Rebentamentos aéreos (cerca de 600 metros)**

Potência da arma	Zona A Raio em m	Zona B Raio em m	Zona C Raio em m	Zona D Raio em m
20 kt	0- 800	800- 1.600	1.600- 2.400	2.400- 3.200
40 kt	0- 960	960- 2.080	2.080- 3.200	3.200- 4.000
50 kt	0-1.120	1.120- 2.240	2.240- 3.200	3.200- 4.320
60 kt	0-1.120	1.120- 2.240	2.240- 3.520	3.520- 4.640
80 kt	0-1.280	1.280- 2.560	2.560- 3.840	3.840- 5.120
100 kt	0-1.440	1.440- 2.720	2.720- 4.160	4.160- 5.440
120 kt	0-1.440	1.440- 2.880	2.880- 4.320	4.320- 5.760
140 kt	0-1.600	1.600- 3.040	3.040- 4.640	4.640- 6.080
160 kt	0-1.600	1.600- 3.200	3.200- 4.800	4.800- 6.400
500 kt	0-2.400	2.400- 4.640	4.640- 7.040	7.040- 9.440
1 Mt	0-2.880	2.880- 5.920	5.920- 8.800	8.800-11.810
2 Mt	0-3.680	3.680- 7.360	7.360-11.200	11.200-14.880
5 Mt	0-5.120	5.120-10.080	10.080-15.200	15.200-20.160
10 Mt	0-6.400	6.400-12.640	12.640-19.040	19.040-25.440
20 Mt	0-8.000	8.000-16.000	16.000-24.000	24.000-32.000



Zonas de destruição

Zona "A" (imediatamente em torno do Ponto Zero): destruição total.

Zona "B": destruições severas. Área cerca de três vezes superior à da zona "A".

Zona "C": destruições moderadas ou ligeiras. Maior área que a da zona anterior.

Zona "D": destruições ligeiras.

Fonte: *Armas Nucleares e seus Efeitos*, p. 52 e 53.

O "dia seguinte" do desarmamento



Se os norte-americanos reduzissem para metade

as suas despesas bélicas, os países subdesenvolvidos teriam recursos para pagarem tudo o que devem

Asoma das dívidas externas de todos os países do Terceiro Mundo junto aos bancos e governos de nações industrializadas alcança hoje um total avaliado em 700 mil milhões de dólares. Este é, mais ou menos, o mesmo montante gasto anualmente pelos países ricos na construção e aperfeiçoamento de novas armas, ou na manutenção de gigantescos arsenais nucleares e convencionais. A semelhança das duas cifras não chega a estabelecer uma relação directa, mas revela uma complexa ligação entre a pobreza de uns e o militarismo de outros.

Cada habitante do Terceiro Mundo deve hoje a norte-americanos e europeus o equivalente a 311 dólares, ou seja mais do que 1.770 milhões de seres humanos ganham num ano, nos 30 países mais pobres do mundo. Os débitos acumulados ao longo dos últimos 15 anos, permitiram aos credores desenvolver um poder destrutivo que foi fixado em 15 toneladas de explosivos por cada ser humano, segundo cálculos do Instituto Internacional de Estocolmo para Pesquisas da Paz (SIPRI).

O mecanismo através do qual a miséria de uns financia o armamentismo de outros, envolve hoje um complexo sistema de interligação financeira entre devedores e credores. Quase nenhuma divulgação tem sido dada à relação entre a dívida do Terceiro Mundo e a corrida armamentista deflagrada desde a década de 50 pela Casa Branca, e acelerada

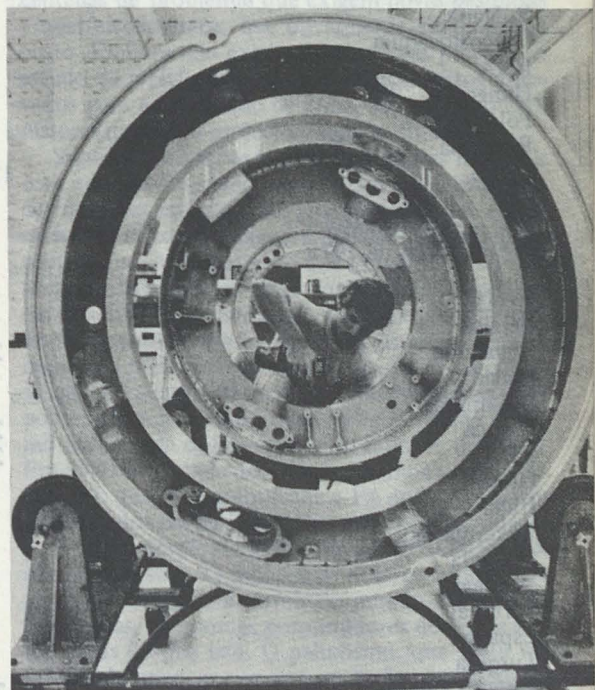
a um ritmo quase alucinante desde 1979 pela administração Ronald Reagan.

Os números reais desta interligação constituem, na sua maior parte, um bem guardado segredo. Também é quase impossível traçar a sinuosa rota através da qual os suados dólares dos países devedores do Terceiro Mundo vão parar às mãos de fabricantes de armas como as transnacionais norte-americanas.

A engrenagem da dívida

Mas o funcionamento da engrenagem da dependência económica do Terceiro Mundo em relação aos Estados Unidos por exemplo, pode lançar um pouco de luz neste obscuro terreno. Para financiar o seu trilionário programa de construção de novas armas, o governo Reagan partiu deliberadamente para uma política de tolerar crescentes défices no orçamento público dos Estados Unidos. Noutras palavras isto significa que a Casa Branca decidiu gastar mais do que arrecada com o objectivo de reafirmar a hegemonia sobre o mundo capitalista, procurar atemorizar as nações do bloco socialista e, ao mesmo tempo, tentar deter o número de países no Terceiro Mundo que escapam à dependência de Washington.

Mas para manter um orçamento deficitário, o governo Reagan necessitou aumentar a entrada de



A produção dos Pershing-2 nos EUA: o militarismo gera pobreza

dólares no sistema financeiro norte-americano, de maneira que os bancos e as empresas do complexo industrial-militar não ficassem também endividados. O recurso foi elevar as taxas de juros pagas pelos bancos norte-americanos provocando um fenómeno especulativo de escala mundial. Os investidores de todo o mundo passaram a aplicar os seus recursos nos Estados Unidos onde o dinheiro recebe a mais alta remuneração no conjunto dos países industrializados. Isto deu solidez temporária a um sistema que na sua origem é instável, porque se baseia na premissa de que as despesas são maiores do que as receitas. Nenhum outro país, nomeadamente os do Terceiro Mundo, receberia aprovação do Fundo Monetário Internacional para uma política como esta.

Para pagar juros altos aos fornecedores de dinheiro, os bancos norte-americanos têm que tirar recursos de alguma parte. As vítimas acabaram por

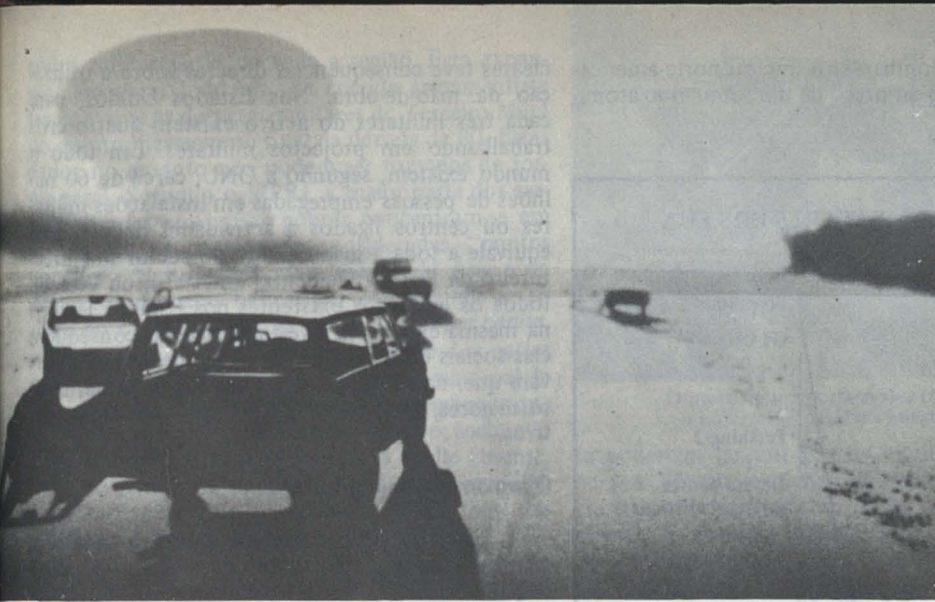
ser os devedores do Terceiro Mundo, que pagam com juros os empréstimos contraídos em Wall Street, para financiar os desequilíbrios gerados pela queda dos preços das matérias-primas exportadas e a subida acelerada dos produtos manufacturados adquiridos no exterior. Os juros da dívida externa flutuam ao sabor das conveniências dos banqueiros norte-americanos ou da City londrina. E os juros dos empréstimos contraídos pelo Terceiro Mundo subiram tanto que chegam hoje a formar em mais de um caso, mais de 20% do débito total.

A existência de um pesado endividamento dos países pobres passou a ser, assim, uma condição essencial para a sobrevivência do esquema financeiro posto em prática por Ronald Reagan. Tão essencial que o economista John Kenneth Galbraith teve a ousadia de afirmar que se todos os devedores pagassem todas as suas dívidas, o programa economi-

Comparação das Despesas Militares
(dados de 1981)

	US\$ milhões	US\$ per capita	% do orçamento de Estado	% do PNB
Pacto de Varsóvia				
Bulgária	1.346	150	6,0	4,2
Checoslováquia	3.796	246	8,2	(*)
RDA	6.953	415	8,6	7,7
Hungria	1.237	115	3,9	3,0
Polónia	5.408	151	5,1	4,3
Roménia	1.351	60	4,0	2,0
URSS	124.000 **	490 **	(*)	8,4%—15%
NATO				
Bélgica	3.342	337	9,2	3,3
Inglaterra	24.223	433	12,1	5,4
Canadá	4.914	203	8,3	1,7
Dinamarca	1.434	280	7,3	2,5
França	23.545	437	20,7	4,1
RFA	29.047	471	28,2	4,3
Grécia	2.273	237	20,3	5,7
Itália	8.769	153	5,6	2,5
Luxemburgo	46	128	3,5	1,2
Holanda	4.717	333	9,7	3,4
Noruega	1.646	401	9,0	3,3
Portugal	840	88	10,2	3,8
Espanha	3.655	96	11,7	1,9
Turquia	2.632	56	20,7	4,5
Estados Unidos	176.100	782	25,3	6,1

(Fonte: *Military Balance - 1982/83 - International Institute of Strategic Studies*)



Uma cena do filme "O dia seguinte": uma leve amostra do que ocorreria na realidade.

Enquanto isso, não há verbas para educação e saúde

Orçamentos Militares dos Estados Unidos

1981/82 - 226 biliões de dólares

1982/83 - 255 biliões de dólares

1983/84 - 299 biliões de dólares

1984/85 - 342 biliões de dólares

1985/86 - 378 biliões de dólares

Total - um trilião 500 biliões de dólares

Em 1982 - houve um reajustamento do total para US\$ 1.640.000.000.000,00

(Fonte: Centro de Informação do Conselho Mundial da Paz - Helsínquia - Finlândia)

co norte-americano entraria em colapso. Apesar desta dependência, o "establishment" financeiro não se cansa de bater na tecla das obrigações morais dos devedores, procurando insinuar que os adeptos da moratória não passam de "caloteiros".

A entrada de dólares acumulados por investidores europeus, a sangria dos recursos dos países do Terceiro Mundo, aliados ao programa de controlo inflacionário e ao corte das despesas assistenciais nos Estados Unidos, permitem ao governo Reagan as condições necessárias para continuar a pagar às empresas transnacionais contratos milionários para o fabrico de armas, muitas das quais ficam obsoletas antes de serem concluídas. A indústria militar não se orienta pela rentabilidade, mas sim pela eficiência dos artefactos que produz. Não importa quanto eles custaram, mas sim o tipo de ameaça que possam causar. Portanto, os limites dos gastos estão ligados directamente à capacidade de transferir os custos para os outros.

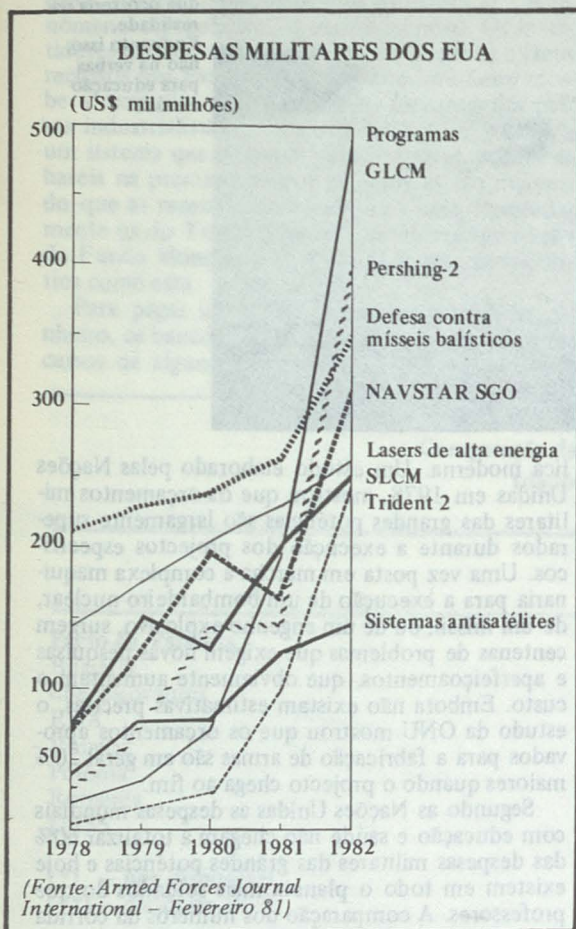
Os especialistas do armamentismo salientam que a questão dos custos é, nas condições actuais, uma das mais controversas dentro da indústria bé-

lica moderna. Um estudo elaborado pelas Nações Unidas em 1978, mostrou que os orçamentos militares das grandes potências são largamente superados durante a execução dos projectos específicos. Uma vez posta em marcha a complexa maquinaria para a execução de um bombardeiro nuclear, de um míssil, ou de um engenho explosivo, surgem centenas de problemas que exigem novas pesquisas e aperfeiçoamentos, que obviamente aumentam o custo. Embora não existam estimativas precisas, o estudo da ONU mostrou que os orçamentos aprovados para a fabricação de armas são em geral 20% maiores quando o projecto chega ao fim.

Segundo as Nações Unidas as despesas mundiais com educação e saúde não chegam a totalizar 60% das despesas militares das grandes potências e hoje existem em todo o planeta mais soldados do que professores. A comparação dos números da corrida armamentista com as exigências sociais e económicas dos diversos países revela paradoxos ainda mais impressionantes. Na Conferência Mundial de Alimentação promovida pela FAO em 1974, calculou-se que para aumentar a assistência às nações mais pobres seria necessária uma soma de cinco a seis mil milhões de dólares por ano, durante dez anos. Em 1980 só metade desta quantia tinha sido fornecida, e o que faltava equivalia a 1% dos orçamentos militares dos países industrializados do ocidente.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por seu lado, gastou 83 milhões de dólares durante dez anos para eliminar a varíola do mundo. Em apenas duas horas, os grandes consumidores de armas gastam mais do que isto. O paludismo, que mata um milhão de crianças por ano em todo o mundo poderia ser erradicado com 500 milhões de dólares, ou seja, menos do que a quantia gasta para com-

prar um super-bombardeiro nuclear norte-americano, ou um terço do preço de um submarino atómico Trident.



No campo da pesquisa científica e tecnológica sabe-se que cerca de 25% dos cientistas de todo o mundo dedicam-se a actividades relacionadas com a indústria militar. Segundo as Nações Unidas, no relatório "Consequências Económicas e Sociais da Corrida Armamentista", desde a Segunda Guerra Mundial, da soma acumulada do dinheiro aplicado em pesquisa e desenvolvimento, cerca de 40% foi usada em armas e munições. Apenas seis países, que são os principais animadores da corrida armamentista, concentram 96% do orçamento mundial para pesquisas militares. Noutras palavras, a quantia gasta em pesquisa militar nos países ricos é dez vezes maior do que toda a pesquisa tecnológica e científica do conjunto de países do Terceiro Mundo.

A crescente sofisticação dos armamentos nu-

cleares teve consequências directas sobre a utilização da mão-de-obra. Nos Estados Unidos, para cada três militares do activo existem quatro civis trabalhando em projectos militares. Em todo o mundo existem, segundo a ONU, cerca de 60 milhões de pessoas empregadas em instalações militares ou centros ligados a actividades bélicas. Isto equivale a toda a mão-de-obra do sector manufactureiro da Europa Ocidental em 1974, ou 70% de todos os empregos existentes nos Estados Unidos na mesma época. Os investigadores das consequências sociais e económicas do armamentismo observam que, na realidade, estas cifras podem ser muito maiores, porque os cálculos são apenas estimativos.

O armamentismo induzido

A indústria bélica consome também uma percentagem muito importante dos recursos minerais não renováveis da terra. Nos Estados Unidos acredita-se que 11 a 14% de todo o consumo de alumínio, cobre, chumbo e zinco destinam-se às indústrias militares. No caso do titânio a percentagem sobe para 40%. Os especialistas da ONU calcularam, com base em dados dos EUA, que as grandes potências nucleares gastam por ano, para fins militares, cerca de 750 milhões de barris de petróleo, mais ou menos o dobro do consumo de toda a África ou 3,5% do consumo mundial durante um ano.

Se por acaso houvesse um congelamento da corrida nuclear, cerca de 20 mil técnicos e cientistas em todo o mundo poderiam ser deslocados para actividades civis. E mais de quatro mil toneladas de minerais radioactivos como o urânio poderiam ser usados em fábricas atómicas para a produção de energia eléctrica.

Outra consequência, em geral pouco explorada, da corrida armamentista entre as superpotências, é a sua expansão para países do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos adoptam a política de manter o controlo de áreas estratégicas da América Latina, África e Ásia. Deste modo, determinados países aceitam ficar sob o guarda-chuva nuclear norte-americano, o que imediatamente provoca conflitos com nações vizinhas que procuram uma posição independente. O caso mais claro deste tipo de situação está na África Austral, onde o regime racista sul-africano é um aliado incondicional de Washington.

Deste modo, nações vizinhas tiveram que armar-se para enfrentar ameaças e agressões externas de vizinhos mais fortes. Este fenómeno passou a repetir-se em diversas partes do mundo, como no Médio Oriente, América Central e Ásia. No Oceano Índico, a decisão norte-americana de estabelecer bases estratégicas na Ilha de Diego Garcia provo-

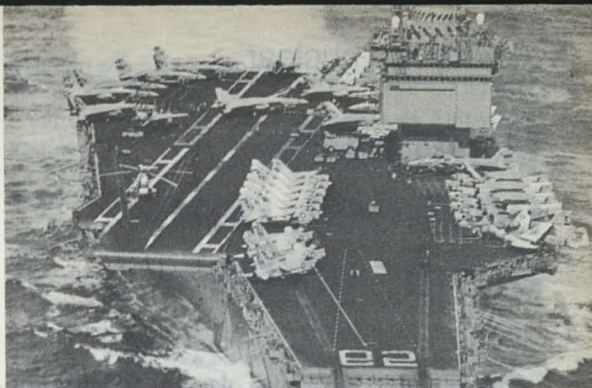
cou a militarização de toda a região. Esta expansão, em geral induzida, da corrida armamentista fez com que as despesas militares do Terceiro Mundo quintuplicassem no final da década de 80. Estes dados no entanto não podem ser tomados de forma geral. Segundo o SIPRI, a maior parte dos gastos militares em países pobres concentram-se em quatro ou cinco regiões consideradas "pontos quentes". Nas regiões mais pobres da Ásia e da África, as despesas bélicas *per capita* ainda se situam ao nível de quatro a cinco dólares *per capita*, ou seja apenas 1% do gasto *per capita* dos países industrializados. Para se ter uma ideia mais real da proporção de despesas bélicas basta mencionar que em todas as regiões do Terceiro Mundo, incluindo as de intensa militarização como o Médio Oriente, onde vive mais de metade da população mundial, a militarização absorve apenas 12% do total das despesas militares mundiais.

A inflação bélica

Em relação à crise económica surgida depois de 1973, os especialistas da ONU afirmam que as despesas militares das grandes potências não foram drasticamente afectadas pela recessão no bloco capitalista. Em contraste com a redução geral das actividades económicas no sector civil, os investimentos continuaram altos no sector militar. O fenómeno foi particularmente claro nos Estados Unidos, depois da ascensão ao poder de Ronald Reagan. Segundo cálculos recentes, a indústria bélica norte-americana cresceu a um ritmo doze vezes mais rápido do que o conjunto da economia do país nos últimos quatro anos.

O folheto "Consequências Económicas e Sociais da Corrida Armamentista" afirma textualmente: "As despesas militares são intrinsecamente inflacionárias, porque com elas cria-se um poder aquisitivo e uma procura efectiva, sem que haja um aumento compensador da produção consumível a curto prazo ou da capacidade produtiva para necessidades futuras. Evidentemente, o excesso de procura cria uma pressão para aumentar os preços em todos os sectores da economia... Quando as despesas militares contribuem para a criação de dinheiro para financiar os défices dos governos centrais, surgem pressões inflacionárias como resultado do aumento do meio circulante (dinheiro)".

No meio da crise generalizada das economias capitalistas ocidentais, o peso específico da indústria bélica adquire uma importância muito grande. Hoje acredita-se que as despesas militares contribuem em 30% na soma total aplicada pelos países ricos na formação de capital fixo, ou seja bens, equipamentos, obras civis, etc. E se por acaso houvesse uma paralização da corrida armamentista, as taxas de crescimento económico no mundo inte-



O preço de um porta-aviões (na foto, o Enterprise) desafia a imaginação

ro poderiam ter um aumento adicional da ordem de 1 a 2%, ou seja, mais de um terço da taxa de crescimento registrada no início da década de 70, quando a recessão mundial ainda não começara. As Nações Unidas calcularam que se na década de 70, metade dos recursos destinados à indústria bélica tivessem sido aplicados no sector civil, a produção mundial teria sido 200 mil milhões de dólares mais alta. Este acréscimo equivale ao PNB conjunto de toda a Ásia Meridional e de dois terços dos países mais pobres da África.

Por estes números pode-se verificar que esta redução para metade das despesas militares mundiais equivaleria a um aumento de 100% no PNB das duas regiões mencionadas. Isto seria mais do que a ONU estabeleceu como o montante necessário para reduzir pela metade as disparidades entre os países ricos e pobres. Esta relação no final da década de 80, estava fixada na base de 13:1. Segundo as Nações Unidas, a diferença passaria a ser de apenas 6:1 (proporção que esquematicamente indica que os europeus, por exemplo, são seis vezes mais ricos que os africanos ou latino-americanos) se os países pobres aumentassem o seu PNB entre 30 a 40%.

Se formos avaliar as consequências do desarmamento ao nível do emprego à escala mundial, as conclusões não são menos impressionantes. Segundo cálculos do governo norte-americano, para cada mil milhões de dólares gastos na construção de armas, são criados 76 mil empregos. Se esta mesma quantia fosse usada no sector civil, seriam criados 112 mil novos empregos. Por outras palavras, uma redução de 10% no orçamento militar norte-americano e uma redução tributária do mesmo nível poderiam dar ocupação a 300 mil pessoas, só nos Estados Unidos. Este número poderia ser multiplicado até cinco, e teríamos o número de pessoas que no Terceiro Mundo passariam a ter trabalho, uma vez que o Fundo Monetário Internacional acredita que para cada novo emprego criado nos Estados Unidos podem surgir cinco novos empregos no Terceiro Mundo. (Carlos Castilho)

Bomba de neutrões, uma arma "limpa"

O inventor da bomba de neutrões, Samuel T. Cohen, deu uma entrevista à revista alemã *Der Spiegel*, em 1981. Reproduzimos aqui alguns trechos das suas declarações, que falam por si mesmas e dispensam maiores comentários.

Quando inventou a bomba?

— No verão de 1958. Uma comissão da Secretaria da Defesa tinha-me pedido para investigar as possibilidades de construir armas atómicas para utilizar no campo de batalha. Meti-me num laboratório e fiz certa descoberta, da qual surgiu a bomba de neutrões.

Que descoberta foi essa?

— Baseia-se no que podemos chamar fusão nuclear, a qual se origina em forma de energia, de uma fonte aproximadamente igual à do sol. Trata-se do que nós chamamos uma arma atómica "limpa". Quer dizer, tem pouca radioactividade que é considerada daninha. Trata-se também, na realidade, de um gigantesco aparelho de raios X. Tenho aqui a representação gráfica do perfil de uma cidade. E acima, no ar, a uns 600 a 900 metros, sobre a cidade, faço explodir a minha bomba de neutrões.

Agrada-lhe desenvolver armas?

— Na verdade, sim. É um desafio. Uma ocupação fascinante.

De que mais gosta no mundo?

— Do ser que espero vir saudar-me daqui a pouco: o meu cão. Mas que a minha mulher e os meus filhos não saibam disso.

Que pensa a sua esposa da bomba?

— Ela não dá a menor atenção à bomba. Joga ténis, ocupa-se da casa, e não se interessa nem um pouco com estas coisas horríveis.

A bomba foi pensada para poupar a propriedade privada?

— A bomba de neutrões é descrita como uma

bomba que mata as pessoas, mas respeita a propriedade. Quando me perguntam se não é imoral matar pessoas mas respeitar a propriedade, respondo sempre: as pessoas são os soldados inimigos, e é muito justo respeitar a propriedade civil.

Que acontece aos soldados sobre quem explode a bomba?

— Ficam gravemente feridos devido à intensa radiação dos neutrões. A maioria dos combatentes que estão dentro da área de radiação ficarão fora de combate e paralizados em questão de dois minutos. A radiação ataca o sistema nervoso central. Já não podem lutar.

Não se trata de uma morte horrorosa?

— A morte sempre é horrorosa, quando chega o momento. Mas se compararmos os efeitos fisiológicos da bomba de neutrões com os de armas convencionais, então, possivelmente, chegaremos à convicção de que, se alguém tivesse que escolher entre ambas, optaria pela bomba de neutrões.

O seu filho está na Marinha. O que pensaria se ele fosse vítima da sua bomba?

— Oh, não, não, não! A bomba será utilizada em terra. Se ele alguma vez se vir envolvido numa zona de guerra, não será a bomba de neutrões que o ameaçará. Serão os torpedos e os mísseis teleguiados.

Preferiria que ele fosse ameaçado por um torpedo do que por uma bomba de neutrões?

— Preferiria que fosse um torpedo. Acabei de dizer como actua a bomba de neutrões. Os torpedos operam de outra forma, destroem o material, não a vida. Um torpedo afunda o barco, e nesse caso o meu filho pode salvar-se numa balsa ou num salva-vidas e continuar vivo. Por conseguinte, eu preferiria que o seu barco fosse atacado por torpedos.

Alguma vez pensou, nos últimos 20 anos: "Oh, meu Deus! O que fui inventar?"

— Não, nunca. Trata-se, quando muito, da arma selectiva mais precisa jamais criada. Isso pode parecer presunçoso. Mas acontece que é certo. Nunca houve algo parecido.

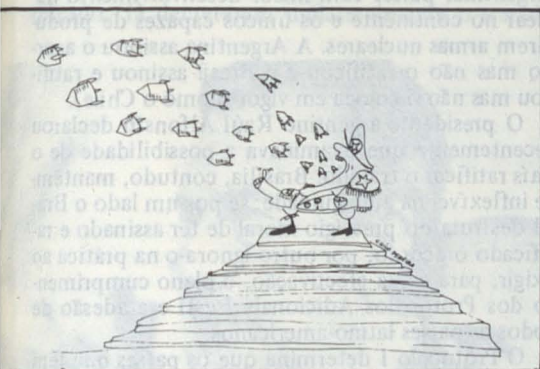
Como pode alguém ser criativo trabalhando com coisas destrutivas?

— Perdoe-me, meu caro senhor! A bomba de neutrões não é uma arma destrutiva.

Mas mata pessoas.

— Sim, militares inimigos. Lamentavelmente, isso faz parte da guerra. Sempre foi assim. ●

Tratados que proíbem o uso das armas nucleares



Chico Pereira

Entre os acordos internacionais que proíbem a existência de armas nucleares em certas regiões do planeta estão os seguintes: o Tratado Antártico, o Tratado sobre a exploração e utilização do espaço ultraterrestre, da Lua e dos outros corpos celestes, o Tratado que proíbe a colocação de armas nucleares e outras armas de destruição em massa nas profundezas marinhas e oceânicas e no subsolo e o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco).

Tratado Antártico

Foi o precursor dos tratados de desnuclearização da década de 1960. Este acordo desmilitarizou a vasta região e recomendou a sua utilização para a pesquisa científica internacional com fins pacíficos. O Tratado foi celebrado entre representantes de 12 Estados (União Soviética, França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Japão, Nova Zelândia, Noruega e África do Sul). Não pretende solucionar as diversas reivindicações territoriais, mas coordenar o acesso a todas as regiões da Antártida para pesquisas científicas.

O artigo V do Tratado proíbe concretamente qualquer explosão nuclear na Antártida e o uso dessa região como depósito de resíduos radioactivos. Não exclui totalmente a possibilidade de explosões nucleares com fins pacíficos, mas estas ficam submetidas a futuros acordos internacionais.

Tratado sobre o espaço ultraterrestre

Muito antes dos êxitos espaciais da União Soviética e dos Estados Unidos, os especialistas estudavam já teorias jurídicas para a administração do espaço ultraterrestre.

A Assembleia Geral das Nações Unidas começou a examinar o problema em 1958 e decidiu criar uma comissão permanente para esse efeito.

Em 1960, os cinco membros ocidentais de uma comissão de desarmamento de dez nações (Canadá, França, Itália, Grã-Bretanha e Estados Unidos) propuseram um plano para proscrever as armas de destruição em massa no espaço ultraterrestre. O Canadá, com o apoio da Itália e do México instou em 1962 para que se aplicassem medidas necessárias independentemente do desarmamento geral.

O México apresentou na Assembleia Geral, a 17 de Outubro de 1963, um projecto de resolução em nome dos 17 países membros do Comité de Desarmamento de 18 Nações. A Assembleia aprovou por aclamação a resolução e a maioria dos princípios e disposições foram incorporados num tratado assinado pela União Soviética e os Estados Unidos em 1966. Conhecido oficialmente como "Tratado sobre os princípios que devem reger as actividades dos Estados na exploração e utilização do espaço ultraterrestre, inclusive a Lua e outros corpos celestes" ficou pronto para ser firmado a 27 de Janeiro de 1967, entrando em vigor a 10 de Outubro de 1967. A 30 de Junho de 1977 tinham passado a integrar o Tratado um total de 75 Estados.

Tratado sobre proibição de instalar armas nucleares nas profundezas marítimas

Na década de 60, perante os notáveis progressos da ciência de oceanografia e o crescente interesse de todas as nações nas riquezas do mar, a Assembleia Geral preocupou-se cada vez mais com a necessidade de um regime internacional para reger a utilização das profundezas marítimas fora dos limites das jurisdições nacionais.

Num memorando apresentado ao Comité de Desarmamento de 18 Nações em Julho de 1968, a União Soviética propôs que se elaborasse um acordo internacional sobre a limitação da utilização do fundo do mar e dos oceanos com fins militares, em particular uma limitação que proibisse o estabelecimento de instalações militares fixas. Propôs que o Comité de Desarmamento de 18 Nações iniciasse as negociações sobre essa questão.

A 7 de Outubro de 1969, os Estados Unidos e a União Soviética apresentaram ao Comité de Desarmamento das 18 Nações um projecto de tratado conjunto, em virtude do qual se proibiam as armas nucleares e outras armas de destruição em massa, inclusive as instalações para o lançamento, armaze-

namento ou teste dessas armas nas profundezas marítimas para além de uma zona costeira de 12 milhas de extensão.

O Tratado entrou em vigor a 18 de Maio de 1972. Uma conferência para examinar a aplicação do Tratado foi efectuada em Genebra em Junho de 1977.

Tlatelolco, o tratado pioneiro

O Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e nas Caraíbas proíbe o teste, uso, fabrico, aquisição, instalação, armazenamento e quaisquer formas de posse de armas nucleares nos territórios dos países signatários, embora ressalve o direito ao aproveitamento pacífico da energia nuclear. A efectivação do Tratado de Tlatelolco, no entanto, ainda depende da solução de questões diplomáticas.

A origem do tratado pode ser localizada na crise dos mísseis em Outubro de 1962, em Cuba. Menos de um ano depois, um grupo de países — entre os quais Brasil, México e Colômbia — apresentou à ONU uma moção sugerindo a criação de uma área desnuclearizada. Em Fevereiro de 1967, em Tlatelolco, subúrbio da Cidade do México, o Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caraíbas, projectado pelo diplomata mexicano Alfonso Garcia Robles, começou a recolher assina-

turas. O acordo estabeleceu uma agência para a supervisão do seu articulado, a Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (OPANAL) e é subscrito hoje por 25 países.

Dos países do continente, apenas Cuba e Guiana não assinaram o tratado. É improvável que Havana o faça enquanto persistirem as difíceis relações com os Estados Unidos e Georgetown ainda não assinou devido à disputa da região de Essequibo com a Venezuela. O maior obstáculo à efectivação do tratado, contudo, é a posição do Brasil e da Argentina, países com maior desenvolvimento nuclear no continente e os únicos capazes de produzir armas nucleares. A Argentina assinou o acordo mas não o ratificou e o Brasil assinou e ratificou mas não o coloca em vigor (como o Chile).

O presidente argentino Raúl Alfonsín declarou recentemente que examinava a possibilidade de o país ratificar o tratado. Brasília, contudo, mantém-se inflexível na ambiguidade: se por um lado o Brasil desfruta do prestígio moral de ter assinado e ratificado o acordo, por outro ignora-o na prática ao exigir, para a sua efectivação, o pleno cumprimento dos Protocolos Adicionais I e II e a adesão de todos os países latino-americanos.

O Protocolo I determina que os países que têm possessões na região — Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e França — comprometam os seus territórios com as cláusulas do acordo (apenas a França,

B

SOCIEDADE DE APARELHOS DE PRECISÃO

BRUNO JANZ

(HERDEIROS), SARL

FUNDADA EM 1915
FONDÉE EN 1915
FOUNDED IN 1915

INDÚSTRIA NACIONAL DE CONTADORES PARA ÁGUA E ELECTRICIDADE
AV. INFANTE D. HENRIQUE, LOTE A - (CABO RUIVO) - 1900 LISBOA - PORTUGAL
TEL.: 854335 (9 linhas) - TELEG.: ELCO - TELEX: 18505 JANZ P



- CONTADORES ELÉCTRICOS MONOFÁSICOS E TRIFÁSICOS
- ELECTRICAL SINGLE-PHASE AND THREE-PHASE METERS
- COMPTEURS ÉLECTRIQUES MONOPHÁSÉS ET TRIPHÁSÉS



- CONTADORES DE ÁGUA VOLUMÉTRICOS E DE TURBINA
- VOLUMETRIC AND TURBINE WATER-METERS
- COMPTEURS À EAU VOLUMÉTRIQUES ET À TURBINE

que controla a Martinica e Guadalupe se recusa a assinar). O Protocolo II estabelece que as potências nucleares não ameacem os países signatários com armas deste tipo (todas, Estados Unidos, URSS, China, França e Inglaterra, já assinaram).

Um importante exemplo

Graças a uma cláusula incluída pelos mexicanos, qualquer país é livre de decretar a vigência do tratado no seu território logo que ele tenha sido ratificado. Já decretaram unilateralmente o tratado



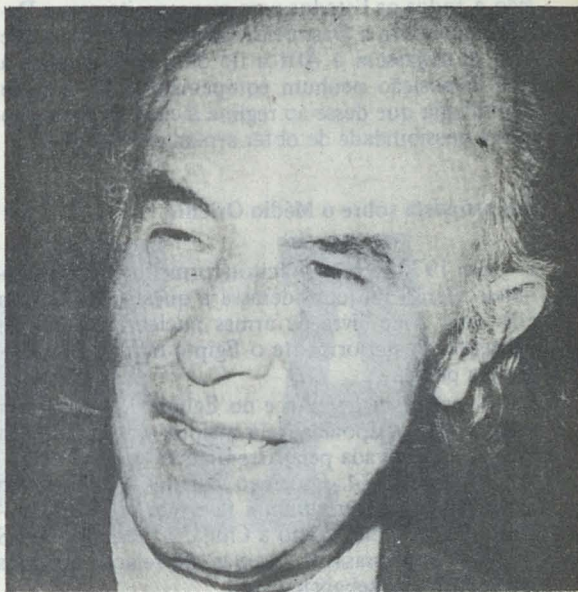
O presidente Raúl Alfonsín prometeu estudar a ratificação do Tratado de Tlatelolco

em vigor: Bahamas, Barbados, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Os defensores do Tratado de Tlatelolco no Brasil propõem que os partidos políticos e as organizações sociais do país exerçam pressão para que o governo brasileiro adira militantemente à promoção do acordo. Argumentam que a adesão do Brasil pressionaria a Argentina a ratificar o tratado e o Chile a efectivá-lo. O apoio brasileiro e argentino ao acordo, acrescentam os defensores, criará nova conjuntura para a adesão de Cuba e Guiana. Eles defendem ainda que se obtenha a adesão da França socialista ao protocolo de desnuclearização das suas possessões no continente.

Apesar das questões diplomáticas que impedem a sua efectivação, o Tratado de Tlatelolco tem

grande importância. Os movimentos pacifistas internacionais, as agências da ONU e os especialistas em desarmamento citam constantemente o acordo como um exemplo. A sua importância pioneira foi salientada pela concessão do Prémio Nobel da Paz de 1982 -- ano das maiores mobilizações civis pelo desarmamento e pela paz -- para a pacifista sueca Alva Myrdal e para o mexicano Alfonso García Robles, autor do projecto do acordo.



O embaixador mexicano García Robles: uma vida dedicada ao desarmamento e coroada com o Nobel da Paz

AS OUTRAS REGIÕES

Durante duas décadas foram debatidas na Assembleia Geral e fora dela, fórmulas para a criação de zonas livres de armas nucleares noutras regiões do mundo.

A desnuclearização da África

Em 1960, ano em que a França realizou as suas primeiras experiências nucleares no Sara, alguns países africanos começaram a desenvolver esforços para converter o continente numa zona livre de armas nucleares. No ano seguinte, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em virtude de uma proposta formulada por 14 Estados africanos, pediu aos Estados membros que se abstivessem de efectuar no continente ensaios nucleares de qualquer tipo e de usar a África para armazenar ou transportar armas nucleares, respeitando o continente como uma zona livre de tais armas.

Numa Conferência da cimeira realizada em 1964, os Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) aprovaram a "Declaração sobre a Desnuclearização da África", na qual declaravam que estavam dispostos a comprometer-se, mediante um acordo internacional que deveria firmar-se sob os auspícios das Nações Unidas, a não fabricar armas nucleares nem adquirir o controlo sobre elas.

Em 1976, a Assembleia reiterou a sua exortação a todos os Estados para que respeitassem a Declaração sobre a Desnuclearização da África e que não entregassem à África do Sul nem pusessem à sua disposição nenhum equipamento, material ou tecnologia que desse ao regime racista da África do Sul a possibilidade de obter armamento nuclear.

A proposta sobre o Médio Oriente

Em 1974, o Irão solicitou formalmente à Assembleia Geral que considerasse a questão da criação de uma zona livre de armas nucleares no Médio Oriente. Posteriormente o Egipto também patrocinou a petição.

A proposta do Irão e do Egipto de estabelecer essa zona foi apoiada pela maioria dos Estados da região e aprovada pela Assembleia Geral a 9 de Dezembro de 1974. Os cinco Estados que possuem armas nucleares votaram a favor da proposta, embora alguns deles como a China, a França, a URSS e EUA expressassem reservas em relação a alguns parágrafos. Israel absteve-se.

O secretário-geral propôs aos Estados possuidores de armas nucleares que se abstivessem de qualquer medida contrária à criação de uma zona livre de armas nucleares no Médio Oriente.

Em 1976, a Assembleia pediu que se adoptassem novas medidas para prosseguir o objectivo de criar uma zona livre de armas nucleares na região e instou as partes interessadas directamente a aderirem ao Tratado como meio de promover este objectivo. Pediu também a esses países que concordassem em submeter todas as suas actividades nucleares à fiscalização da Organização Internacional de Energia Atómica (OIEA).

O caso da Ásia meridional

Em 1974, a Assembleia examinou a questão de uma zona desnuclearizada na Ásia meridional, a pedido do Paquistão. O Paquistão referiu que a existência de "alianças" ou "tratados de amizade" não havia impedido o estabelecimento ou o estudo de zonas livres de armas nucleares noutras regiões do mundo. Quanto à proximidade de potências nucleares, este factor era uma razão a mais para a

criação de tais zonas.

A Índia expressou o seu apoio sempre que se criassem condições apropriadas numa região determinada e os países da região tivessem tomado a iniciativa de propor o estabelecimento da zona e com isso concordado. Esse tipo de acordos regionais não podia impor-se a partir do exterior; só podia elaborar-se dentro da região interessada. Além do mais, a Índia opinava que a Ásia meridional não podia ser tratada de forma isolada. Era só uma sub-região e uma parte integrante da região da Ásia e do Pacífico.

A 9 de Dezembro de 1974 a Assembleia Geral aprovou as resoluções apresentadas separadamente pela Índia e pelo Paquistão, que reflectiam em menor as respectivas posições.

Plano polaco para a Europa Central

A 2 de Outubro de 1957, a Polónia declarou na Assembleia Geral que, após fazer consultas a outros membros do Pacto de Varsóvia, estava disposta a aceitar a proibição de fabricar e armazenar armas nucleares e termonucleares, se a República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã manifestassem estar dispostas a pôr em vigor uma proibição análoga nos seus territórios. Em seguida, a Checoslováquia anunciou que também aceitaria esta proibição. Uma vez que a República Democrática Alemã expressou o seu apoio, elaborou-se o plano que se tornou público a 14 de Fevereiro de 1958. O plano previa o estabelecimento de uma área que abarcava ambos os Estados alemães, Polónia e Checoslováquia. De acordo com as suas disposições, os Estados situados na zona comprometer-se-iam a não fabricar, manter e possuir armas nucleares, nem permitir a instalação dessas armas ou de equipamento complementar das mesmas. A União Soviética, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, em virtude do plano, abster-se-iam de: a) dotar de armas nucleares as suas forças armadas estacionadas no território dos Estados da área e de manter ou estabelecer nesses territórios instalações complementares das armas nucleares; b) ceder essas armas ou equipamentos aos Estados da área; c) utilizar armas nucleares contra o território da área.

Em 1962 foi apresentada uma nova versão ao CDDN, que incluía uma disposição pela qual a área proposta estaria aberta a todos os Estados europeus que desejassem aderir ao acordo. Em 1964 o CDDN examinou outra versão do plano da Polónia que não procurava obter a redução das armas nucleares que já se achavam na área. Posteriormente a Polónia reafirmou a validade das suas propostas de 1957, com as modificações introduzidas nos anos seguintes.

Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-Dt.º
1000 LISBOA • Portugal
telefs. 731123/731323/731423
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da
COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada

A defesa dos direitos humanos

Raúl Alfonsín

Entre 1966 e 1973 Raúl Alfonsín escreveu uma centena de artigos para a revista *Inédito*, utilizando o pseudónimo de Alfredo Alfonso Carrido Lura. Um aficionado dos anagramas facilmente poderá deduzir que Lura tem as mesmas letras que Raúl, Carrido é composto pelos caracteres de Ricardo e Alfonso não é outra coisa que Alfonsín sem o diminutivo. Um desses artigos (que reproduzimos a seguir), publicado em Abril de 1968 durante o governo de Onganía, abordava o tema dos Direitos Humanos. Segundo ele mesmo lembrava na sua matéria, o Dia da Declaração Universal dos Direitos do Homem é comemorado a 10 de Dezembro de cada ano. Naquele período trágico da Argentina, Alfonsín certamente não poderia sonhar que num outro 10 de Dezembro, o de 1983, assumiria a presidência da República no meio de uma imensa manifestação de júbilo popular.

A 10 de Dezembro de 1948, o presidente do Terceiro Comité, Carlos Malik, do Líbano, apresentava perante a Assembleia Geral das Nações Unidas o documento preparado pela Comissão de Direitos Humanos, depois de quase três anos de trabalho.

Era aprovado, pouco depois, por unanimidade. Desde então, ficaram explicitados os direitos do homem: aqueles que a humanidade podia exigir,

e que não lhe podiam ser negados em nenhuma circunstância, nem sob nenhuma condição.

Com o decurso do tempo e apesar de tantas frustrações, o então secretário-geral das Nações Unidas, U Thant, pôde dizer com justeza: "A designação de 1968 como Ano Internacional dos Direitos Humanos reflecte a activa preocupação das Nações Unidas pela promoção dos Direitos Humanos e a protecção da dignidade humana para todos e a convicção de que o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais é um dos principais fundamentos da liberdade, da justiça e da paz no mundo. A Declaração Universal de Direitos Humanos de 10 de Dezembro de 1948 exerceu uma influência poderosíssima e inspirou um importante movimento progressista no sentido de tornar os princípios nela proclamados, uma realidade mundial. A Assembleia Geral aproveita a oportunidade apresentada pelo vigésimo aniversário da adopção da Declaração para mobilizar um esforço global a fim de incrementar o ritmo deste movimento progressista".

Lembremos alguns enunciados fundamentais: "Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito implica o de não ser molestado por causa das suas opiniões, o de pesquisar e receber informações e opiniões, e difundí-las, sem limitação de fronteiras,

através de qualquer meio de expressão. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas. Toda pessoa tem direito de participar no governo do seu país, directamente ou através de representantes livremente escolhidos. A vontade do povo é a base da autoridade do poder público; essa vontade será expressa mediante eleições autênticas que terão de realizar-se periodicamente, por sufrágio universal e directo. Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e a obter, mediante o esforço nacional e a cooperação internacional — levando em conta a organização e os recursos de cada Estado — a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais, indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure — assim como à sua família — a saúde e o bem-estar, e em especial a alimentação, o vestimento, a habitação, a assistência médica e os serviços sociais necessários”.

Lamentavelmente, de acordo com o Serviço de Informação Pública das Nações Unidas, os seus órgãos competentes “compreendem que os seus esforços são inadequados e que em certos países continuam a ocorrer grosseiras violações dos direitos e liberdades estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sob a forma de discriminação por motivos de raça, sexo, idioma ou religião, supressão das liberdades de expressão ou opinião, falta de protecção do direito dos indivíduos à vida, à liberdade e à segurança, ou falta de adopção de medidas eficazes contra os actos que violam os direitos humanos”.

Não sabemos, embora possamos presumir, quais são os países aludidos, que de tal forma violam os direitos e liberdades enunciados. O certo é que o governo argentino, na data de 14 de Novembro de 1967, promulgou o decreto

8560, cujo articulado expressa: “Art. 19: Adere-se à celebração de 1968, como ‘Ano Internacional dos Direitos Humanos’ decidida pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Art. 29: O ministério dos Negócios Estrangeiros e do Culto elaborará, como expressão da vontade que anima o Superior Governo da Nação nesse assunto, um programa de actos que destaquem o particular significado do Ano Internacional dos Direitos Humanos”.

Todos conhecemos, porém, a realidade argentina. Por isso, sabemos que a decisão do governo não constitui senão uma farsa canhestra. Porque padecemos de uma ditadura de direita que desconhece o povo, suprime as suas liberdades e desrespeita os direitos sociais fundamentais. Porque está claro que não existe a intenção de efectivar um regresso à democracia, mas sim a pretensão de instaurar um regime totalitário permanente. Porque surgido de um golpe militar, o poder não emana da vontade popular, mas sim das forças armadas. Porque os partidos políticos foram dissolvidos e tiveram os seus bens confiscados. Porque não se determinou qualquer prazo para a renovação do governo. Porque os direitos de reunião e de associação são negados. Porque os recursos dos sectores de baixo e médio rendimento são reduzidos. Porque o desemprego propaga-se. Porque se insiste em abolir conquistas operárias e se manobra para submeter as organizações dos trabalhadores. Esta é a realidade no Ano dos Direitos Humanos.

Apesar disso, continuamos esperançosos de que a democracia e a luta pela defesa dos direitos do homem tenham algo que agradecer à imprensa argentina, porque não se poderá encontrar melhor garantia contra a sua violação do que o apoio firme de uma opinião pública convenientemente informada. Cumprimos, aqui, a nossa parte. ●

Seis anos de publicação

formação pela informação

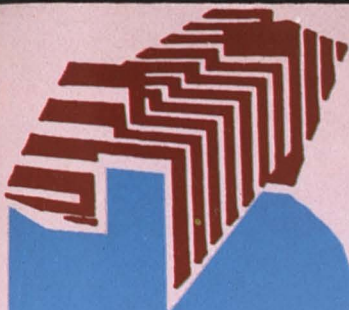


TRICONTINENTAL EDITORA
C. da Combro, 10 - 1.º
1200 LISBOA

Assinaturas:

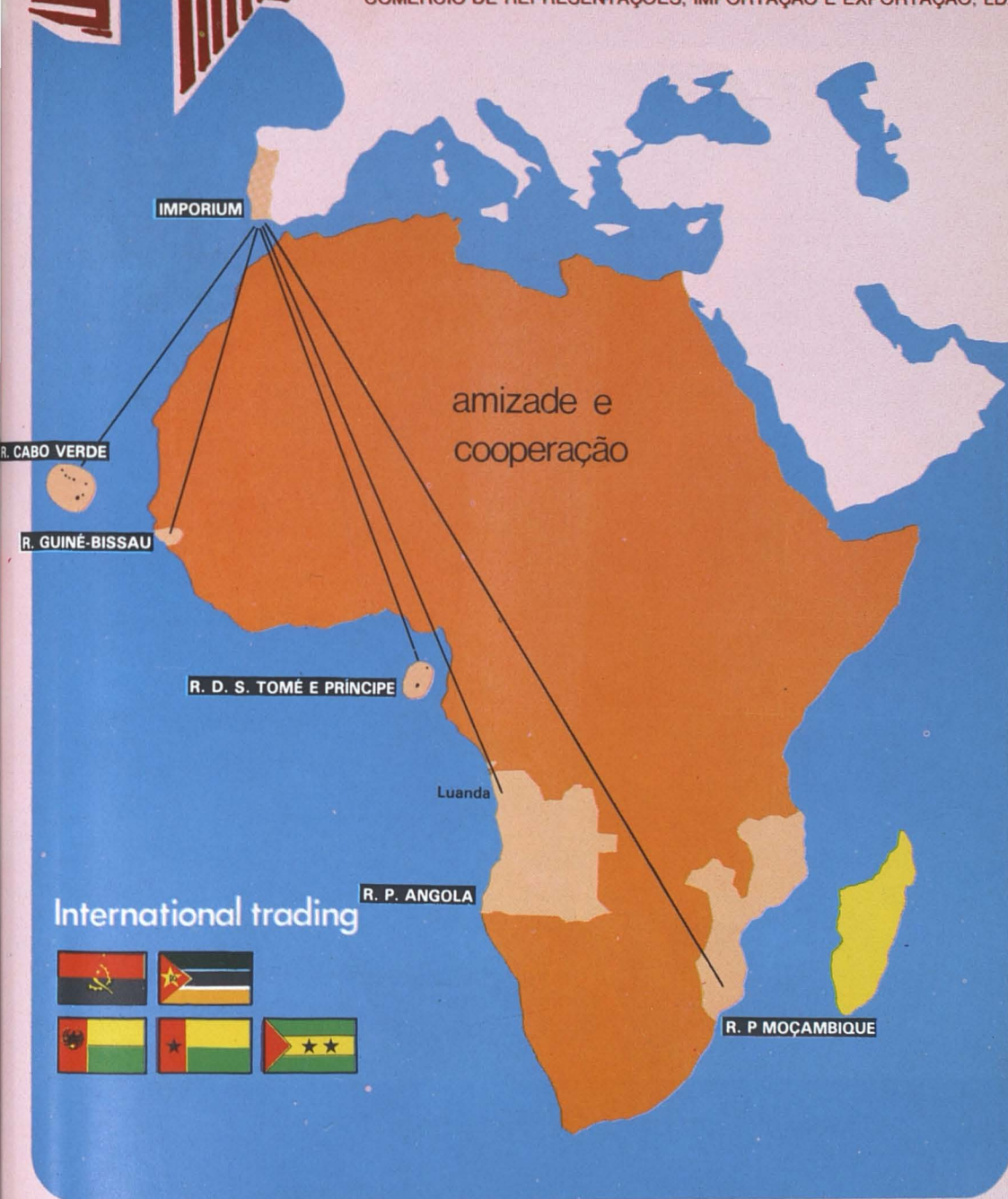
Portugal e Espanha	
anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00
Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe	
anual (12 números-via aérea)	23 dólares USA
Restantes Países	
anual (12 números-via aérea)	28 dólares USA

cadernos do
terceiro mundo
cuadernos del
tercer mundo
third world



IMPORIUM

COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÕES, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA.



IMPORIUM

R. CABO VERDE

R. GUINÉ-BISSAU

R. D. S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Luanda

R. P. ANGOLO

R. P. MOÇAMBIQUE

amizade e
cooperação

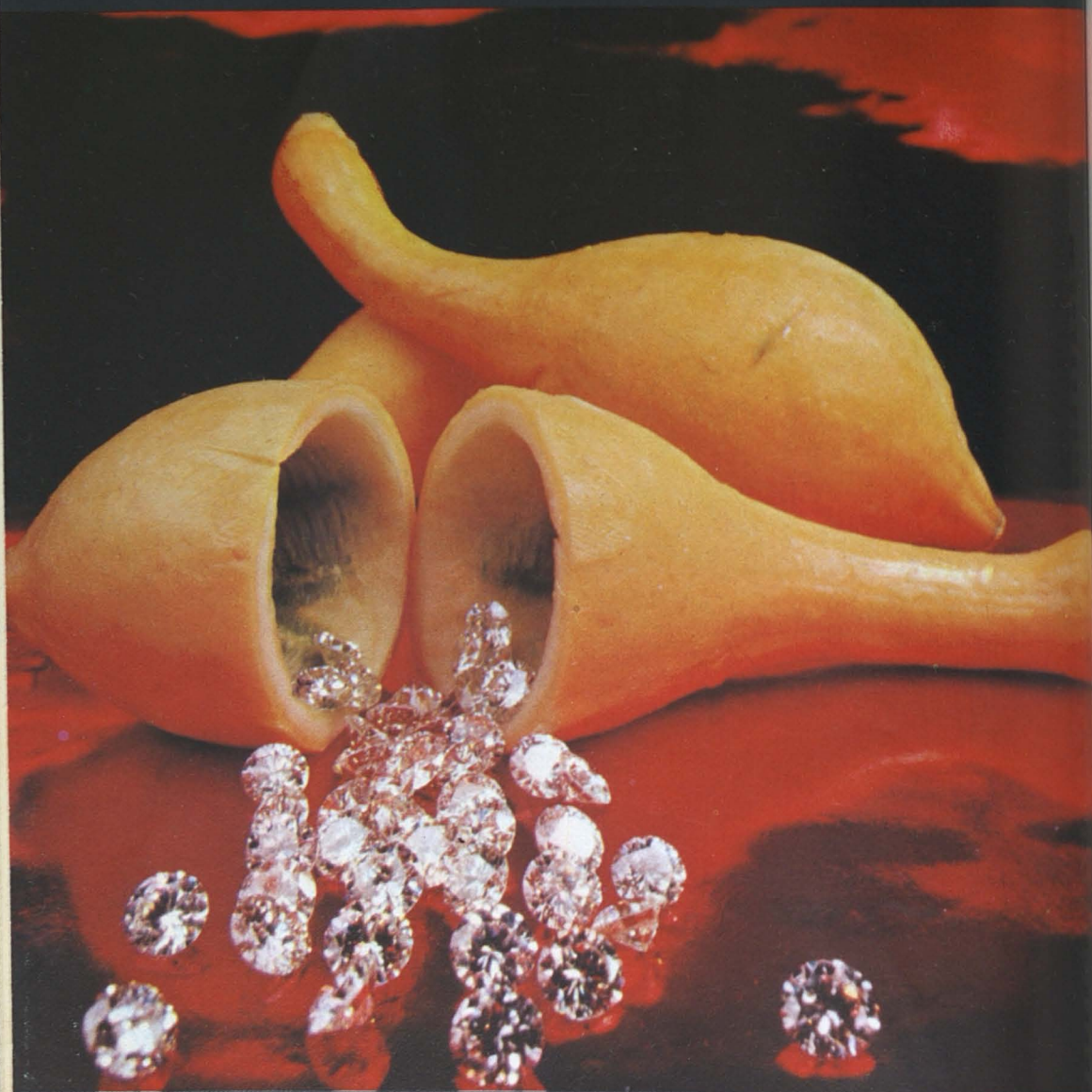
International trading



REPRESENTAÇÕES EXCLUSIVAS PARA TODA A ÁFRICA

Rua Keil do Amaral, loja 19 ● 1900 LISBOA ● Portugal
Telef. 851290 / 850098 / 850148 ● Telex 43448 P

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

A crise do poder

Os militares voltam ao poder numa fase de grave crise provocada pela deterioração da estrutura política herdada do colonialismo

Carlos Castilho

Para a maioria da opinião pública ocidental, o golpe de Estado do dia 31 de Dezembro na Nigéria foi uma surpresa. Mas, dentro do país, as condições para uma nova ruptura da ordem institucional (a terceira nos 24 anos de independência do país) eram conhecidas de todos. O governo do deposto presidente Shehu Shagari ganhou as eleições de Agosto de 1983 de forma escandalosamente fraudulenta. A corrupção dentro do funcionalismo público tinha alcançado limites inimagináveis, as camadas médias da oficialidade estavam descontentes desde 1982 com o sistema de promoções e com o envolvimento



Shehu Shagari: vitória fraudulenta

da cúpula do exército em vários escândalos, o partido vencedor das últimas eleições iniciou uma "caça às bruxas" logo que assumiu o poder em 12 dos 19 estados nigerianos e o presidente reeleito foi submetido ao vexame de ver a sua lista de 35 novos ministros ser parcialmente vetada pelo Congresso com base em acusações de actos ilícitos. Os trabalhadores nigerianos, por sua vez, já tinham programado para o início de 1984 uma série de greves de protesto contra a alta

do custo de vida, desvalorização dos salários e contra o programa de austeridade anunciado por Shagari logo após o início do seu segundo mandato. Com esse programa, o novo governo pretendia obrigar os assalariados a suportar a maior quota-parte de sacrifício para permitir que o país superasse a difícil crise económica surgida em 1982.

Todos esses factores negativos foram minimizados pela eficiente propaganda montada pelo Partido Nacional da Nigéria (NPN)

nos principais meios de informação sobre a África, editados na Europa. A maior parte destas revistas e boletins de notícias recebiam consideráveis verbas publicitárias do governo de Shagari, que centralizou toda a sua propaganda em torno de uma falsa ideia da consolidação da democracia no país. Até na política externa, um sector onde o governo Shagari mostrou sempre uma face progressista na luta contra o *apartheid*, surgiu uma violenta polémica, quando na última conferência de países da Comunidade Britânica, o agora deposto presidente nigeriano sugeriu a formação de uma força multinacional para substituir os cubanos em Angola. A proposta foi rejeitada depois que se tornou evidente que ela era prejudicial ao governo angolano e benéfica para a África do Sul.

Shehu Shagari, um ex-professor, fazendeiro e ex-representante de firmas transnacionais na Nigéria, estava isolado e desmoralizado menos de quatro meses depois de ter obtido 47% dos votos nas eleições presidenciais de Agosto. O seu derrube ocorreu quase pacificamente, à excepção da morte de um general que tentou opor-se aos golpistas na madrugada do último dia de 1983. O NPN não teve autoridade moral para defender a ordem constitucional. Os partidos de oposição não tinham motivos para apoiar o regime civil depois

de terem sido esmagados pela corrupção e prepotência, e os trabalhadores assistiram a mais um golpe militar sem muitas esperanças de que tanto os velhos como os novos governantes resolvam os problemas básicos do desemprego, fome e miséria.

A crise da oligarquia

O novo golpe militar na Nigéria acentua o desgaste do sistema de poder vigente no país desde a independência em 1960. A ex-colônia britânica passou a ser autónoma graças a um acordo patrocinado pelo colonialismo, no qual três grupos étnicos foram artificialmente reunidos numa só entidade nacional.

Os *haússa* (islâmicos) do norte, os *yoruba* (animistas) na parte ocidental, e os *ibo* (cristianizados) do lado oriental, têm identidade própria e bases económicas muito diferentes. Os *haússa* sempre foram o grupo mais organizado politicamente, têm a sua base económica na agricultura e na pecuária e desde o começo deste século passaram a exercer uma hegemonia parcial sobre os restantes grupos étnicos. Foram eles que estabeleceram melhores laços com o colonialismo. Os *yoruba*, numericamente inferiores aos *haússa*, ganharam força com o tráfico escravo nos séculos XVII e XIX, passando depois a serem os principais comerciantes da Nigéria. Os *ibo* sofreram muita influência ocidental graças aos missionários que actuavam no seu seio. Após a descoberta do petróleo, em meados deste século, ganharam uma grande importância interna.

O acordo que criou a federação da Nigéria teve o apoio das oligarquias de cada um destes três grupos étnicos. Após a independência, procuraram dividir entre si as vantagens do poder. Apesar das divergências tradicionais, as três oligarquias aceitaram o *modus vivendi* proposto pela coroa britânica, como uma forma de assegurar a manutenção

de privilégios. Na sua maior parte, as oligarquias dos *haússa*, *yoruba* e *ibo*, apresentavam-se, e ainda se apresentam, como herdeiras das chefias tribais existentes antes da chegada dos colonizadores europeus. Só que a dominação estrangeira corrompeu a maior parte das lideranças tradicionais e a estrutura anterior ao colonialismo passou a funcionar de forma subserviente na maioria dos casos. Hoje, passados mais de vinte anos sobre a independência, as bases dos três grupos étnicos começam a tomar consciência da mudança ocorrida nas lideranças a que eles se acostumaram a obedecer fielmente ao longo de gerações. As velhas chefias estão hoje com mais de 70 anos, enquanto as gerações intermédias, como a de Shagari, aderiram à tecnoburocracia surgida juntamente com o colonialismo, mas ainda não encontram formas políticas autónomas e bases eleitorais sólidas.

O resultado deste processo está no facto de que os cinco grandes partidos de expressão nacional e os quase vinte de expressão regional, funcionam dentro de moldes neocoloniais, mas na hora de procurar votos adoptam a postura paternalista tradicional. São partidos que na sua maioria se aglutinam mais em torno de nomes ou grupos étnicos, e menos em função dos interesses socioeconómicos das suas bases.

A fragilidade do acordo federal fez com que as oligarquias dos três grupos étnicos se unissem para defender a integridade do país desde a independência, mas se mostrem profundamente divididas na hora de usufruir as vantagens do poder. O primeiro governo civil da independência durou seis anos e foi derrubado por um golpe militar. Entre 1966 e 1979, a Nigéria sofreu a cruenta guerra civil do Biafra (1967-1970) e assistiu a mais três golpes e a um processo de lenta deterioração do poder mi-



General Mohammed Buhari

litar. Depois de assumirem o governo a pretexto de eliminar a corrupção e a prepotência, os generais acabaram por ser contagiados pelos mesmos erros que pretendiam combater. Em 1979, o general Olusengu Obasanjo devolveu o poder a um civil, Shehu Shagari, para tentar salvar o que ainda restava do prestígio militar. O novo presidente assumiu o poder no meio de esperanças generalizadas de que a desgastada política de grupos e clãs fosse revitalizada pelo aparecimento de "novas caras", e de uma nova mentalidade, num momento em que a Nigéria, com os lucros do petróleo, começava a entrar num período economicamente eufórico.

Mas a euforia durou pouco e muito menos a expectativa de renovação. A oligarquia *haússa* do norte tomou lentamente conta de todas as alavancas do poder e passou a usar a máquina estatal em proveito próprio. As divisas do petróleo foram usadas para projectos grandiosos, cujos contratos envolviam, como via de regra, "luvas" até 40% do total, para os funcionários nigerianos encarregados das negociações. O vírus da corrupção contagiou os escalões administrativos. No terceiro aniversário do seu governo, a imagem pública de Shagari já



O governo militar enfrentará problemas se optar pela repressão

era a de um governante preocupado em garantir vantagens para os seus auxiliares, enquanto o NPN fazia uma política de terra arrasada em relação aos principais grupos opositoristas.

A euforia do petróleo terminou a partir de 1982, quando a queda dos preços internacionais dos combustíveis provocou uma redução de 20% na receita de exportações da Nigéria. As receitas externas diminuíram em cerca de 10 mil milhões de dólares por ano, a inflação foi para 50% e a dívida externa subiu a 15 mil milhões de dólares. Em Janeiro de 1983, Shagari lançou a culpa da crise sobre os quase três milhões de imigrantes que foram para a Nigéria atraídos pelo dinheiro fácil. Um milhão de estrangeiros teve de abandonar o país bruscamente, para que os eleitores de Shagari tivessem a impressão de que tudo seria resolvido, e que passaria a haver comida e emprego para todos.

O artifício não deu resultado. A comida tornou-se cada vez mais cara e o governo resolveu adiar a aplicação de um projecto de austeridade para depois das eleições de Agosto, com o objectivo de evitar as previsíveis reacções de descontentamento.

As dúvidas sobre os resultados das eleições presidenciais e legislativas de Agosto surgiram muito antes da maratona eleitoral que consumiu quatro domingos consecutivos.

A Comissão Federal Eleitoral (FEDECO) deu como válido um total de 130 milhões de nigerianos vivendo no país, uma cifra considerada fantástica, uma vez que todas as estimativas geralmente aceites sobre a população do país nunca ultrapassaram os 70 milhões de habitantes. Todo o material eleitoral foi importado da Inglaterra, enquanto a FEDECO agravou as suspeitas de fraude ao anunciar a instalação de 200 mil urnas eleitorais, mais do que o dobro das últimas eleições.

A fraude às claras

As suspeitas confirmaram-se durante o apuramento dos votos quando os partidos Popular Nigeriano (NPP) do ex-presidente Nnamdi Azikiwe (cujo reduto eleitoral está na região dos *ibo*) e Unido da Nigéria (UPN) de Obafemi Awolowo (forte entre os *yoruba*) sofreram derrotas esmagadoras até nos seus núcleos mais fortes. Shagari obteve 12 milhões de votos em três estados (Sokoto, Bauchi e Kaduna), onde os partidos de oposição denunciaram que os seus delegados foram impedidos de fiscalizar a presença de eleitores. Denúncias não menos concretas surgiram também nos estados de Cross River, Gongola, Borno Plateau, Anambra, Kano e Bauchi. Houve pelo menos quatro estados em que a votação não se efectuou no

dia marcado mas sim no seguinte.

A manipulação dos resultados eleitorais foi tal que vários políticos nigerianos da oposição denunciaram que a votação não foi decidida nas urnas mas sim nos tribunais judiciais que o governo controla. Dois meses depois das eleições, ainda estavam em suspenso os resultados nos estados de Ondo, Oyo e Anambra, onde as evidências de fraude foram tão gritantes que o governo admitiu suspender a posse dos candidatos mais votados.

As dificuldades continuaram depois da posse de Shagari em Outubro. O presidente anunciou a redução do número de ministros de 45 para 35 como parte dos planos de austeridade. Mas, a lista submetida ao Congresso, em vez de ser aprovada tranquilamente graças à maioria de lugares do NPN, esbarrou em dificuldades inesperadas. Os congressistas do governo, numa demonstração imprevista de independência, resolveram criar uma comissão para investigar o passado dos novos ministros. Seis dos indicados foram alvo de pesadas denúncias de corrupção, o que levantou suspeitas generalizadas em relação ao novo governo. Um dos acusados é o editor da revista *Africa*, publicada na Inglaterra e que foi acusado de sonegação de impostos, fuga de divisas e falso testemunho.

A nível estadual, a situação foi ainda pior. A polémica sobre a moralidade dos novos governadores e deputados estaduais tornou-se extremamente ácida e até violenta. No estado de Oyo, o governador Victor Olunloyo, logo após tomar posse, atravessou a rua e afastou na base do empurrão e socos os 55 membros da direcção da estação local de TV. No sul, no estado de Anambra, o novo governador C. C. Onoh demitiu sumariamente 13.250 funcionários públicos, sob a acusação de que eles haviam sido contratados com objec-

tivos eleitorais. E no estado de Kano, foram encerradas 40 escolas criadas pelo governo anterior. Semelhantes situações foram criadas em vários outros estados, onde as novas autoridades tiveram como preocupação inicial destruir tudo aquilo que lembrasse a administração anterior.

E como se não bastassem todos estes problemas, os principais dirigentes do NPN começaram, no final de 1983, a guerra pela sucessão de Shagari, apesar de faltarem ainda quatro anos para as próximas eleições. Segundo a tradição partidária, o próximo presidente viria do sul da Nigéria para contrabalançar a hegemonia de oito anos do nortista Shehu Shagari. Foi o ponto de partida para uma série de conflitos e negociações visando criar zonas políticas de influência, num total de quatro ou cinco, de maneira a permitir acordos. A situação chegou ao ponto de que, se as proposições fossem aceites pelo NPN, os políticos do norte, que sempre tiveram um peso maior na direcção do partido, só poderiam ter hipóteses de aspirar à presidência dentro de 25 anos, ou seja só no próximo século.

O golpe e os rumos futuros do CMS

Foi neste clima que os militares, que já haviam tentado seis conspirações nos últimos nove meses, partiram para a acção na madrugada do dia 31 de Dezembro de 1983. Foi um golpe clássico, que começou com as tropas saindo dos quartéis às duas da manhã, seguindo-se a ocupação dos principais edifícios públicos e o prédio da rádio-televisão nigeriana onde foi lida uma proclamação dos amotinados. O episódio final deu-se em Abuja, a nova capital, onde Shagari foi detido no palácio juntamente com auxiliares.

O novo presidente, o general Mohammed Buhari é o líder de um grupo de oficiais que desde

Julho de 1983 haviam decidido passar à oposição ao governo do NPN, depois de acusarem Shagari de manipular politicamente os conflitos fronteiriços com o Chade. O deposto presidente nigeriano tinha perdido os seus contactos com o grosso da oficialidade em virtude do isolamento dos principais chefes militares então no governo.

O general Buhari é um nortista de origem muçulmana, que foi ministro do petróleo durante o regime militar. Estudou na academia militar inglesa de Aldershot e no Colégio de Guerra dos Estados Unidos em Carlisle. O seu perfil político ainda não está perfeitamente definido, mas os seus colegas do exército consideram-no pró-ocidental, sem inclinações para o socialismo e comprometido com a luta contra a corrupção. Buhari chefia o Conselho Militar Supremo do qual fazem parte, entre outros, o brigadeiro Mohammed Magoro, o major-general Ibrahim Babangida, o vice-marechal-do-ar Ibrahim Alfa, o brigadeiro M. G. Nasco, o comodoro Augustin Aikhomu e o brigadeiro Babatunde Idiagbon. Com excepção deste último, a maioria dos restantes membros do Conselho Militar Supremo é do norte da Nigéria. Para contrabalançar a preponderância dos *haússa* no governo, o general Buhari adoptou uma cuidadosa política regionalista na escolha dos novos administradores dos dezenove estados nigerianos. Na sua maioria, são oriundos dos próprios estados que passaram a governar e foram distribuídos de forma proporcional entre o Exército, a Marinha e a Força Aérea.

As decisões iniciais do novo governo não alteraram muita coisa no que se refere aos compromissos externos da Nigéria. Mas o general Buhari tem pela frente uma complicada situação económica interna. Pouco antes de ser deposto, Shagari anunciou um programa drástico de austeridade,

com cortes de 40% nas despesas públicas e de 30% nas importações. É muito provável que o novo governo siga também a mesma política, embora não com a mesma intensidade. Isso acarretará conflitos quase certos entre os militares e os sindicatos que já tinham preparado para os primeiros meses de 1984 uma série de greves e manifestações. Acredita-se que cerca de 200 mil trabalhadores nigerianos tenham perdido os seus empregos desde o início da crise provocada pela queda dos preços do petróleo, que fornece 90% das receitas externas do país.

Os sindicatos são contra o programa de austeridade alegando que não querem pagar sozinho o preço de uma crise da qual eles não tiveram a menor responsabilidade. Afirmam que o preço da comida aumentou mais de dez vezes no último ano, enquanto os grupos de maior rendimento não sofreram nenhuma restrição nos seus gastos e na capacidade de importar produtos supérfluos.

O conflito entre os trabalhadores e o governo militar é que definirá os rumos futuros do Conselho Militar Supremo. Se o general Buhari optar pela repressão pura e simples, não há a menor dúvida de que a Nigéria vai entrar num período extremamente tumultuoso. Os partidos políticos, por seu lado, foram marginalizados pelos golpistas e têm poucas condições de rearticulação imediata. O futuro dos políticos depende do resultado da luta dos sindicatos contra as medidas de austeridade. Se o governo conseguir controlar a situação, através de um programa que divida os custos sociais da crise, os partidos ficarão ainda mais marginalizados. Mas se Buhari usar a força, os políticos podem acabar por se aliar com os trabalhadores descontentes criando uma força poderosa que poderá obrigar os militares a fazer concessões.

A paz gorada

O tempo corre contra Hassan II, obcecado em impor uma solução militar ao conflito

Carolina Quina

O ano de 1983 terminou sem que tivesse sido possível a aplicação do plano de paz delineado pela Organização de Unidade Africana (OUA) para o Sara Ocidental.

De facto, a resolução da 19ª Cimeira da OUA, reunida em Junho de 1983 na capital etíope, propunha como via para a solução deste longo conflito o estabelecimento de um diálogo directo entre a Frente Polisario e Marrocos com vista à organização de um referendo, o qual se deveria concretizar até 31 de Dezembro último.

No entanto, durante todo o período que sucedeu à cimeira da OUA, Marrocos não deu qualquer sinal de colaboração com esta instância para a aplicação da referida resolução. Antes pelo contrário, reafirmou em diversas ocasiões a sua posição de total rejeição quanto a um diálogo com o movimento de libertação saurui.

A Frente Polisario colocou sempre como condição *sine qua non* para um cessar-fogo as negociações directas com o regime de Hassan II, e hoje, os dirigentes sauruis, vêem a sua posição apoiada e reforçada pelo voto unânime da OUA — a resolução da 19ª Cimeira viria a ser aprovada por unanimidade e aclama-



Hassan II: a rejeição do diálogo

ção pelos chefes de governo e de Estado africanos — e pela última resolução das Nações Unidas.

Pouco tempo antes de terminar o prazo proposto pela OUA para a realização do referendo, uma última missão da organização pan-africana tentou ainda aproximar as partes em conflito. Numa verdadeira luta contra o tempo, esta missão tentou, sem sucesso, convencer o rei Hassan II da inevitabilidade do processo de negociações directas.

Hassan II e o regime marroquino optaram pela via da intransigência e do não-diálogo, obstaculizando o processo de paz para a região do noroeste africano e trazendo, de novo, a

guerra para primeiro plano. A recente ofensiva militar marroquina, que assumiu uma amplitude sem precedentes, é, em si, um sinal de que o regime alauita, apoiado pela política intervencionista norte-americana, acarinha ainda o sonho de uma solução militar para o conflito.

Do ponto de vista de Marrocos, e no que diz respeito à sua situação interna, os nove anos de guerra têm-se refletido no agravamento da crise no plano económico e social. Uma das últimas expressões dessa crise deu-se em Janeiro passado, quando manifestações estudantis alastraram rapidamente à população trabalhadora em várias cidades do norte de Marrocos. A violenta vaga de repressão que se seguiu provocou mais de 200 mortes, segundo relataram as agências de informações. Introduzidas algumas medidas no plano político para assegurar um certo equilíbrio interno entre o conjunto das forças políticas, o exército e o Palácio, a precária estabilidade do regime é, no entanto, assegurada fundamentalmente graças à intervenção norte-americana, que se verifica a todos os níveis, e à existência de um forte sistema de segurança e repressão.

Os efeitos da guerra

A guerra prolongada explica a maior crise económica que o regime de Hassan II já conheceu. Provocando uma hemorrhagia de 3 milhões de dólares diários, a guerra no Sara constitui hoje um verdadeiro cancro para a sociedade marroquina.

A guerra acabou por se converter na principal fonte de problemas e no próprio cerne da crise.

Nos primeiros anos da invasão foi possível a Hassan II desviar a atenção dos graves problemas internos mobilizando a população em torno da invasão do território do Sara Ocidental, identificando essa pretensão com a luta

pela "recuperação da integridade territorial", cujos contornos eram proposadamente indefinidos. A guerra era propagandeada como cruzada, como "causa sagrada". Hoje, ela não constitui já um factor de mobilização e adesão popular, tendo os próprios partidos políticos afastado este tema do seu discurso político eleitoral.

O desgaste provocado pelo conflito, mais mortífero do que o previsto, deixa marcas visíveis. Marrocos tem hoje mais de 2 milhões de desempregados, mais de um milhão de famílias sem terra, 80% de analfabetos, 55% da população urbana a viver em bairros degradados e com quatro em cada cinco marroquinos a viver abaixo do limite de pobreza absoluta. Isto a par de uma dívida externa calculada em 15 mil milhões de dólares, mas que aumenta constantemente não só devido à incapacidade de dar resposta ao serviço dessa mesma dívida (juros e amortizações), como ao sorvedouro da máquina de guerra. Este quadro, ainda que sucinto, explica as explosões populares ocorridas a partir de Junho de 1981 e que mobilizaram vastos sectores da população. Mas a crise alastra às próprias forças armadas e a confirmá-lo o assassinato do general Dlimi (conselheiro pessoal do rei Hassan II e comandante supremo das tropas estacionadas no Sara Ocidental) por ordem do próprio monarca — segundo declarações de oposicionistas marroquinos, transcritas pela imprensa ocidental — e a posterior detenção de algumas dezenas de oficiais superiores do exército.

Apesar da preparação para próximas eleições, a crise a nível militar e político e a efervescência no plano social não apontam para uma solução ou subalternização dos problemas internos. Pelo contrário, tudo indica que os conflitos se acentuem.

Hassan II mantém-se no poder devido ao apoio económico,

político e militar da administração Reagan, da Arábia Saudita e da ajuda um tanto envergonhada da França.

A intervenção directa norte-americana verificada a partir de 1981 veio dar novo alento à política expansionista marroquina e um novo fôlego às Forças Armadas Reais (FAR), profundamente abaladas pelas derrotas infligidas pelos sarauis no decurso das batalhas do Uarkiz, Ras-El-Khanfra e Guelta Zemmur. Ela permitiu ainda ao Pentágono colocar pessoal seu ao mais alto nível no dispositivo bélico marroquino, até aí preferencialmente assessorado por conselheiros franceses.

Em Maio de 1982, foi assinado um acordo político-militar global e criada uma comissão militar mista norte-americana-marroquina (na prática um verdadeiro Estado-Maior conjunto responsável pela planificação e delineamento da estratégia militar para a guerra). Este reforço da cooperação político-militar, passou, no que se refere à questão sarauí, pelo fornecimento de material bélico moderno e sofisticado — bombas de fragmentação, radares, mísseis, aviões e carros de combate; pelo treino e formação de militares e oficiais marroquinos; pelo apoio na realização de operações de reconhecimento aéreo com a utilização dos satélites norte-americanos. Além disso, as FAR são hoje assessoradas no terreno por dezenas de conselheiros militares.

De um ponto de vista económico, e a troco da utilização de diversas bases militares, há cerca de 20 anos inactivas, (que fazem com que Marrocos constitua hoje uma das bases estratégicas e logísticas do sistema militar norte-americano), Washington aumentou o seu apoio a Rabat de 30 para 100 milhões de dólares.

A guerra como alternativa

Se a Frente Polisario se mos-

tra disponível para o diálogo — insistindo que a solução do conflito tem de estar de acordo com o plano de paz africano — não parece, porém, disposta a depor as armas.

O regime marroquino, goradas as expectativas de paz a curto prazo, torna-se num elemento desestabilizador na região do noroeste africano, comprometendo o projecto da formação do Grande Magrebe¹ tantas vezes invocado mas sempre inconcretizado, ao mesmo tempo que põe seriamente em risco a sobrevivência da própria Organização de Unidade Africana. Não serão certamente alheios a estes aspectos, os múltiplos contactos, trocas de missões diplomáticas e as sucessivas declarações e comunicados conjuntos de chefes de Estado africanos apoiando o Plano de Paz para o Sara Ocidental. Posição assumida inclusive por alguns tradicionais aliados de Marrocos, como é o caso da Costa do Marfim, Gabão e sobretudo o Senegal, cujo presidente Abdou Diouf teve um papel decisivo na 19ª Cimeira da OUA.

O regime marroquino encontra-se pois numa posição cada vez mais incómoda e insustentável no plano internacional. O seu crescente isolamento interno e externo deixam-lhe pouco espaço de manobras para novos protelamentos até aqui habilidosamente geridos por Hassan II. A não ser que o monarca aluita pretenda voltar as costas à comunidade internacional fazendo a aposta suicida na intensificação da guerra e de tudo hipotecar a uma duvidosa solução militar. Se não enveredar por esse caminho não lhe resta outra saída que não seja a negociação de uma solução política. Trata-se apenas de uma questão de tempo, e o tempo corre contra Hassan II. ●

¹ Aspiração histórica árabe de edificação de uma grande nação reunindo os países do norte de África.

Fatsa, a cidade-mártir

O julgamento colectivo dos cidadãos de uma pequena vila transforma-se num símbolo de resistência popular contra o arbítrio

Guiomar Belo Marques

Fatsa é uma pequena cidade com 23.000 habitantes, situada no norte da Turquia, constituindo um pequeno porto no Mar Negro. Apesar de capital de distrito, Fatsa não é um grande aglomerado da zona. Como actividade principal tem a cultura da avelã e sendo uma cidade marítima a pesca desempenha, contudo, um papel secundário, à semelhança dos outros portos do Mar Negro.

Os acontecimentos que tornaram Fatsa uma cidade internacionalmente conhecida não podem, pois, atribuir-se às suas riquezas cobiçáveis ou a uma particularmente importante posição geoestratégica. O único mal de Fatsa foi o de se ter querido tornar um exemplo vivo de democracia e poder popular, num país profundamente reprimido, originando um enorme incómodo na superestrutura turca, que nela temeu uma ameaça à sua "paz padre".

Mas convém, antes de mais, recuar um pouco no tempo, e recordar como se processou a chamada "operação Fatsa", com seus antecedentes e que culminou na prisão, assassinio e perseguição de centenas de pessoas e particularmente com o tão pouco edificante julgamento dos 759 habitantes da cidade.

1964 é considerado um marco na vida da população de Fatsa. Nesse ano se começou a or-



A repressão tornou-se um facto quotidiano para os cidadãos de Fatsa

ganizar e desenvolver a actividade política com carácter público. Paralelamente à fundação do Partido Operário da Turquia (TIP), dão-se manifestações de vários tipos, tendo-se destacado uma em que era contestado o aumento do custo de vida e a pobreza e que terminou com a detenção de dirigentes da "organização de camponeses".

Os movimentos de contestação ao governo vão-se desenvol-

vendo progressivamente e ao fim de dez anos surgem, pela primeira vez, duas organizações fascistas em Fatsa. Simultaneamente, a "Associação Cultural de Fatsa", criada em 1964 e com forte implantação popular, transforma-se em "Casas do Povo". Os professores, por seu turno, impedidos do livre exercício sindical, constituem-se numa organização que designam por "TOEB-DER".

Depois do assassinio de Kemal Karu, presidente das Casas do Povo, e de um ataque cada vez mais intenso contra os democratas da região, estes unem-se, constituindo-se em comités de bairro, baixo a iniciativa da organização DEV-YOL.

A eleição de Fikri

Quando, em 1979, o então presidente da Câmara de Fatsa morre, é fixada a data de 22 de Agosto para eleger o novo presidente local, de acordo com a lei vigente. Após diversas discussões e debates, os comités de bairro resolvem apoiar uma candidatura de oposição que se contrapunha às listas dos partidos tradicionais. Para cabeça de lista e futuro presidente da câmara, a população decide-se por um prestígio democrata de Fatsa cuja profissão é a de alfaiate: Fikri Sönmez, que fará frente aos candidatos do CHP (centro) e do AP (conservador).

Apesar das muitas dificuldades que foram surgindo no sentido de impedir a todo o custo a candidatura de Fikri, esta avançou mau grado os sucessivos atentados de que foi vítima, ao primeiro dos quais escapou ferido. Os atentados sucederam-se, mas Fikri acabou por ganhar as eleições, obtendo 62% dos votos expressos (3.096 votos, contra 1.130 do CHP e 847 do AP).

Seis meses de poder popular

Entre Outubro de 79 e Abril de 80, a população de Fatsa conheceu e aprendeu a convivência democrática, num país em que tais práticas são breves sopros de esperança e liberdade. A pouco e pouco, os especuladores comerciais assistiram à perda de antigos privilégios e a população viu os preços dos bens essenciais descer consideravelmente. A ligação entre a Câmara e a população passou a ser feita de forma directa e os habitantes de Fatsa tornaram-se protagonistas activos de todas as decisões.

Diversas medidas foram tomadas no sentido de melhorar as condições de vida da maioria da população, essencialmente composta por pequenos agricultores. Simultaneamente, o professorado, classe particularmente atingida pela "operação Fatsa", empenhou-se em promover acções culturais, numa estreita ligação com a Câmara e realizou uma Semana Cultural, inédita na Turquia. Por Fatsa passaram então os nomes mais destacados da cultura, artes e letras turcas.

Um dos principais objectivos do programa de acção elaborado imediatamente após as eleições, consistiu em limpar a lama das estradas e construir alternativas rodoviárias. Um antigo projecto foi recuperado e para evitar altos custos, foi a própria população que meteu mãos à obra, apoiada por diversas localidades vizinhas,

72 - terceiro mundo



O general Evren, presidente do país, reconheceu as prisões e mortes

sensibilizadas pela enérgica campanha que a Câmara desenvolveu em torno desse trabalho. Foi assim que, em festa, a população de Fatsa construiu em 6 dias aquilo que peritos tinham calculado para 4 ou 5 anos.

Foi após a semana cultural, em Abril de 80, que se iniciou a grande campanha contra "Fatsa a vermelha". Diversos meios de comunicação iniciaram uma longa e raivosa campanha contra a cidade, ao mesmo tempo que uma delegação de conservadores exigiu em Ankara a demissão do governador civil, considerando-o "demasiado brando". Resat Akkaya reconhecido autocrata, anteriormente saneado, foi designado novo governador civil.

Foi então que bandos de fascistas, os "lobos cinzentos" se

sentiram suficientemente protegidos para iniciarem as suas actividades, aterrorizando a cidade através de distúrbios permanentes, muitas vezes incluindo tiros.

Depois de diversos incidentes-pretexto, o exército entrou na cidade, a 11 de Julho. Previamente, porém, os bandos fascistas tinham-se já encarregado de, à semelhança de outras perseguições célebres na história dos homens, marcar com uma cruz as portas daqueles que deveriam ser presos. O balanço é de centenas de prisões e apenas 17 armas apreendidas.

Quando assumiu o poder, o general Evren afirmou, num dos seus primeiros discursos, que foram feitas 850 prisões em Fatsa e houve 7 mortes.

PRESOS NA TURQUIA POR DELITOS POLÍTICOS

- 5.682 penas de morte pedidas
- 48 penas de morte já efectuadas
- 204 mortos na tortura
- 614 mortos na sequência de operações militares
- 3.067 sindicalistas
- 46 jornalistas
- 80 advogados
- 203 políticos
- 15.685 professores

O julgamento

A 12 de Janeiro de 1983 iniciou-se o processo contra 759 acusados, representando 3% da população de Fatsa. 268 têm pedidas penas de morte. Entretanto, a tortura e a prisão têm sido a realidade quotidiana. No banco dos réus defendem-se acusando,

denunciando os verdadeiros responsáveis pelos acontecimentos de Fatsa. Como crime, terão cometido o de procurarem uma vida mais justa para a sua cidade, o de terem apoiado activamente o presidente da Câmara legalmente eleito, o de terem sonhado, um dia, que seria possível na Turquia criar uma ilha de democracia e esperança. ●

de transporte para se lá chegar, a não ser o táxi. À saída vimos um e apanhámo-lo. Já na cidade vimos alguns familiares à porta da prisão e fomos para uma loja conversar com eles. Um deles era mulher de um dos réus e os outros eram todos ex-réus em liberdade condicional.

Conseguiram obter informações sobre o tipo de torturas praticadas nas prisões da Turquia?

— Na Turquia a tortura não é feita em prisões normais. Eles aproveitam grandes armazéns fora das zonas habitacionais, para não se ouvirem os gritos e metem lá cem ou duzentas pessoas. Os polícias não são facilmente identificáveis porque estão à paisana e se encobrem das mais variadas formas.

A tortura é de tipo físico ou psicológico?

— É física e psicológica. Uma das mais frequentes é a de, por exemplo, porem bombinhas canavalescas nos pés dos presos dizendo-lhes: “Vou-te matar, vou-te matar!” e depois quando as bombas rebentam só fazem barulho. Uma outra, deste tipo, consiste em vendarem os olhos aos presos e fazê-los subir para cima de uma mesa dizendo-lhes que os vão atirar de um 7º andar; quando caíem da mesa abaixo, os presos convencem-se que

“Uma justiça de classe”

Deputado do Movimento Democrático Português/CDE na Assembleia da República Portuguesa, António Taborda é um dos membros do CEDRI (Comité Europeu pela Defesa dos Refugiados e Imigrados) que fez parte da segunda delegação internacional de observadores ao julgamento de Fatsa, a seis quilómetros da cidade de Amasya, no norte da Turquia. Em entrevista concedida a cadernos do terceiro mundo, António Taborda relata aquilo a que assistiu e explica qual a sua interpretação para alguns dos acontecimentos relacionados com o caso de Fatsa.

Um ano e meio após a “operação Fatsa”, como está a cidade?

— Fatsa é uma cidade sitiada. Familiares de presos disseram-nos que neste momento a cidade continua ocupada. Os mais progressistas estão desempregados porque não lhes dão emprego. Quase que decuplicaram os membros da polícia, quer civil quer fardada e as pessoas quase não podem falar umas com as outras.

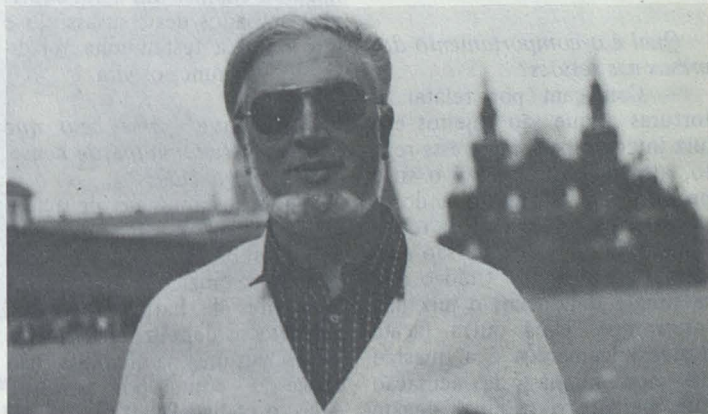
Mas a vossa delegação não visitou a cidade?

— Os estrangeiros não podem lá entrar. Os primeiros que lá tentaram entrar foram directamente para a esquadra e depois

comeram num restaurante rodeados por polícias. Houve dois jornalistas, um do *New York Times* e outro do *Financial Times*, que foram igualmente detidos e postos na fronteira.

Apesar disso, foi possível assistir ao julgamento sem problemas?

— Fomos ao julgamento. Ficámos lá atrás sem conseguirmos praticamente ouvir. No último dia estivemos retidos durante 45 minutos para não vermos nem falarmos com os familiares dos réus, que estavam lá também. O julgamento passa-se num campo militar, cheio de arame farpado por todos os lados, a 6 Km da cidade, e não existe qualquer meio



António Taborda: um testemunho directo

estão mesmo a saltar de muito alto. Depois fazem igualmente aquele tipo de tortura que consiste em queimar os seios das mulheres com pontas de cigarros e fazer o mesmo aos homens nos testículos. As mulheres são ainda violadas por todos os guardas. Na Turquia existe também aquele tipo de tortura, no qual se suspendem as pessoas pelos braços com pesos de 50 Kgr nas costas e a crucificação originando imobilização dos membros, muitas vezes para toda a vida, porque o sangue deixou de circular.

Quando calcula que terminará o julgamento?

— O julgamento deve durar ainda mais alguns dois anos. Há

instrução do processo.

Poderia citar um caso concreto?

— O processo dizia que o irmão de uma testemunha de acusação tinha sido julgado em tribunal popular e condenado à morte. A sentença teria sido executada por seis dos réus. A testemunha disse, perante o tribunal, que era mentira, que nunca tinha havido tribunais populares em Fatsa e que desconhecia os assassinos do irmão. O juiz alertou-o para o facto de ele ter assinado um documento em que dizia precisamente o contrário. A testemunha explicou que assinara, efectivamente, um papel, mas que lhe haviam vendado os olhos,



“Fatsa é uma cidade sitiada e continua ocupada”.

uma ou duas sessões por semana e aquele tribunal ainda vai despachando outros processos pelo meio.

Qual é o comportamento dos presos nas sessões?

— Começam por relatar as torturas a que são sujeitos e o juiz interrompe sempre esse relato, alegando que não é o sítio próprio para tal, mas quando os presos contam os factos, relativamente àquilo de que são acusados, denunciando tudo o que se impõe denunciar, o juiz não interrompe. Uma outra faceta destes julgamentos é a questão das testemunhas de acusação que, perante o tribunal, negam os depoimentos feitos durante a

de forma que nem sequer sabia o conteúdo do que assinara. Para que não restassem dúvidas, o juiz mandou chamar um a um os seis réus acusados deste assassinio e um a um a testemunha foi dizendo que nunca os vira.

Pensa que, nesse caso que contou, a testemunha de acusação falava verdade?

— As testemunhas de acusação estão, na sua maioria, arrependidas e olham para o chão quando se cruzam com os outros habitantes de Fatsa. É possível negarem os depoimentos em tribunal porque na Turquia não existe o crime por perjúrio. Aliás, o código Penal turco é decalcado do de Mussolini. As pes-

soas podem, igualmente, ser julgadas várias vezes, depois de já terem sido absolvidas.

Quantas penas de morte estão pedidas?

— 263!

Em que consiste exactamente a acusação?

— A acusação está editada em livro pelo Ministério da Justiça, com 632 páginas. Eles dizem que o Fikri, por exemplo, não poderia ter deixado de ganhar as eleições porque realmente as câmaras anteriores tinham sido profundamente corruptas. Aliás, na acusação não lhe é imputado qualquer crime, mas apenas a autoria moral, pois consideram que como presidente de Câmara, não podia deixar de saber tudo o que se passava em Fatsa. É por isso que pedem a pena de morte para Fikri.

E os verdadeiros culpados, onde estão?

— Vinte ou trinta foram presos, mas estão a ser julgados na cidade, com todas as condições. Enquanto isso, os mais de setecentos réus estão a ser defendidos por três advogados, o que é manifestamente insuficiente. Na Turquia não existe assistência judiciária, nem obrigatoriedade de advogado de defesa. Se um advogado trabalha gratuitamente, é imediatamente acusado de cumplicidade. Assim, apenas tem advogado quem o pode pagar e mesmo esses, como o julgamento é longe, apenas têm a presença de advogado uma ou duas vezes por mês. Os fascistas, em contra-partida são julgados em tribunais civis, têm advogados e todas as possibilidades de defesa. Os outros apresentam-se em tribunal vestidos com a farda da prisão, de cabelo rapado e de algemas. Quando falam têm as armas apontadas. Portanto, esta justiça é, nitidamente, uma justiça de classe! (Guimar Belo Marques)

Dívida externa, o último esforço

Os principais dirigentes dos países latino-americanos advertem que as nações do continente estão à beira do colapso financeiro e acusam os países credores pela crise do endividamento

“O último esforço antes da moratória conjunta”. Foi assim que um dos participantes da Conferência Económica Latino-Americana definiu os resultados da reunião realizada em Quito, no Equador, com a presença de delegações de alto nível de 27 nações da América Latina e das Caraíbas. A Declaração de Quito pediu que os países ricos e os bancos internacionais modifiquem radicalmente as condições impostas para o pagamento da dívida externa de 310 mil milhões de dólares contraída pelo conjunto das nações do continente.

Após uma semana de discus-

sões que começaram a nível de especialistas económicos e que se concluíram com os debates entre chefes de Estado, ministros e delegações oficiais, foram aprovados dois documentos, que juntos formaram mais de trinta laudas dactilografadas. O documento político reiterou a disposição dos países latino-americanos em procurarem uma solução conjunta para a questão da dívida externa através da troca de informações e do aumento do intercâmbio político entre os governos que participaram na reunião. Já o documento económico, depois de afirmar que existe uma estreita vinculação entre co-

mércio e finanças internacionais, sugere uma série de medidas como a emissão de novos Direitos Especiais de Saque (DES)¹ pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), como forma de aumentar os recursos disponíveis pelos países em dificuldades financeiras.

Durante os debates, chefes de governo, como o anfitrião Osvaldo Hurtado ou o colombiano Belisario Betancur, o costarricense Luis Alberto Monge ou o jamaicano Edward Seaga, procuraram evitar um clima de confronto com os países credores. A mesma preocupação foi compartilhada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros brasileiro Saraiwa Guerreiro, pelos vice-presidentes Eduardo Schwab, do Peru, e Carlos Rafael Rodrigues, de Cuba. Mas todos foram unânimes em afirmar que os países latino-americanos não são culpados pela dívida e nem conseguirão pagá-la sozinhos, se não houver uma mudança nas relações comerciais entre o “Norte e o Sul”.

O inadiável reescalonamento

O ministro brasileiro afirmou durante os debates que “a comu-



Para os participantes da Conferência (em cima, a mesa da presidência), não existe saída individual para a crise do endividamento

¹ Unidade monetária criada pelo FMI com base na cotação das moedas dos principais países sócios do Fundo.

nidade financeira internacional deve compreender que é inadmiável um reescalonamento global da dívida externa dos países do Terceiro Mundo". Saraiva Guerreiro disse que enquanto as nações ricas impõem, em cada dia, novas restrições aos produtos exportados pelos países subdesenvolvidos, elas elevam paralelamente os juros e restantes itens relativos ao serviço da dívida. "Um problema está ligado ao outro, continuou o ministro Saraiva Guerreiro, pois nenhum país poderá pagar em dia o que deve, se as suas receitas externas continuarem a cair, em consequência de restrições ao comércio internacional".

Outro ministro dos Negócios Estrangeiros que condenou as desigualdades no comércio foi o



Saraiva Guerreiro: reescalonar a dívida

argentino Dante Mario Caputo, de 39 anos e que pela primeira vez participou numa reunião de alto nível de países do continente. Caputo criticou a intervenção de governos estrangeiros nos assuntos internos do continente e apoiou a tese de que a negociação da dívida deve estar vinculada às negociações sobre a reformulação do comércio internacional. O ministro mexicano, Bernardo Sepúlveda, disse no seu discurso, que as limitações às importações dos países latino-americanos reduzem drasticamente a possibilidade dessas nações reequilibrarem as suas economias, ao mesmo tempo que constituem também um entrave à reactivação da economia mundial.

Por seu lado, o uruguaio Enrique Iglesias, secretário-geral da

A DECLARAÇÃO DE QUITO

Os quatro primeiros pontos do documento de 27 itens, fixam a posição política dos participantes da reunião: apoio ao processo democrático; direito das nações escolherem os seus próprios caminhos políticos; condenação das intervenções estrangeiras e medidas económicas coercivas ou discriminatórias por questões políticas; recusa do uso da força para resolver divergências; manifesta preocupação com o aumento das tensões mundiais; pedido de uma solução negociada para a crise da América Central através da acção do Grupo de Contadora, e defesa do desarmamento nuclear.

Sobre a crise do endividamento externo, o documento político da reunião de Quito afirma que "os esforços dos países da região não serão suficientes para superar as dificuldades actuais" e sugere "uma atitude de co-responsabilidade na solução do problema da dívida(...) através de medidas urgentes para reformar o sistema financeiro e monetário internacional". O texto propõe também o "compromisso de efectuar acções multilaterais para melhorar os preços dos produtos básicos, conseguir um amplo grau de abastecimento energético e autonomia tecnológica".

O Plano de Acção

As sugestões concretas para o encaminhamen-

to das questões políticas contidas no Documento de Quito foram incluídas no Plano de Acção. O texto de 22 laudas prevê a adopção de critérios comuns para reduzir os juros no pagamento da dívida externa, renegociar prazos, vencimentos e carências, com prazos mais longos para aumentar a penetração de recursos financeiros na região, sem comprometer as exportações.

Propõe a expansão do comércio intra-regional através de fórmulas para compensação de pagamentos, financiamento das exportações e um fundo de reservas monetárias para resolver eventuais desequilíbrios na balança de pagamentos. O Plano de Acção exige a eliminação urgente das crescentes medidas proteccionistas dos países industrializados, um aumento substancial dos Direitos Especiais de Saque (DES) e sugere uma maior participação dos organismos financeiros das Nações Unidas na ajuda aos países em desenvolvimento. No capítulo relativo ao comércio, os participantes da reunião de Quito comprometem-se a não criar novas restrições alfandegárias nas importações oriundas da América Latina e das Caraíbas, bem como a eliminação progressiva das actuais barreiras ao livre comércio regional.

As medidas complementares sobre a liberalização do comércio entre países da América Latina e das Caraíbas serão elaboradas pelos especialistas do Sistema Económico Latino-Americano (SELA) e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).



Em Quito (da esq. para a dir.): Seaga, da Jamaica; Schwalb, do Peru; Betancur, da Colômbia; Hurtado, do Equador; Jorge Blanco, da Rep. Dominicana; Monge, da Costa Rica e Dante Caputo, da Argentina

Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) disse que os países do continente já realizaram quase todos os reajustamentos possíveis nas respectivas economias, faltando agora uma margem muito escassa para contrair ainda mais as suas possibilidades de investimento. Igrelias acredita que se as nações industrializadas não mudarem a sua maneira de agir não restará outra alternativa senão a suspensão unilateral dos pagamentos da dívida externa. Segundo observadores diplomáticos, a maioria dos 27 delegados de nações latino-americanas procurou evitar um confronto total com os credores, concentrando os esforços na procura de um consenso, que afinal foi obtido. Mas também ficou evidente nas declarações dos ministros, presidentes e delegados especiais, que a capacidade de cedência da América Latina em relação às nações industrializadas está muito próxima do li-

mite máximo.

Dados apresentados pela CEPAL aos participantes da reunião de Quito, mostraram que o empobrecimento regional aumentou drasticamente nos últimos anos. O Produto Nacional Bruto (PNB) latino-americano caiu 3,3% em 1983, depois de já ter descido 1% em 1982. Na distribuição *per capita* — somando-se os efeitos do crescimento demográfico — os latino-americanos ficaram 5,6% mais pobres em relação ao ano anterior. Ainda segundo a CEPAL, a inflação média no continente bateu um recorde histórico em 1983, ao chegar perto dos 130% ao ano, depois de ter sido de 86% em 1982. No que se refere à dívida externa, cresceu 7% no ano passado, chegando ao total mais alto das últimas décadas — 311 mil milhões de dólares. As transferências de divisas para bancos e entidades oficiais dos países industrializados também subiram de

20 mil milhões de dólares em 1982 para 29 mil milhões de dólares no ano passado.

Os números sombrios revelados em Quito indicam também que o Chile foi o país do continente que registrou a maior queda do PNB *per capita* no ano passado, com um índice de 40%. Logo a seguir, vêm El Salvador, Bolívia e Costa Rica com 20%. Os países que registraram crescimento do PNB foram Cuba, Nicarágua e Panamá.

O Documento de Quito será enviado a todos os chefes de governo dos países credores da América Latina, bem como aos bancos internacionais e organismos financeiros. Alguns diplomatas chegaram a classificar o documento como um "ultimato", mas o grande resultado político da reunião de Quito acabou por ser o reconhecimento dos países participantes de que já não existe uma saída individual para a crise do endividamento. ●

Congresso de Agências Árabes de Notícias

Concluídos os trabalhos do XII Congresso das Agências Árabes de Notícias, na primeira semana de Janeiro deste ano, ficaram estabelecidos os seguintes pontos:

Será celebrado o IV Congresso do Diálogo entre as Agências Árabes e Europeias de Informação, em Paris, no decorrer deste ano; será feita a reunião do Comité Executivo criado pelo III Congresso a fim de elaborar um documento de trabalho sobre a estratégia de acção da União, principalmente a criação de um centro em Viena (Áustria) para captar e difundir informações árabes na Europa; o secretário-geral da União de Agências de Informação Árabe, Farid Ayari, ficou incumbido de apresentar ao próximo congresso dos ministros árabes de informação, um memorando jurídico e técnico sobre a adopção da resolução da Unesco relativa à redução de tarifas de telecomunicações para as agências árabes de informação; a Secretaria-Geral deverá continuar a actuar para a aplicação do acordo firmado com a agência de informação da República Democrática Alemã (RDA); foi decidido prosseguir o contacto com as agências asiáticas de informação, com o objectivo de organizar uma conferência árabe-asiática, para estabelecer as bases da futura cooperação; requisitou-se ao secretário-geral da União que se intensifiquem os contactos com a Secretaria-Geral da Liga Árabe, a fim de elaborar os planos informativos, organizar conferências e pedir a ajuda da UNESCO no sentido de que a Secretaria-Geral da União possa abrir um escritório em Viena. O Congresso decidiu também submeter ao próximo congresso das agências árabes a questão das relações com a agência egípcia *Mena* e da abertura de escritórios de imprensa árabes no Cairo.

Brasil: Crise intensifica concentração dos meios de comunicação

"Com a compra da revista *Isto É* pelo grupo *Gazeta Mercantil* de São Paulo, confirmou-se mais uma vez a tendência para a concentração dos meios de comunicação brasileiros nas mãos de poucos e poderosos grupos, estimulada pela grave crise económica", informa a agência de notícias IPS.

Na sua crónica, a agência assinala que *Isto É* é uma revista semanal de informação geral com sete anos de publicação, e que enfrentava graves problemas financeiros, principalmente devido à grande desvalorização da moeda nacional.

Segundo a IPS, a negociação não foi feita por meio de pagamentos em espécie. O ex-proprietá-

rio da revista, o banqueiro Fernando Moreira Salles, passou a ter 23% das acções do grupo *Gazeta Mercantil*, cujo capital foi acrescido do valor fixado para *Isto É*, mas cujo montante não foi revelado.

A revista ocupa o segundo lugar de vendas entre as revistas semanais de informação geral. O mercado de revistas no Brasil é dominado pela Editora Abril, também paulista, da família Civita.

Gazeta Mercantil, um grupo constituído por duas empresas (uma editora e uma gráfica) é presidida por Luis Fernando Levy e publica o diário económico de maior influência no país — que deu nome à empresa — além de revistas especializadas. O jornal anunciou que a revista não modificará a sua linha editorial e que será mantida a equipa de redactores.

A transacção intensificou o processo de crescente monopolização da imprensa e da comunicação social no Brasil por parte de alguns grupos que dominam o mercado. Em termos de televisão, por exemplo, a hegemonia pertence à rede *Globo*, com algumas outras cadeias nacionais disputando pequenas fatias do mercado.

O encerramento de numerosos pequenos jornais e a incorporação de outros em grupos fortes, puseram nas mãos de algumas editoras e da chamada "grande imprensa", o domínio quase total do sector.

Panamá: Pós-graduação em Comunicação Alternativa

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) estuda a possibilidade de criar um curso de pós-graduação em Comunicação Alternativa no Panamá, no qual participariam países da América Central e das Caraíbas. Para cumprir essa missão, a Unesco enviou àquele país o seu consultor em Comunicação Alternativa, o equatoriano Marco Calderón, economista, sociólogo e pesquisador.

Calderón realizará conversações para o levantamento de informações visando a elaboração de um projecto de desenvolvimento para a região. Com esse intuito, já esteve reunido com autoridades do Departamento de Comunicação Social da Universidade católica "Santa Maria la Antigua" e com representantes do Canal Onze de Televisão da Universidade Nacional do Panamá e de centros audio-visuais de ambas as instituições. A pesquisa que o consultor da Unesco realizará no período de um mês, deverá desenvolver-se em duas etapas: uma voltada para áreas técnicas e docentes e outra para as instituições governamentais e não-governamentais.

Pablo Milanés: regressar a 67

A música popular cubana
volta às suas origens

Laura Avellaneda

Depois de um período de criações românticas, no qual gravou inclusive velhos temas do *filin* ("feeling") cubano dos anos 50, Pablo Milanés retoma nas suas novas composições ("La isla", "Creo en tí, Revolución", "Yo me quedo") o espírito militante da velha "música de protesto" latino-americana.

Durante a sua recente visita ao Brasil (a primeira feita por um cantor cubano em 25 anos), Milanés explicou como aconteceu essa mudança.

Quem é Pablo Milanés, antes e depois da Nova Trova?

— Comecei a cantar profissionalmente em 1959 com um quarteto especializado em músicas do sul dos Estados Unidos, em *spirituals*, e com esse grupo trabalhei três anos até que comecei a compor as minhas próprias músicas e a tornar-me um pouco independente. E assim me fui familiarizando com os jovens compositores daquela época. Eu tinha uns 20 anos. Já procurava, de facto, o caminho da nova canção, um pouco espontaneamente. Todos tínhamos muita influência do *filin* ("feeling"), movimento bolerístico daquela época em Cuba, que contribuiu muito para a canção cubana do ponto de vista expressivo, do signifi-

cado das letras das músicas de amor.

Bom, nós tentávamos criar uma música que reflectisse o momento em que vivíamos, o nosso próprio contexto social. Éramos um grupo de 15 ou 20 jovens que depois diminuiu quando começámos a fazer o que posteriormente se chamou de "Nova Trova Cubana". Alguns resolveram



Milanés: "as canções de amor e de protesto completam-se"

ser instrumentistas, outros directores e uns cinco ou seis ficaram com a música. Isso foi em 1964. E assim eu continuei a cantar em grupos profissionais, cantando coisas leves, para divertir, em *cabarets*, rádio e televisão.

Em casa fazia outro tipo de música, mas que não era conhecida nem divulgada. O mesmo acontecia com o resto do grupo ao qual eu pertencia.

Em 1967, a Casa das Américas convocou um grande número de jovens compositores para participar no festival da Canção de Protesto, ao lado de muitas figuras internacionais. Naquela época nós já tínhamos de facto algumas músicas de carácter social, político, humano. E aí coincidiu o nosso desejo de fazer uma nova música com o da Casa das Américas de agrupar os jovens compositores nesse festival.

Foi assim que nos encontramos, Silvio Rodríguez, Vicente Foliu, Martín Rojas, Eduardo Ramos e eu. Cada um por sua conta própria trabalhava para criar a "nova música". E foi na

“Casa das Américas” que se formou o primeiro núcleo daquilo que posteriormente seria o movimento da “Nova Trova Cubana”. Começámos a promover festivais que se tornaram imediatamente conhecidos em toda a ilha. Eu, pessoalmente, renunciei ao *cabaret*, ao mundo das rádios, e dediquei-me a cantar nos centros de trabalho, sindicatos, fábricas, centros de educação, unidades militares.

E assim se passaram três ou quatro anos de muita produção até que o grupo viu que o seu trabalho tinha chegado ao fim, e desintegrou-se. Por volta de 1975, vi-me na tarefa de reagrupar antigos companheiros e fazer este grupo que formamos agora. Somos quatro. Realizamos digressões pelo exterior, e também muito trabalho no interior do país, fazendo ensaios, recitais etc.

Quais os temas que alimentam agora a Nova Trova?

— São muitos. A Nova Trova não se limita apenas a Silvio e a mim. Somos muitos. Actualmente, temos 1.100 membros entre amadores e profissionais. Entre os não-profissionais incluem-se operários, que têm dom artístico reconhecido e que são aceites mediante uma avaliação. Eles participam de todas as actividades da mesma forma que os músicos profissionais, só que não recebem salário pela sua actividade artística.

Os profissionais, sim, vivem disso e têm um salário estipulado pelo ministério da Cultura. E isso permite que haja muitas tendências dentro da Nova Trova em relação aos temas e à produção. Há muitos grupos que cultivam a música latino-americana em geral, peruana, boliviana, argentina ou chilena. Outros especializam-se em música afro-cubana. Há também grupos instrumentais, mas que respondem a uma estética que está de acordo com os princípios do movimento da nova música. Há, por

tanto, muitas tendências...

Silvio e eu fazemos música de uma maneira especial, muito pessoal, mas não se pode dizer que a Nova Trova se atenha a uma determinada temática, que seja uma premissa para se começar a criar. Em suma, quer dizer que o movimento está a crescer e que a mesma dinâmica permite muitíssimas influências positivas que a enriquecem.

Um movimento artístico de massas

Em que medida o Estado estimula essa criação?

— Em 1972, o Estado reconheceu a Nova Trova como um movimento artístico, de massas, autêntico, que respondia às nossas raízes culturais e, portanto, merecia o seu apoio, sobretudo material. Havia muitos trovadores jovens que não tinham oportunidade porque não trabalhavam como artistas profissionais, como acontecia com o resto dos artistas que tinham espaço na televisão, nas rádios ou nos *cabarets*, que são os três lugares principais onde se trabalha em Cuba. Então o Estado abriu espaços para os novos trovadores, criou empresas especializadas, onde a natureza do trabalho é outra e onde o tipo de actividade que realizam é outro.

A União de Jovens Comunistas também apadrinha o movimento da Nova Trova. Não só apoia do ponto de vista ideológico, como sob todos os outros aspectos: promove os seus festivais, organiza as reuniões etc.

Numa entrevista na imprensa brasileira, perguntaram-lhe quantos discos tinha vendido e você respondeu que não sabia, que era um trabalhador, e como tal recebia salário... Quais são os canais para que esses mesmos trovadores, com as suas mesmas inquietações, possam chegar a esse núcleo? Quem os selecciona?

— Quando nós surgimos na

década de 60, o movimento artístico ainda não estava consolidado do ponto de vista do estudo e da acção profissional. Agora sim, a Nova Trova está a alimentar-se basicamente com os que saem das escolas de arte e que se inclinam por esse género. Há aqueles que preferem ser instrumentistas e outros que trabalham em *cabarets*.

Isso significa que a bagagem técnica dos novos trovadores já mudou. Estão mais seguros do ponto de vista técnico e profissional, independentemente de terem uma maneira pessoal de expressar-se, até mesmo uma linguagem própria, porque é uma outra geração. De vez em quando, surge um fenómeno isolado, um rapaz, por exemplo, que é carpinteiro, e faz maravilhas quando pega na viola. Embora nunca tenha estudado, reconhece-se que tem valor. O movimento da Nova Trova aceita-o como membro e ao mesmo tempo recomenda-o ao ministério da Cultura para que ele se torne um profissional e possa cantar imediatamente.

Durante a sua digressão pelo Brasil, a crítica comentou as semelhanças e influências recíprocas entre a música cubana e a brasileira. A que se deve isso?

— Nós bebemos da mesma fonte. A cultura *iorubá* influencia profundamente a cultura brasileira, tanto quanto a nossa. A cultura de origem africana mais forte em Cuba, das cinco que integram a comunidade negra, é a *iorubá*, como também no Brasil, principalmente na Baía.

Imagino que ela se irradie pelo resto do país, porque foi assim que aconteceu em Cuba. No nosso país ela primeiro estabeleceu-se em Matanzas, mas hoje em dia toda a zona ocidental está influenciada pela cultura *iorubá*. É por isso que as músicas do Brasil e de Cuba têm tantos pontos em comum.

— Eu acredito que Cuba, Brasil

e Estados Unidos têm grandes influências das suas raízes africanas e por isso existe uma tremenda inter-relação entre eles. Cuba é uma potência, o Brasil é outra e os Estados Unidos outra, no sentido de terem formas de expressão artísticas herdadas das suas raízes africanas, como o jazz, o samba, e a música de Cuba.

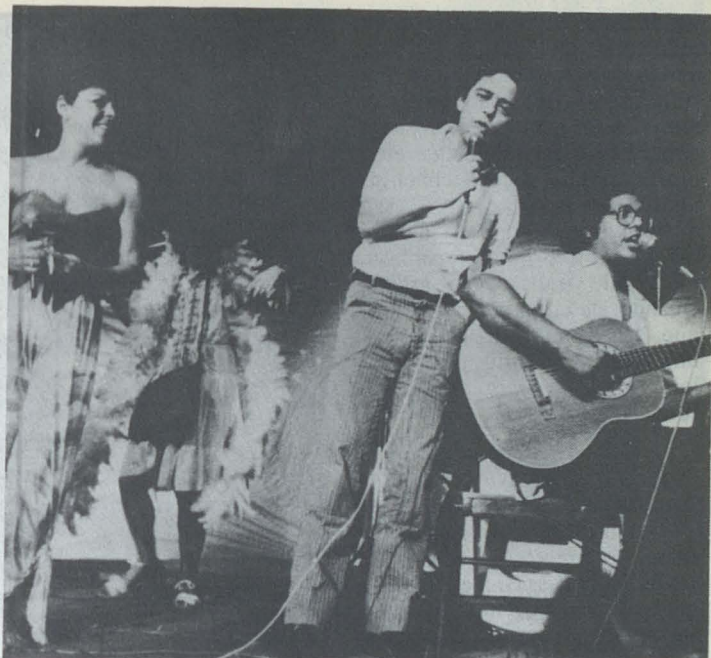
Política e amor

Ouvindo-o cantar, nota-se uma espécie de simbiose entre a música romântica, de amor, e a de cunho político. É intencional?

— É intencional, porque quando alguém se defronta com o facto criador, tem uma intenção, tem ideias possíveis de serem realizadas. Mas, independentemente disso, eu acredito que para nós, na sociedade em que vivemos, o facto político está indissolavelmente ligado ao facto amoroso. E um relaciona-se com o outro. Acho que fazer uma música de amor de mau gosto é um facto político negativo e vice-versa: fazer uma música política de mau gosto é um facto amoroso negativo. Os dois completam-se.

A crítica brasileira, principalmente a de esquerda, tem uma opinião desfavorável sobre a política cultural cubana pelo sucesso que cantores, que aqui são vistos como demasiadamente comerciais ou de duvidoso valor artístico, como Roberto Carlos e Nelson Ned têm na ilha. Como explica isso?

— É uma coisa que eu gostaria de explicar. Em Cuba, há uma política cultural traçada, mas isso não é rígido. Então é possível que se cometam erros nesse sentido. Tem sido muito difícil para o ministério da Cultura e o governo do Estado impor uma política cultural coerente com toda a linha educativa, recreativa e cultural do Partido. Há linhas muito bem traçadas a partir do



Miúcha, Chico Buarque de Holanda e Milanés: o encontro de culturas irmãs

primeiro congresso do Partido Comunista de Cuba, onde se esboçou uma política cultural muito clara e definida, de promoção de todos os nossos valores nacionais, das nossas raízes, da nossa cultura. E, ao mesmo tempo, pesquisar, conhecer mais profundamente o acervo cultural universal. É possível que isso como política seja interessante. Mas quando se leva a política à prática surgem desvios. Por exemplo, quando um director de um programa de rádio quer popularizar-se, lança mão do que existe de mais superficial para orientar o gosto do povo ou desvirtuá-lo para assim se tornar acessível. As pessoas escutam esses programas porque é mais fácil interpretar o lixo que transmitem, do que parar para pensar quando escutam uma música com um conteúdo realmente profundo.

Então, naturalmente, os ouvintes cubanos ainda não se livraram dessa influência. São séculos de uma má educação cultural, são séculos de não-consolidação de uma cultura. Aos 25

anos de revolução, ainda é fácil desvirtuar o gosto da população. Embora sejam casos individuais, ainda há muitas pessoas que tentam impor artistas superficiais.

A conquista pelo mérito

Em alguns países só pode gravar um disco quem contar com toda uma estrutura montada e uma campanha de divulgação. Em Cuba, e especificamente dentro da Nova Trova cubana, como é o sistema de selecção para gravar os discos dos novos músicos que surgem?

— Existe uma gravadora estatal, que tem filiais em todas as províncias do país. É uma empresa que funciona “com antenas ligadas”, acompanhando tudo que acontece no país, observando aqueles que se destacam e, a partir daí, escolhem as pessoas que vão gravar, pelos seus próprios méritos. Além disso, existe um sistema de avaliação — muito embora irregular —, mas feito em cada quatro, cinco ou seis anos, com todos os artis-

tas de todos os ramos, através do ministério da Cultura. Dependendo do seu valor, isso pode resultar na gravação de um disco, numa digressão ao exterior, num giro pela ilha, em medalhas etc., uma série de reconhecimentos materiais ou não.

Portanto, a gravação de um disco é uma forma de reconhecimento do trabalho do artista. Quando ele chega a gravar é porque, de alguma maneira, já se tinha consagrado antes ou tem valor perante o ministério da Cultura.

Os poemas de Nicolás Guillén continuam a ser musicados?

— Sim, muito. Há um ano e meio, eu gravei um disco com texto de Nicolás Guillén, e é difícil que um trovador do movimento da Nova Trova cubana não tenha musicalizado pelo menos um dos seus poemas. Isso sem falar dos velhos trovadores que sempre musicaram os poemas de Guillén, começando por Emilio Grenet e Eliseo, a partir dos anos 30, além de inúmeros grupos latino-americanos e europeus importantes.

Guillén, ao lado de Martí, é o autor mais escutado e musicado em Cuba. Além disso, ele é muito actual. Tem 81 anos e trabalha como presidente da União de Escritores e Artistas de Cuba.

Quando dizia que a Nova Trova tem agora 1.100 membros acredita, como um dos seus fundadores, que os últimos que se integraram são algo como "a nova trova" dentro da Nova Trova?

— Penso que, antes disso, já houve duas gerações porque já se passaram 15 anos. À medida que se passam três ou quatro anos, acho que cada geração já cria a sua linguagem e tem coisas novas para dizer. Indiscutivelmente, há uma essência que nos une a todos, que é o facto social do nosso país e a possibilidade que temos de recriar a poesia, de re-



Silvio Rodríguez: presença influente na Nova Trova cubana

criar o nosso meio. E isso é muito bonito e parece-me que é comum a todos. Um jovem de 20 anos manifesta-se de outra forma e fala de outra maneira, e isso parece-me bom. Mas também há os de 25 e de 30. Nós já temos 40 e sentimos-nos ainda jovens. Quer dizer, há três ou quatro gerações que equivalem por sua vez a três ou quatro linguagens, ou formas de tocar, de falar.

De alguma maneira essas novas gerações sentiram-se tentadas, se é que se pode usar essa expressão, por convites do exterior, viagens aos Estados Unidos...

— No momento em que vínhamos para o Brasil, cinco trovadores de 20 a 22 anos iam cantar aos Estados Unidos. Isso não significa que eles não vão ficar tentados. Mas há muita consciência política em todos esses novos trovadores.

Muitos dos temas do seu actual repertório têm sido influenciados por uma nova situação política no seu país...

— Naturalmente. Essas músicas "La Isla", "Creo en tí Revolución", "Yo me quedo", são o resultado do novo processo histórico que nós temos vivido a partir de 80, especificamente depois dos acontecimentos na embaixada do Peru.¹ Nós tivemos que nos afirmar no dia-a-dia, vivendo no nosso país, não só como trabalhadores, mas também como artistas. As coisas têm que ser feitas de alguma maneira, então fazemos músicas de reafirmação revolucionária. É como regressar ao ano de 1967, quando apoiávamos a luta do povo vietnamita, quando apoiávamos todo o movimento guerrilheiro etc. Mas com outra temática. ●

¹N. de R. — Quando cubanos que queriam sair do país se refugiaram em grande número na embaixada peruana.

Nicarágua: Avanços na educação

Após o derrube da ditadura de Anastasio Somoza, em 1979, o governo da Nicarágua anunciou programas educativos com o objectivo de erradicar o analfabetismo e permitir o acesso da população aos centros de educação.

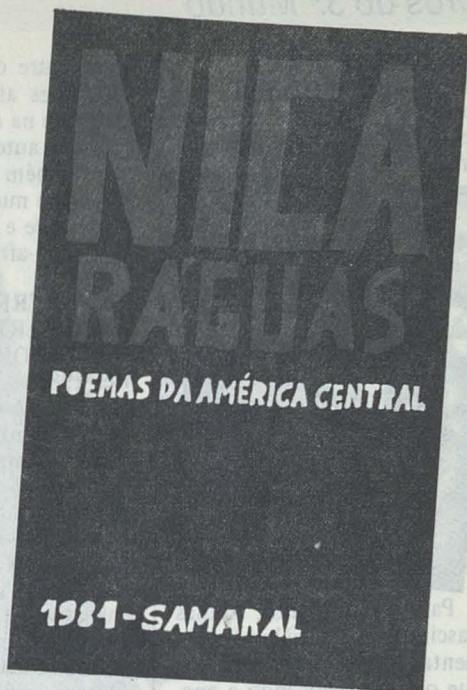
Calcula-se que um terço da população do país estimada em 3,3 milhões de habitantes, frequentará os centros de educação em 1984. O orçamento que o governo sandinista destinou para a educação em 1984 teve um aumento de 37,6 milhões de dólares com relação a 1983, quando foi destinada uma verba de 110,8 milhões de dólares. (Um documento apresentado pelo ministro da Educação, Carlos Tunnermann assinala que o último orçamento para a educação feito pela ditadura de Somoza, em 1979, foi de apenas 35,8 milhões de dólares.)

O mesmo progresso é esperado no âmbito das escolas normais para a formação de professores, que na época de Somoza eram apenas 5, sendo objectivo do governo actual chegar a 14 nos próximos anos. De acordo com os dados oficiais, a matrícula global na educação normal deverá aumentar em 22%. Este ano serão graduados 2.209 professores, o que significa 711 a mais do que em 1983.

A meta da "transformação do sistema educativo para garantir e tornar mais efectiva a expansão dos serviços educativos e o melhoramento da qualidade da educação em benefício do povo" levará o governo nicaraguense a investir na educação técnica média uma soma de 10,2 milhões de dólares, reservando ainda 2,7 milhões de dólares para o programa pré-escolar, 22,2 milhões para a educação secundária e 1,1 milhão para assistir crianças deficientes em 26 escolas especiais. Segundo Tunnermann, para elevar o nível académico será implementada uma transformação dos planos e programas de estudo, assim como serão elaborados textos e materiais visando atender uma população estudantil calculada num milhão e 30 mil pessoas.

México: Homenagem a Siqueiros

A 6 de Janeiro último, autoridades, políticos e artistas iniciaram na Cidade de México um ciclo de homenagens ao pintor David Alfaro Siqueiros no décimo aniversário da sua morte, ocorrida a 6 de Janeiro de 1974. Combatente da revolução mexicana e da guerra civil espanhola, e um dos mais célebres expoentes do muralismo mexicano, Siqueiros é considerado uma das figuras máximas da pintura mexicana, juntamente com Diego Rivera e José Clemente Orozco.



Nicarágua — Poemas da América Central

Como parte da programação "Mostra de Poetas Hoje" que o Centro Educacional Municipal Calouste Gulbenkian promove todas as segundas-feiras com o apoio do Departamento Geral de Cultura do Município do Rio de Janeiro, realizou-se no dia 9 de Janeiro último o lançamento do livro "Nicarágua — Poemas da América Central" do poeta Samaral (pseudónimo de Sérgio Amaral), que também é o chefe do sector gráfico da edição brasileira de cadernos.

No lançamento, foram mostradas gravações de grupos musicais de El Salvador e Nicarágua além de um audio-visual sobre a situação centro-americana, que contou com o apoio do Comité de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos (Cosplam).

Samaral foi co-fundador da Feira de Poesia Independente da Cinelândia, que se efectua todas as sextas-feiras numa das principais praças do Rio de Janeiro, já tendo publicado "Suor do corpo", "Poemas urbanos" e "Sol vermelho", entre outros trabalhos poéticos.

Neste "Nicarágua" (agora/a gente/na frente/ do espelho/passo as mãos/nas tuas cicatrizes/e teus inimigos/serão meus inimigos), o autor compõe um poema-processo usando também uma documentação fotográfica que retrata a realidade da guerra na região.

A AGONIA DE UMA RAÇA – ZUMBI, O REI
 Ubirajara Muniz. Editora Achiamé (2ª ed.), Rio de Janeiro, 1983



Para o prefaciador, Abdias Nascimento, “o valor fundamental deste livro está em que o autor, evocando a epopeia dos Palmares, não está preocupado apenas com a reconstituição histórica da guerra de cem anos que holandeses, portugueses, ‘paulistas’ e ‘brasileiros’ sustentaram contra a cidadela da liberdade dos africanos escravizados. A preocupação de Ubirajara Muniz projecta-se muito além do mero exercício de olhar o passado: celebrando Zumbi, o autor condena a monstruosidade da escravidão e da injustiça que ainda nos nossos dias continua a vitimar os descendentes africanos no Brasil”.

E mais: “Há um pormenor que diferencia o seu autor da situação em que se coloca a maioria dos estudiosos brancos do negro no Brasil: Ubirajara Muniz não se deixa iludir pela armadilha do eurocentrismo, que nega a história e a cultura da África. Ele, muito ao contrário, sublinha a negritude como um valor das antigas civilizações egípcias, o que lhe assegura um honroso

lugar entre os modernos historiadores africanos, no continente e na diáspora. E como estes, o autor de ‘Zumbi, o rei’ também se apoia no passado para mudar, para melhor, o presente e o futuro dos povos negro-africanos”.

LA “GUERRA ENCUBIERTA” CONTRA CONTADORA (Centroamérica 1983)

Stella Calloni & Rafael Cribari. Centro de Capacitación Social, Panamá, 1983

Segundo definição dos próprios autores no prólogo, o livro é “um resumo jornalístico de factos e acontecimentos relacionados com a iniciativa de Contadora e que influenciaram o desenvolvimento e evolução da mesma. O seu único propósito é entregar um documento directo, a fim de que, a partir dos factos, se possa julgar e compreender o esforço realizado pela paz nessa região e no mundo”.

A iniciativa de paz do Grupo de Contadora (pequena ilha panamiana no golfo do Panamá onde se realizaram as reuniões), integrado pelo México, Colômbia, Panamá e Venezuela, constituiu a primeira tentativa regional latino-americana para encontrar uma solução também latino-americana aos graves conflitos da área, particularmente na Nicarágua e em El Salvador, e deter a ameaça de uma guerra.

Em toda a história universal, as negociações exigiram sempre uma habilidade e paciência especiais, porque constituem, por natureza, uma tarefa evidentemente complexa e, sempre que se refere às relações entre países, “delicada”.

No caso do Grupo de Contadora, criado em 8/9 de Ja-

neiro de 1983, foi mais difícil ainda porque a iniciativa de frontava-se com uma posição inflexível: a da administração do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Os princípios dessa política “dogmática, a-histórica e perigosamente ideologista” como bem a definiu o dirigente salvadoreño Guillermo Ungo, estão esboçados no Documento de Santa Fé (ou “documento da morte” como também é chamado), onde se prevêem decisões “duras, rígidas” de expansão e da doutrina de segurança nacional, apenas comparáveis às elaborações de Adolf Hitler e aos fundamentos da doutrina nazi (ver cadernos, nº 38, Novembro 1981).

Com um farto material fotográfico, o livro mostra como a iniciativa do Grupo de Contadora teve que enfrentar essa inflexibilidade assim como a desinformação subtil sobre os seus esforços e a introdução de um “cavalo de Tróia” que foi a constituição de um bloco centro-americano de apoio à política de Reagan, com excepção da Nicarágua.

Como testemunham os seus autores, “nas longas horas de espera em aeroportos, corredores de hotéis, centros de imprensa, nas noites de serão, onde confraternizámos com os enviados especiais de imprensa de todo o mundo, recolhemos cuidadosamente o desenvolvimento das negociações. De maneira responsável, mantivemos em segredo profissional os elementos *off the record*, atitude que caracteriza um jornalismo sério e mais profundo, que não necessita da agressão nem do sensacionalismo para informar objectivamente”.

UMA ESPECIE DE VIDA

ROMANCE DE
ANGUS RICHMOND

Premio Casa das Americas 1978



Vindo das
camadas mais
miseráveis da so-
ciedade através da luta
sindical e política a sua
consciência social
e revolucionária

“UMA TERRA SEM AMOS”



SOBRE A UNIDADE NO PENSAMENTO DE AMILCAR CABRAL

Sérgio Ribeiro



Sobre a unidade no pensamento de Amílcar Cabral

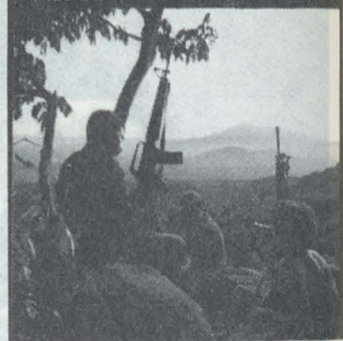
Sérgio Ribeiro

Interpretação de um dos temas fundamentais do pensamento de Amílcar Cabral

Prefácios de Alfredo Moura e Vasco Cabral

EL SALVADOR O caminho dos guerrilheiros

Carlos Gil



El Salvador O caminho dos guerrilheiros

Carlos Gil

Quinze dias com os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí
Vinte páginas de fotos da guerrilha
A história recente da luta do povo salvadoreño
Os principais documentos da revolução

Prefácio de José Cardoso Pires



guia do terceiro mundo 1983

Três edições
Tricontinental Editora

Preços especiais para assinantes

Fome: alguns dados básicos

A constatação de que o flagelo não decorre de problemas agrícolas mas sim de uma escandalosa e injusta distribuição da riqueza no mundo

Ladislau Dowbor

O problema da fome é, antes de tudo, pouco divulgado. Todos sabemos que existe, mas ignoramos as suas proporções. Periodicamente surgem alguns dados que chocam: recentemente, constatou-se que as crianças de 10 anos medem 5 cm a menos em 1980 do que em 1950, isto num dos Estados mais bem alimentados do Brasil, o Rio Grande do Sul, e o exército espantou-se, ao fazer as estatísticas, que 43% dos jovens que se apresentam para servir não têm condições físicas para carregar uma mochila. E quando as luzes se concentram sobre um problema, como o da seca do Nordeste brasileiro, repentinamente nos deparamos com situações que parecem emergir da Idade Média, com gente comendo ratos quando os têm.

A grande verdade, é que os que têm fome são reduzidos ao silêncio, pelo facto de se situarem na base da pirâmide social.

O próprio problema da crise leva a pensar na situação dos que na nossa sociedade já estavam no li-

mite da sobrevivência. Os dados do censo de 1980 no Brasil mostram que 55,6% dos homens e 69,2% das mulheres recebiam salários inferiores a dois salários mínimos (cerca de US\$ 100,00 mensais), e que 27,3% dos homens e 42% das mulheres recebiam salários inferiores a um salário mínimo (US\$ 50,00 mensais). Um estudo recente da FIPE estimava que cerca de 18% da população brasileira sobrevivia com menos de 1/4 de salário mínimo: seriam 23 milhões de pessoas vivendo em condições sub-humanas.

O objectivo do presente artigo é de recolher os poucos dados globais existentes, para situar este continente esquecido, apesar de Josué de Castro, o da Fome no Terceiro Mundo. Utilizaremos fontes oficiais, particularmente o Banco Mundial, a FAO, a UNICEF, a Organização Mundial da Saúde e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com o objectivo de fazer o ponto da situação.

O Banco Mundial apresenta-nos, na sua edição



de 1981 do "World Development Report"¹; a situação global da distribuição do rendimento no mundo. Os seus dados podem ser resumidos como segue (Quadro 1):

Constatamos assim que no nosso planeta de cerca de 4.400 milhões de habitantes (em 1980), 3.000 milhões vivem no sistema capitalista, e cerca de 1.400 milhões, quase um terço da população mundial, no sistema socialista.

Em termos de rendimento *per capita*, as diferenças são enormes e, facto importante, crescentes: os países capitalistas desenvolvidos têm um rendimento *per capita* (em 1980) da ordem de 10.000 dólares, enquanto os países capitalistas subdesenvolvidos, o chamado Terceiro Mundo, têm um rendimento *per capita* da ordem de 800 dólares por pessoa. Assim, 24 países capitalistas ricos, o chamado "Norte", consomem cerca de 60% da produção mundial, ainda que tenham apenas 15% da população. Não é aí, seguramente, que se situa a miséria mundial.

Os países socialistas, com um rendimento médio duas vezes mais elevado que o dos países do Terceiro Mundo, têm a vantagem de assegurar uma distribuição de rendimento bastante igualitária, e de terem voltado as suas estratégias de desenvolvimento para as necessidades básicas da população. Resultado: ainda que haja enormes zonas de pobreza nos países socialistas, em particular na China, calcula-se que 95% dos problemas de fome situam-se nos países capitalistas subdesenvolvidos.

As razões disto não são complicadas: os países subdesenvolvidos capitalistas (o chamado "Sul"), caracterizam-se por elevada concentração de rendimento. Na ordem, o rendimento é pouco concentrado nos países socialistas, moderadamente concentrado nos países do Norte, e fortemente con-

centrado nos países capitalistas subdesenvolvidos, no chamado "Sul" ou Terceiro Mundo (Quadro 2).

Diga-se desde já que o Brasil, em companhia do Nepal e de Honduras está no pódio dos países que têm a estrutura de distribuição de rendimento mais injusta do mundo. O Brasil é hoje o único país onde os 10% mais ricos consomem mais da metade da riqueza.

A situação alimentar no Terceiro Mundo

Para localizar a miséria e a fome no Terceiro Mundo, podemos fazer um exercício simples: se nos países subdesenvolvidos entre 10 e 15% das famílias mais ricas consomem mais de 50% do rendimento, teremos em termos muito gerais, cerca de 300 milhões de pessoas com um rendimento da ordem de 3.000 dólares por pessoa, e cerca de 2.000 milhões com um rendimento da ordem de 450 dólares. É portanto aí que se situa a miséria, nestes cerca de 2 biliões de habitantes dos países capitalistas que participam de uma maneira particular no liberalismo económico.

Qual é então a situação alimentar nesta região do mundo? Um livro da FAO, "World Food Problems: the main issues"², publicado para o Dia Internacional da Alimentação (16 de Outubro) de 1981, apresenta-nos os dados seguintes: "O número de pessoas sofrendo de subnutrição grave nos países subdesenvolvidos (exclui-se a China e outros países socialistas) passou de cerca de 360 milhões em 1969-71 para cerca de 420 milhões (22% da população destes países) em 1974-1976". Outras estimativas, informa o documento, são mais altas.

Isto significa que entre um quarto e um quinto da população dos países subdesenvolvidos, sofrem de subnutrição grave ("severe subnutrition"), im-

¹Banco Mundial - World Development Report, 1981 - Washington 1982, 172 p.

²FAO - World Food Problems: The main Issues - United Nations, 16 October 1981, 18 p.

QUADRO 1

População, produto e produto *per capita*. Estimativas para 1980

Regiões	População (Milhões)	% População	Produto (Biliões)	% Produto	Produto por habitante
Norte	671	15%	6.500	60%	9.684
Sul	2.290	53%	1.800	17%	791
Países Socialistas	1.386	32%	2.400	23%	1.720
Total	4.347	100%	10.700	100%	(média 2.500)

Fonte: dados do Banco Mundial, World Development Report 1980, p. 11 - Valores em dólares de 1980.

plicando em geral menos de 1.900 calorias por pessoa.

O documento constata que “durante os anos 1970, em 45 países em desenvolvimento a produção (de alimentos) não tem acompanhado o crescimento da população”. Na África, “o habitante médio tem 10% menos de comida do que há 10 anos atrás”.

O documento constata ainda que o aumento de produção alimentar no mundo durante a década dos 1970 foi de cerca de 3% por ano, o que implica um aumento de produção *per capita* muito limitado.

Por trás desta situação está a falência de alguns mecanismos básicos de recuperação: a ajuda alimentar cujo objectivo de 10 milhões de toneladas por ano, fixado em 1974, não se atingiu ainda; a revolução verde, “que funciona apenas para aqueles que podem pagar a tecnologia cara que ela implica”; e o suposto apoio que a agricultura estaria a obter: a produção agrícola utiliza apenas uma pequena parte – 3 a 4% – do consumo mundial total de energia comercial.

As soluções propostas, em termos sintéticos, são as seguintes: “A agricultura deve tornar-se a primeira prioridade no mundo subdesenvolvido”, e o povo, em particular o pequeno produtor, deve ser organizado para participar no esforço de dinamização. “Muita gente que até agora tem sido excluída – mulheres em particular, camponeses sem



As recomendações de que a agricultura se deve tornar a primeira das prioridades são uma realidade longínqua no Terceiro Mundo

terras, pequenos agricultores e pescadores em geral – devem envolver-se profundamente no trabalho e na direcção do processo de desenvolvimento”.

Enfim, “os serviços agrícolas do governo, incluindo a pesquisa, a educação, a extensão, a comercialização e o crédito, devem ser reorientados para responder às necessidades dos pequenos pro-

QUADRO 2

Participação no rendimento total dos 10% das famílias mais ricas da população

País	Ano	Percentagem	País	Ano	Percentagem
Brasil	1972	50,6	Trindade e Tobago	1976	31,8
Honduras	1967	50,0	França	1970	30,4
Nepal	1977	46,5	RFA	1973	30,3
Peru	1972	42,9	Sri Lanka	1970	28,2
México	1977	40,6	Coreia do Sul	1976	27,5
Malawi	1968	40,1	Japão	1969	27,2
Malásia	1970	39,5	Espanha	1974	26,7
Costa Rica	1971	39,5	EUA	1972	26,6
Filipinas	1971	38,5	Canadá	1969	25,1
Venezuela	1970	35,7	Austrália	1967	23,7
Tanzania	1969	35,6	Grã Bretanha	1978	23,3
Argentina	1970	35,2	Jugoslávia	1978	22,9
Chile	1968	34,8	Holanda	1975	22,5
Indonésia	1976	34,0	Noruega	1970	22,2
Índia	1976	33,6	Suécia	1972	21,3

Fonte: Banco Mundial – World Development Report 1981, p. 182.

dutores. Em muitos países, a reforma agrária daria aos pobres do mundo rural acesso e controlo sobre a terra e outros recursos produtivos. As organizações populares através das quais a população rural participa no desenvolvimento deveriam ser encorajadas e apoiadas." (p. 9).

É a FAO, organização das Nações Unidas, e das mais conservadoras. Nós é que estamos na pré-história.

Efeitos da subnutrição

Outros dados importantes são trazidos, mais uma vez pelo Banco Mundial, mas na edição de 1980 do "World Development Report",³ onde foram inseridas duas partes sobre o problema da alimentação. "Estimativas de consumo alimentar por diferentes grupos de rendimento mostram normalmente que em todos os países subdesenvolvidos, salvo os mais ricos, o consumo por grande parte da população está bem abaixo do necessário para uma dieta minimamente satisfatória. A subnutrição é generalizada na África (onde em muitos países a produção de alimentos não tem acompanhado sequer o crescimento da população) e na Ásia do Sul. É igualmente comum na América Latina e no Médio Oriente.

Continua o relatório do Banco Mundial: "Estudos na Índia, no Brasil, na Tailândia e na Indonésia mostram que a proporção da população com consumo de calorias muito baixo é substancialmente mais elevada nas áreas urbanas. Isto resulta em parte dos custos mais elevados da alimentação em muitas áreas urbanas (mas não nas que têm subsídios alimentares) e despesas mais elevadas em aluguers e transportes públicos". (p. 60)

— "A taxa de mortalidade muito elevada entre crianças pequenas (até 5 anos), associada com elevadas taxas de natalidade, significa que uma proporção tragicamente elevada de mortes nos países desenvolvidos ocorre entre crianças de menos de cinco anos. Por exemplo, no Brasil em 1975, representavam 48% de todas as mortes. Na Suécia, 1 por cento." (p. 54).

— "A subnutrição reflete em geral insuficiência de calorias, de proteínas, ou de ambas. Mas algumas dietas são inadequadas porque faltam nutrientes específicos. Anemia, que resulta primariamente em perda de sangue e de insuficiência de ferro, é o exemplo mais predominante disto. Uma estimativa recente é de que pelo menos 500 milhões de pessoas são anémicas. O cansaço causado, a apa-

rente letargia e apatia, e os efeitos adversos sobre a produtividade e resultados escolares podem ser tão comuns em sociedades mais pobres que podem aparecer como normais". (p. 60).

— "Crianças pequenas são as que mais sofrem de subnutrição, seguidas por mulheres grávidas e mães em fase de amamentação. Em muitos países, há provas sérias de que as raparigas são menos bem alimentadas que os rapazes". (p. 60).

Muitas mortes infantis ocorrem por doença e não subnutrição, obviamente. Mas a relação entre os dois é estreita. "Uma razão dominante para que as infecções levem tão frequentemente à morte no caso de crianças em fase pré-escolar nos países subdesenvolvidos é a interacção com a subnutrição, especialmente no caso de crianças entre seis meses e três anos de idade. Como resultado a subnutrição aparece como tendo contribuído para entre um terço e dois terços de todas as mortes infantis, e talvez mais ainda nos países mais pobres.

A produção de cereais

Voltemos à imagem global que o Banco Mundial oferece. "Antes de 1939, apenas a Europa ocidental entre todas as regiões do mundo era um importador líquido de cereais. Hoje, apenas a América do Norte e a Oceânia não o são. O comércio de cereais subiu de 25 milhões de toneladas, no fim dos anos 1930, para 181 milhões de toneladas em 1979 — de 4 para 14% da produção global. A América do Norte produz actualmente 20% dos cereais mundiais, e realiza 80% do seu comércio". (p. 23).

Essa deterioração de autosuficiência alimentar dá-se, curiosamente, paralelamente com a expansão da capacidade de produção: "De 1955 a 1975, mais de 150 milhões de hectares de lavoura foram incorporados à produção nos países subdesenvolvidos — mais do que a superfície cultivada com cereais nos Estados Unidos, Canadá, Comunidade Europeia e Japão juntos" (p. 23). Confirmam-se assim os dados do estudo da FAO que vimos acima, de que "as disponibilidades mundiais de energia alimentar estão actualmente cerca de 10% acima das necessidades das populações".

O problema, portanto, não é de produção, e sim de distribuição. Vejamos a posição interessante do Banco Mundial face a estes dois problemas: quanto à produção, constata que "porque as pequenas lavouras tendem a utilizar mais trabalho por hectare e a usar a terra e o capital pelo menos tão produtivamente quanto as grandes herdades, a reforma agrária levará normalmente a um aumento de produção agrícola depois de um período de ajuste.

³Banco Mundial — World Development Report, 1980 — Washington, 1981, 166 p.



O próprio Banco Mundial constata que a reforma agrária levará a um aumento de produção agrícola

Mas a reforma agrária encontra a oposição social e política de grandes proprietários ("landlords") e dos grupos urbanos que beneficiam do excedente comercializado superior das grandes herdades". (p. 41). As afirmações são do Banco Mundial!

Quanto à distribuição, o dado do Banco Mundial é precioso: "De um modo geral, se o rendimento fosse distribuído de maneira diferente, a produção actual apenas dos cereais, poderia assegurar a todo homem, mulher e criança mais de 3.000 calorias e 65 gramas de proteínas por dia — muito mais do que as estimativas mais elevadas de necessidades. Eliminar a subnutrição exigiria reorientar apenas 2% da produção mundial de cereais para as bocas que deles necessitam". (p. 61).

Assim, bastaria reorientar 2% das cerca de 1.500 milhões de toneladas de produção mundial de cereais, levando cerca de 30 milhões de toneladas para os mais pobres, para pôr termo a esta situação escandalosa.

Última cifra para terminar com este "World Development Report": o Banco Mundial apresenta o rendimento ("income") como causa básica do problema da fome, e constata a este respeito que os países subdesenvolvidos têm hoje "800 milhões de pessoas que vivem em estado de pobreza absoluta" (p. 1), o que constitui cerca de um terço da população dos países subdesenvolvidos.

Outro documento importante para a avaliação geral da situação alimentar dos países subdesenvolvidos, é o relatório da FAO "La situation Mondiale de l'alimentation et de l'agriculture, 1980"⁴ publicado em Roma em 1981. O documento foca em

particular aspectos da produção agrícola e do comércio externo.

No geral, trata-se de mais um grito de alarme. A ajuda alimentar continua abaixo de 10 milhões de toneladas de cereais, enquanto se constata que "a produção alimentar mundial se reduziu no fim dos anos 70" (p. 2). No conjunto, a década de 70 apresenta um crescimento da produção da ordem de 3,2% ao ano, o que significa, para os países subdesenvolvidos (excluindo sempre a China e outros países socialistas) uma progressão de apenas 0,5% por ano de produção alimentar. O objectivo da FAO de se chegar a eliminar a fome no ano 2.000 aparece assim cada vez mais distante (Quadro 3)

QUADRO 3

Produção alimentar por habitante. Década de 70. Variação anual

África	1,1%
Extremo Oriente	0,7%
América Latina	1,2%
Médio Oriente	0,5%
Países subdesenvolvidos capitalistas (média)	0,5%

Fonte: FAO — *La situation Mondiale de l'alimentation et de l'agriculture* — 1980 — Roma 1981, p. 5.

⁴FAO — *La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture* — 1980 — Organisation des Nations Unies pour L'Alimentation et L'Agriculture, Roma, 1981, 187 p.

Em 1979, a produção mundial de cereais foi de 1.550 milhões, sendo 425 milhões de toneladas de trigo, 375 de arroz (em casca), 175 de cevada e 395 de milho, como principais produtos.

Temos assim, para uma população mundial de cerca de 4,5 bilhões de habitantes, um pouco mais de 300 quilos de cereais por ano e por pessoa, superando amplamente as necessidades.

O problema coloca-se evidentemente em relação ao momento da utilização: na década de 70, os países desenvolvidos tiveram uma produção de 655 quilos por pessoa, enquanto os países subdesenvolvidos tinham uma produção da ordem de 203 quilos por pessoa. Mais ainda: entre a média dos anos 60 e a dos anos 70, o aumento de produção por pessoa foi de 180 quilos nos países desenvolvidos, e de 19 quilos nos países subdesenvolvidos, o que significa que a distância aumenta rapidamente. Segundo ponto chave, os cereais que faltam à boca dos subdesenvolvidos são consumidos por animais. A estrutura do uso dos cereais nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos é a seguinte (Quadro 4)

Constatamos assim que os países desenvolvidos utilizaram em 1975-79, menos de um quinto (19,4%) dos cereais para alimentação humana, ficando mais de 60% para a alimentação animal, transformando as calorias do cereal em alimentação mais nobre, como carne, queijo, leite, ovos, o que significa o uso de 3 a 10 calorias vegetais para cada caloria de alimento animal produzido, segundo o tipo de utilização. Inversamente, os países subdesenvolvidos estão a consumir 70,1% dos seus cereais sob forma directa, pois não podem dar-se ao luxo de desperdiçar o seu valor alimentício na redução de cereal em alimento mais nobre. Ainda assim, vemos que a parte da alimentação animal no uso dos cereais progride nos países subdesenvolvidos, passando de 18,8% em 1961-65 para 21,3% em 1975-79, numa tendência importante de transferência do modelo de consumo dos países desen-

volvidos para as minorias privilegiadas dos países pobres, reforçando o défice alimentar das massas populares.

O comércio internacional de alimentos

O documento fornece igualmente bons dados para se entender melhor este paradoxo do agravamento da situação alimentar enquanto a produção cresce, através da análise do comércio internacional de produtos alimentares.

Assim, as exportações agrícolas do Terceiro Mundo passaram de uma média de 17,3 bilhões de dólares durante os anos 1969-71, para 58 bilhões de dólares em 1979. Durante os anos 1970-79, a taxa anual de aumento das exportações de produtos agrícolas foi de 16,6%, a dos produtos de pesca de 18,1%, a de produtos florestais de 17,3%, representando, no conjunto, um total de 171 bilhões de dólares para as três classes de produtos estreitamente vinculadas ao problema agro-alimentar.

Uma consequência evidente está no facto de que com o reforço extremamente rápido, no conjunto do Terceiro Mundo, da actividade agro-exportadora, reproduz-se a tradicional deformação da agricultura. Esta tendência tem-se agravado durante esta década com a situação catastrófica das balanças de pagamento dos países subdesenvolvidos, cuja dívida externa atinge actualmente cerca de 650 bilhões de dólares, com um serviço anual da ordem de 60 bilhões.

O círculo vicioso fecha-se quando o esforço de transformar a agricultura em fonte de divisas prejudica a produção de alimentos a ponto de obrigar o país a importá-los. Edouard Saouma, director da FAO, felicita-se pelas divisas obtidas com as maiores exportações de produtos agrícolas, mas lamenta que "este aumento só tenha servido para financiar as importações maiores de produtos alimentares". (p. 7).

QUADRO 4

Uso da produção de cereais - 1961-65 e 1975-79. Percentagens

	Países Desenvolvidos		Países Subdesenvolvidos		Mundo	
	1961-65	1975-79	1961-65	1975-79	1961-65	1975-79
Alimentação Humana	26,1	19,4	69,5	70,1	45,9	42,3
Alimentação Animal	59,7	60,6	18,8	21,3	41,0	42,9
Sementes	7,4	5,1	5,6	4,9	6,6	5,0
Outros e perdas	6,8	14,9	6,1	3,7	6,5	9,8

Fonte: FAO - *La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture*, - 1980 - Roma, p. 19.

Assim, o aumento do valor das importações agrícolas pelos países subdesenvolvidos foi de 19,9% durante os anos 1970-79, taxa de aumento superior ao das exportações agrícolas. (p. 173). Em volume, o aumento foi de 7,8% por ano, duplicando praticamente as importações durante a década.

A prazo, esta orientação da agricultura prepara uma tragédia bem maior, na medida em que provoca a deterioração dos recursos naturais.

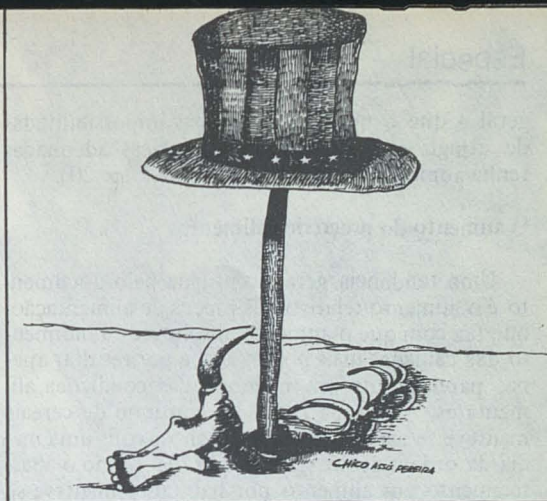
Como a FAO e outros organismos, um documento do Banco Mundial (1981)⁵ insiste no factor-chave da distribuição, já que há alimentos suficientes. "A produção agrícola *per capita* actual apenas de grãos poderia assegurar à população mundial mais de 3.000 calorias e 65 gramas de proteínas por dia. Se a distribuição desta produção fosse ideal, quase todos os 500 milhões de subnutridos no mundo poderiam ser bem alimentados.

Temos assim uma avaliação brutal dos efeitos da forma actual de distribuição e uso dos produtos alimentares: 10 milhões de crianças de menos de 5 anos morrem de fome anualmente, e temos um total de cerca de 500 milhões de esfomeados. Lembremos que este ritmo de mortalidade de crianças é dez vezes superior ao do genocídio de judeus durante a II Guerra Mundial: os nazis mataram 6 milhões de judeus em 6 anos de guerra.

Um pequeno cálculo pode aqui ser útil. Se tomarmos as cifras do estudo anteriormente citado da FAO e do relatório do Banco Mundial de 1980, vemos que cerca de 30 milhões de toneladas de cereais seriam suficientes para resolver o problema. Ao custo actual, isto significa um gasto de 10 a 12 biliões de dólares. "O valor — dizia-me com amargura um amigo — de duas centrais de energia atômica." Outra comparação: os gastos militares de 1980 foram de 450 biliões de dólares, segundo a FAO, entre 30 e 45 vezes mais do que o necessário para terminar o maior genocídio que o mundo já conheceu. Temos estimativas dos gastos militares de 1983 que sugerem a cifra de 600 biliões de dólares.

Partindo de dados da FAO e da OMS, os técnicos do Banco Mundial seleccionaram cinco países com problemas particulares de alimentação. (Q. 5).

O critério de subnutrição é o calculado para cada país pela FAO e pela OMS: estima-se que as calorias diárias mínimas são em média de 2.110 na Índia, 2.258 no Paquistão, 2.200 no Bangladesh, 2.390 no Brasil e 2.475 em Marrocos. As diferen-



QUADRO 5

Situação alimentar de cinco países seleccionados: 1972-1974

País	Milhões de pessoas com déficit energético	Porcentagem da população com déficit
Índia	276	47%
Paquistão	58	—
Bangladesh	61	77
Brasil	45	43
Marrocos	9	—
Total	449	54%(média)

Fonte: Alan Berg, *Malnourished people*, p. 17.

ças são devidas a diferentes composições de idade da população, e de diferentes pesos médios.

Fica assim o Brasil com 45 milhões de subnutridos, 43% da sua população na época. A situação é a mais catastrófica no Bangladesh, mas o Brasil de qualquer maneira aparece entre os primeiros colocados, e vemos que o total de subnutridos apenas para estes cinco países é da ordem de 450 milhões de pessoas, em 1972-74, cifra que pode ter aumentado fortemente nestes dez últimos anos, com o próprio processo de urbanização.

O déficit médio em calorias é o seguinte: 357 calorias por dia na Índia, 228 no Paquistão, 444 no Bangladesh, 468 no Brasil e 650 em Marrocos. (p. 18).

Igualmente interessante são as estimativas dos autores relativamente à evolução do problema. "É provável que entre 1964 e 1974 a percentagem de população subnutrida nos países em desenvolvimento tenha permanecido constante de maneira

⁵ Alan Berg — *Malnourished people* — The World Bank, Poverty and Basic Needs Series, Washington 1981, p. 1980.

geral e que o número de pessoas impossibilitadas de atingir as necessidades energéticas adequadas tenha aumentado significativamente". (p. 20).

O aumento do preço dos alimentos

Uma tendência geral acentuada pelo documento é o aumento relativo dos preços de alimentação, que faz com que o aumento absoluto do rendimento das camadas mais pobres acabe por resultar apenas parcialmente em melhoria das condições alimentares. Assim, na Índia, "o consumo de cereais manteve-se estável durante 20 anos, com uma média da ordem de 450 gramas por dia. Como o abastecimento em alimento por habitante manteve-se constante, o aumento de 25% em média do rendimento *per capita* empurrou para cima os preços dos cereais. Os pobres, que tiveram aumentos de rendimento inferiores aos 25%, passaram a comprar menos alimentos do que antes" (p. 22).

O resultado é que as projeções para o futuro são pouco animadoras: "Sem um crescimento rápido do rendimento, o número de subnutridos em 1995 terá aumentado de várias centenas de milhões nos cinco países examinados". (p. 22).

Outra fonte importante de informação sobre o problema é o *Sixth Report on the World Health Situation*⁶ (sexto relatório sobre a situação da saúde no mundo), documento oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS), correspondente a 1980 e publicado em dois volumes em 1982.

Em termos globais, a OMS apresenta os seguintes dados de subnutrição (Quadro 6)

O critério aqui utilizado é o de número de calorias abaixo do metabolismo de base. (O metabolismo de base é o número de calorias necessário para uma pessoa em descanso não perder peso. Situa-se em torno de 1.600 calorias, e o mínimo ne-

cessário para a sobrevivência é calculado como 150% deste valor, ou seja, cerca de 2.400 calorias.) Constatamos que o número de pessoas abaixo do mínimo passou de 401 milhões para 455 milhões entre 1969/71 e 1972/74. As percentagens também aumentaram, passando de 24 para 25% em média, o que significa uma evolução alimentar catastrófica para um quarto da população dos países capitalistas subdesenvolvidos.

Um dado que caracteriza bem a dupla polarização do sistema capitalista, — polarização Norte-Sul entre os 24 países ricos e os mais de 120 subdesenvolvidos, e entre ricos e pobres dos próprios países subdesenvolvidos — é o que diz respeito à esperança de vida.

Assim, em 1980 o tempo médio de vida do habitante do Terceiro Mundo é de 57 anos, 15 anos a menos do que o do habitante dos países do "Norte" que atinge 72 anos. (ver também Claire Brisset, *Le Monde*, 15 Maio 1982).

Um critério importante e assombroso utilizado pela OMS é o de "mortalidade prevista e evitável" ("known avoidable mortality"). Um estudo realizado recentemente no Chile, e citado pelo relatório da OMS, aponta que entre as mortes infantis

⁶OMS — *Sixth Report on the World Health Situation* — Organização Mundial da Saúde — Genova 1982, 2 vls.

Nota: Além destes documentos aqui analisados, recomenda-se a leitura de "O que é fome", de Ricardo Abramovay, publicado em 1983 pela Editora Brasiliense, da publicação recente de Peter Knight e R. Moran, "Brasil: Pobreza e Necessidades Básicas" editada pela Zahar, e do livro de Fernando Homem de Mello, "O problema alimentar no Brasil", Paz e Terra 1983, além dos numerosos estudos pontuais realizados por cientistas brasileiros com os meios disponíveis, que confirmam a gravidade do problema.

Esses estudos ultrapassam evidentemente o âmbito limitado do presente artigo.

QUADRO 6

Subnutrição no Terceiro Mundo: 1969-71 e 1972-74

Região	Percentagem população abaixo do Metabolismo de base		Milhões de pessoas abaixo do Metabolismo de base	
	1969-71	1972-74	1969-71	1972-74
África	25	28	70	83
Extremo Oriente	25	29	256	297
América Latina	16	15	44	46
Médio Oriente	18	16	31	29
Total TM	24	25	401	455

Fonte: OMS — *Sixth Report on the World Health Situation* — p. 18, vol. I.



Cerca de 100 milhões de crianças no mundo sofrem de subnutrição

pós-neonatais, 75 a 80% das mortes são deste tipo. "Em média, o nível de mortalidade para as crianças de operários ("blue collar") é três vezes superior ao índice de classe média ("white collar children"), e a taxa sócio-econômica de mortalidade aumenta em razão das doenças infecciosas e parasitárias, alcançando um ponto máximo com a subnutrição, com a taxa de mortalidade de filhos de operários atingindo 5,6 vezes mais pessoas do que os de classe média. Seria difícil encontrar um exemplo mais claro das grandes desigualdades em matéria de saúde" (Vol. I., p. 50).

Juntam-se aqui duas ideias de grande importância. Primeiro, que estas mortes são "previsíveis e evitáveis". Isto, em termos técnicos, é homicídio por omissão, e é impressionante que nos tenhamos acostumado com esta situação e com estas categorias técnicas. Em segundo lugar, vemos como o problema da fome está solidamente ligado à situação das classes sócio-econômicas. O drama da fome, constatamo-lo cada vez mais, não é um problema agrícola, e sim um enorme escândalo político.

A combinação da situação alimentar e sanitária leva à uma mortalidade infantil calculada como segue pela OMS: "De cerca de 122 milhões de crianças que nascem cada ano, cerca de 10% morrerão

antes de chegar ao seu primeiro aniversário, e mais 4% antes do seu quinto aniversário. Mas as hipóteses de sobrevivência são distribuídas de maneira muito desigual no mundo. Assim, enquanto o risco de morrer antes da adolescência é de cerca de 1 para 40 nos países desenvolvidos, é de 1 para 4 na África em geral, e atinge 1 para 2 em certos países". (p. 129, Vol. I).

Isto significa que das 122 milhões de crianças, 14% não chegam aos 5 anos, o que representa cerca de 17 milhões de crianças que deverão morrer, ano a ano, por razões conjugadas de doenças e subnutrição.

Se isolarmos o problema da subnutrição, os dados são semelhantes aos do Banco Mundial e da FAO: "Subnutrição é a condição mais generalizada que afecta a saúde das crianças do mundo, particularmente as de países subdesenvolvidos. Cerca de 100 milhões de crianças de menos de 5 anos de idade sofrem de subnutrição proteico-energética sendo que mais de 10 milhões sofrem da forma grave, que normalmente é fatal se não é tratada." (p. 132, Vol. I).

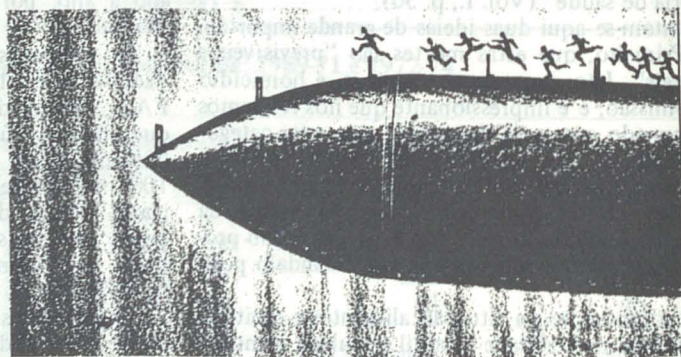
Se juntarmos estes dados, com a trágica categoria de "mortalidade previsível e evitável", estamos perante um genocídio por omissão que não tem paralelo na história da humanidade. ●



The Times



A nova arca de Noé
(Deutsches Allgemeines Sonntagsblatt)




“Acho que vou ganhar
a corrida armamentista”
(Engelhardt/St. Louis Post)

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
Ao Serviço da Reconstrução Nacional



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

SONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260